

30 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

R\$ 6,4 mi em doações do CNJ a tribunais desapareceram

Cortes não sabem onde foram parar bens como computadores e impressoras

Inquérito do CNJ revela sumiço de computadores

Relatório do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) ao qual a **Folha** teve acesso mostra que cerca de R\$ 6,4 milhões em bens doados pelo órgão aos tribunais estaduais desapareceram.

São 5.426 equipamentos, entre computadores, impressoras e estabilizadores.

As cortes regionais não sabem explicar onde estão os aparelhos, entregues pelo conselho para acelerar os trabalhos do Judiciário.

Diante da situação, o CNJ decidiu suspender o repasse a quatro Estados: Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Norte e Goiás.

Outros R\$ 2,3 mi estão 'ociosos', de acordo com relatório do conselho; material foi doado para dar agilidade à Justiça

LEANDRO COLON
FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

Uma investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) descobriu que em torno de R\$ 6,4 milhões em bens doados pelo órgão a tribunais estaduais desapareceram.

Relatório inédito do órgão, a que a **Folha** teve acesso, revela que as cortes regionais não sabem explicar onde foram parar 5.426 equipamentos, entre computadores, notebooks, impressoras e estabilizadores, entregues pelo CNJ para aumentar a eficiência do Judiciário.

A auditoria mostra ainda que os tribunais mantêm parados R\$ 2,3 milhões em bens repassados. Esse material foi considerado "ocioso" pelo conselho na apuração, encerrada no dia 18 de novembro.

O CNJ passa por uma crise interna, envolvendo, entre outras coisas, a fiscalização nos Estados, principalmente

os pagamentos a magistrados. A conclusão da auditoria revela que o descontrole no uso do dinheiro pelos tribunais pode ir além da folha de pagamento.

Diante da situação, o CNJ decidiu suspender o repasse de bens a quatro Estados: Paraíba, Tocantins, Rio Grande do Norte e Goiás.

Os três primeiros estão com um índice acima de 10% de bens "não localizados", limite estabelecido para interromper o repasse. Já o tribunal goiano, segundo a auditoria, descumpriu regras na entrega de seus dados.

Além desses quatro, a investigação atingiu outros 12 Estados que, numa análise preliminar, também apresentaram irregularidades.

NOVA INVESTIGAÇÃO

Desses, apenas Espírito Santo e Rio Grande do Sul encontraram todos os bens. Os demais não foram punidos com bloqueio, mas têm até maio — quando uma nova auditoria será feita — para mostrar as providências que estão tomando para localizar os equipamentos.

CONTINUA

30 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Os R\$ 6,4 milhões em bens não encontrados englobam todos esses tribunais auditados. No relatório, o CNJ resalta que "trata-se de recursos públicos que estão sendo distribuídos ao Poder Judiciário com um objetivo específico: informatizar o Poder Judiciário a fim de tornar a Justiça mais célere".

A investigação do conselho abrangeu um universo de R\$ 65 milhões em bens doados entre 2010 e 2011.

A prática do CNJ de doar material aos tribunais foi regulamentada em 2009.

Segundo a resolução, "o CNJ poderá destinar recursos ou oferecer apoio técnico aos tribunais com maior carência, visando o nivelamento tecnológico". Cabe à Comissão de Tecnologia e Infraestrutura definir os critérios.

O tribunal da Paraíba é o campeão de equipamentos desaparecidos. O valor chega a R\$ 3,4 milhões, pouco mais da metade do que o CNJ não localizou no País. De acordo com o conselho, 62% do que foi doado à corte paraibana tomou um destino incerto.

Cortes dizem que vão investigar destino de bens

A assessoria do tribunal da Paraíba disse que a presidência da corte baixou uma portaria neste ano para que uma comissão encontre todo o material em 45 dias.

"Esses bens não estão perdidos ou desvinculados da atividade jurisdicional", disse. "Realmente estamos com alguma dificuldade de cotejamento de alguns itens, fato que não pode ser considerado como desvio ou perda de bem doado", informou.

OTJ de Tocantins disse que uma comissão de inventário iniciou um trabalho para resolver os problemas dentro do prazo do conselho.

O tribunal do Rio Grande de Norte abriu auditoria para localizar os bens. "O fato de os bens não terem sido encontrados não significa que eles sumiram, mas que podem estar em manutenção ou transferidos para outros departamentos, sem que isso tenha sido informado", disse.

A corte goiana argumentou que houve problema técnico no envio dos dados ao CNJ e que, por isso, as doações foram suspensas. "O documento devidamente adequado às exigências do CNJ já está sendo providenciado."

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 JAN 2012

DESAPARECIDOS

Equipamentos doados pelo CNJ a tribunais sumiram ou não são utilizados



Materiais

Anualmente, o CNJ doa equipamentos como computadores e impressoras a tribunais estaduais para aumentar a agilidade dos trabalhos no Judiciário



Sumiço

Investigação do conselho aponta que cerca de R\$ 6,4 milhões em equipamentos doados pelo órgão aos tribunais desapareceram



Parados

O relatório indica ainda que R\$ 2,3 milhões em material (595 equipamentos) estão ociosos nos tribunais sem justificativas

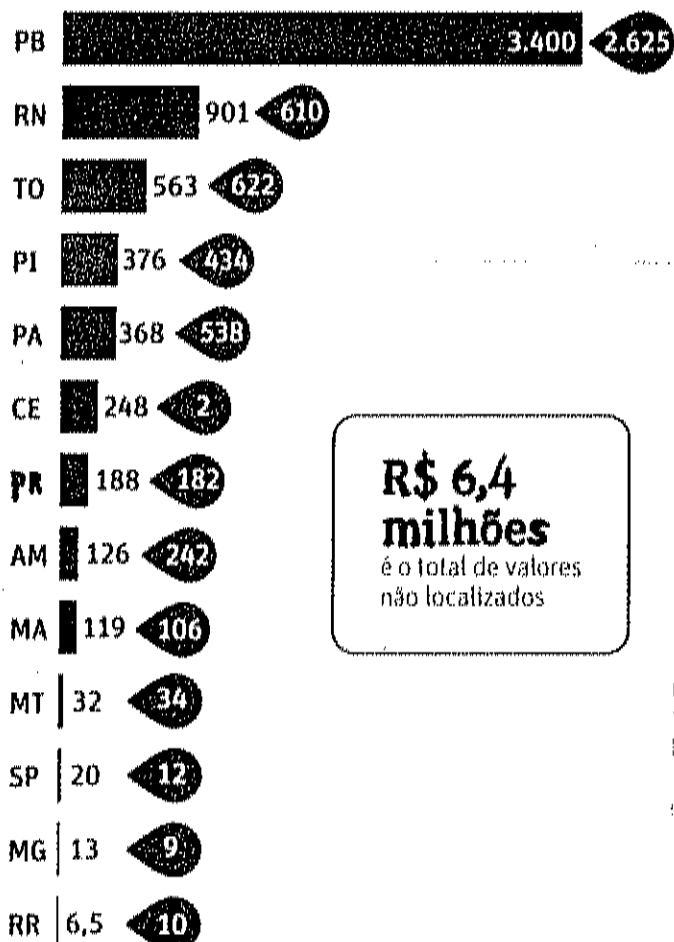


Resultado

A auditoria suspendeu as doações para quatro Estados que apresentaram um índice acima de 10% de material desaparecido: PB, TO, RN e GO

VALORES NÃO LOCALIZADOS, POR ESTADO* (EM R\$ MIL)

● Quantidade de equipamentos não encontrados



R\$ 6,4 milhões

é o total de valores não localizados

5.426

equipamentos, entre computadores, notebooks, impressoras e estabilizadores, estão desaparecidos

R\$ 3,4 milhões

é o valor dos bens desaparecidos no tribunal da Paraíba, Estado campeão nas irregularidades

62%

do que foi doado à corte paraibana teve um destino não conhecido

* Os dados referentes a Goiás não foram contabilizados porque o relatório do TJ-GO não atendeu às regras exigidas pelo CNJ
Fonte: Relatório do CNJ

30 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

“tiroteio”

Se o STF mantiver a liminar contra o CNJ, o Judiciário cairá em descrédito total com a população, que já o considera arrogante, antidemocrático e sem transparência.

DO PRESIDENTE DA OAB-RJ, WADIM DAMOUS, sobre o ato público que entidade fará amanhã, com apoio da CNBB e de artistas, defendendo a prerrogativa de o Conselho Nacional de Justiça investigar a conduta de magistrados.

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL 29 JAN 2012

Pinheirinhos em série

Depois de integrantes do governo classificarem como “bárbara e terrorista” a ação da PM paulista na reintegração de posse no Pinheirinho, o Planalto planeja criar grupo de trabalho interministerial para antecipar os diagnósticos de áreas urbanas no país passíveis de conflito. Levantamento preliminar feito pelo Ministério das Cidades mapeou 200 ocupações de sem-teto análogas à de São José dos Campos no país.

Quatro pedidos de socorro federal para invasores de terrenos com determinação judicial de expulsão chegaram à Presidência durante a semana. Uma delas está agendada para amanhã no Mato Grosso do Sul.

GILMAR MENDES

*[Alguns magistrados] Confundem
autonomia com soberania*

ministro do STF, para quem a crise que domina
o Poder Judiciário vem dessa confusão

29 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO PAINEL

Oremos A Corregedoria-Geral do TJ-SP busca apoio da arquidiocese da capital e da OAB para iniciar a investigação de conduta de juizes.

28 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Juízes confundem autonomia com soberania, diz Mendes

Ex-presidente do STF defende ação do CNJ e critica entidades de magistrados

Para Gilmar Mendes, Judiciário talvez seja único Poder que venha fazendo 'autocorreção', graças ao conselho

A crise que domina a cúpula do Poder Judiciário tem sua origem em setores da magistratura que confundem autonomia com soberania.

Essa é a avaliação do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Gilmar Mendes, presidente do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) de 2008 a 2010 e um dos responsáveis pela forma como a instituição atua no momento.

"Imagino que alguns magistrados estejam fazendo essa confusão de que os tribunais são entidades soberanas. Confundem autonomia com soberania", disse Mendes em entrevista à **Folha**.

O CNJ, responsável pelo controle e pela transparência da Justiça brasileira, virou o centro da polêmica. A corregedora Eliana Calmon e uma ala do Supremo defendem que o conselho tenha poder de investigação independente, sem esperar pelas ações das corregedorias estaduais.

Cezar Peluso, que preside o CNJ e também o STF, lidera o grupo que prega apuração nos próprios tribunais antes que a investigação seja realizada pelo conselho.

Associações representativas de magistrados foram à Justiça na tentativa de limitar o poder de atuação do CNJ. O caso deve ser julgado em breve pelo plenário do STF.

Gilmar Mendes ressaltou que a ideia de criar o CNJ nasceu no início dos anos 1990, na esteira da promulgação da Constituição, quando já era evidente a falta de capacidade das corregedorias estaduais em investigar seus próprios magistrados — o conselho foi criado em 2004.

SEM QUEBRA DE SIGILO

Para o ministro, nunca houve quebra indiscriminada de sigilos na investigação do CNJ sobre pagamentos a juízes e servidores do Judiciário, como alguns se referem à divulgação recente de dados do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), feita pela corregedoria, que pesquisou mais de 200 mil nomes.

"Não há quebra de sigilo quando alguém faz uma verificação em folha de pagamento. Todos esses anos pedimos para ter controle das contas, é um princípio republicano. Há algum segredo em relação ao meu salário ou a alguma verba que recebo na condição de ministro?"

SEM FALSEAR OS FATOS

Para Mendes, os principais responsáveis pela crise são as

associações representativas que foram tomadas por grupos corporativistas.

"Nós, enquanto juízes, temos que ter uma certa lealdade argumentativa. Talvez ninguém devesse falsear a verdade, mas nós juízes deveríamos ser mais respeitosos em relação aos fatos", disse.

"O ambiente está tenso e emocional, e quando isso ocorre a verdade acaba sendo a primeira vítima."

Visto com reserva por uma ala do Judiciário, que o considera polêmico e midiático, Gilmar Mendes rebate a crítica de que o Poder, em comparação ao Executivo e ao Legislativo, seja mais fechado.

'AUTOCORREÇÃO'

"Talvez o Judiciário seja o único Poder que esteja fazendo, graças ao CNJ, uma autocorreção. Quase todos os problemas foram levantados por nós", afirma.

Sobre a transparência, ele comenta que as decisões econômicas do Executivo estão longe de serem "marcadas por princípios de transparência, em todo o sentido". "Da mesma forma que não conhecemos os motivos das decisões tomadas no Legislativo."

Mas ele reconhece que a atual situação da Justiça brasileira não é satisfatória: "As mazelas ainda existem".

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

RACHA NO TRIBUNAL

Tendência de voto dos ministros do STF sobre o poder de investigação do CNJ

28 JAN 2012

Investigação do CNJ pode ocorrer independentemente das corregedorias estaduais



Cármen Lúcia

Indefinida



Rosa Weber



Gilmar Mendes



Joaquim Barbosa



José Antonio Dias Toffoli

Investigações devem ocorrer primeiro nas corregedorias estaduais e só depois no CNJ



Celso de Mello



Carlos Ayres Britto



Cezar Peluso



Marco Aurélio Mello



Ricardo Lewandowski



Luiz Fux

FOLHA DE S. PAULO

Representantes de TJs apoiam limite ao CNJ

28 JAN 2012

Presidentes e representantes de todos os Tribunais de Justiça do país divulgaram ontem carta de apoio às decisões liminares do STF (Supremo Tribunal Federal) que limitaram o poder de investigação do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

Integrantes dos tribunais estão entre os alvos das investigações do conselho. "O STF é o guardião final. [...] A gente percebe que o Supremo está sendo pressionado. E, de certa maneira, é preciso dar apoio", afirmou o desembargador Marcus Antônio de Sousa Javer.

Javer preside o Colegiado Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil e já comandou o TJ do Rio de Janeiro.

A carta foi divulgada ontem em encontro com a presença de 19 presidentes de TJs, em Teresina. O documento afirma "irrestrita confiança no Supremo Tribunal Federal".

O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, disse que o STF vem sofrendo com a "hostilidade" de um "movimento" que supostamente decorre "do caso do mensalão ou de divergências entre o CNJ e o STF".

Ao ser questionado sobre quem teria interesse em hostilizar o STF, disse que se trata de pessoas interessadas "em criar situação de caos" e "em enfraquecer o Judiciário".

A carta aberta também se opõe aos poderes do CNJ de autorizar quebras de sigilo fiscal e bancário.

Os magistrados pedem ainda mais verbas e autonomia para os Tribunais de Justiça.

No mesmo encontro, a Associação dos Magistrados Brasileiros disse que irá pleitear isenção de impostos para a compra de carros blindados por parte de magistrados.

A associação afirmou que, em 2011, mais de 200 juízes foram ameaçados de morte, e, nos últimos 60 dias, ocorreram quatro ações graves contra magistrados.

28 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

A reintegração de posse no Pinheirinho, em São José dos Campos, deveria ter acontecido?

JOÃO ANTONIO WIEGERINCK

SIM

A manutenção das regras

No episódio ocorrido na comunidade Pinheirinho, é possível notar a evidente congruência de determinados fatores.

São eles: a ocupação e a permanência ilegais em uma área privada; a absoluta inércia de ministérios e secretarias estaduais e municipais vinculadas à habitação; e, ainda, uma decisão judicial mal conduzida pelas autoridades policiais e administrativas.

Com relação à ocupação de uma propriedade privada, só é possível solicitar o usucapião no caso de a posse ter acontecido pacificamente, ou seja, sem nenhuma manifestações do proprietário ao longo dos cinco anos previstos para a modalidade urbana desse instituto legal.

Contudo, o proprietário moveu a ação de reintegração de posse no devido tempo, mas o processo tramitou com lentidão. Tal situação não configura posse pacífica e lícita dos invasores.

É necessário verificar que os ocupantes, até onde foi noticiado, não recolhem impostos como o IPTU ou as taxas da prefeitura. Energia elétrica e água são desviadas da rede oficial. Logo, é presumível que os membros da comunidade soubessem das ilegalidades cometidas desde a fixação de suas moradias.

Ao longo dos oito anos de ocupação, cerca de 70 famílias residentes fizeram inscrições para planos de habitação popular. As demais, não.

Tendo em vista o fato de que o Estado deve agir preventivamente, não esperando que os problemas sociais se transformem em emergências sociais, é lógico aferir a incompetência omissiva diante do quadro.

O direito à propriedade é um direito tão antigo quanto o direito à dignidade da pessoa humana na maior parte das constituições ocidentais. Como princípios constitucionais que são, inexistem uma hierarquia científica entre eles ou os demais princípios.

Cabe aos interpretes primários das normas (ou seja, procuradores, promotores, juizes e advogados) acharem a justa medida quando tais princípios entram em colisão.

Por mais que a legislação tenha que ser seguida em nome da ordem geral de uma nação, a parte mais importante do processo em si é a forma de concretizar a interpretação do direito e da justiça.

No Pinheirinho, diante da omissão do Estado como um todo em agir — fosse construindo casas populares, fosse adquirindo e pagando pela área —, a decisão de desocupação foi embasada na Carta Magna e nas

normas infraconstitucionais vigentes e aceitas no país.

Infelizmente, a concretização da decisão não foi conduzida de acordo com as mesmas normas. Seria preciso determinar quais os abrigos receberiam os retirados e conceder aos mesmos tempo suficiente para reunir os seus pertences.

O que não se deve confundir é a maneira equivocada de conduzir a desocupação com um ato desprovido de embasamento jurídico.

A retirada de invasores de uma propriedade adquirida honestamente e pela qual se paga tributos ao Estado é um ato lícito e voltado à boa observância da ordem.

Por isso, o Supremo Tribunal Federal decidiu manter a desocupação. O que precisa ser corrigido é forma de aplicar o direito adquirido.

O que todo cidadão de bem deseja é que a sociedade em que vive ofereça estabilidade na manutenção das regras a serem observadas por todos, sem favorecimentos ou discriminações. Quem tem consciência de estar vivendo ilegalmente sabe que um dia isso será cobrado. Tomara que de agora em diante com mais dignidade e prevenção.

JOÃO ANTONIO WIEGERINCK, 45, é advogado, especialista do Instituto Millenium e professor da Escola Paulista de Direito

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

28 JAN 2012



PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO

NÃO

O conluio entre os poderes econômico e político

Até quando os noticiários dos jornais e da televisão mostrarão as cenas degradantes dos despejos de famílias sem-teto?

A mais recente delas, realizada em uma área de São José dos Santos, expulsou famílias que ocupavam, há oito anos, uma área periférica da cidade.

Oito mil policiais foram desviados das suas funções de manutenção da segurança da população para essa inglória tarefa.

Agindo com violência, esses policiais feriram as pessoas, destruíram as casas e os objetos dessa pobre gente, atingindo até as crianças. Foi uma barbaridade.

O promotor público, obrigado por lei a presenciar essas operações, brilhou pela ausência.

Chama a atenção igualmente a ausência de parlamentares, especialmente daqueles pertencentes aos partidos de esquerda.

Com a exceção honrosa do senador Eduardo Suplicy, é muito raro ver parlamentares presentes nesses eventos com a finalidade de prevenir excessos da força policial.

O mais incrível é que o mesmo Estado que realizou o despejo estava negociando com o proprietário do terreno a aquisição da área, para vender aos ocupantes.

Os advogados dessas famílias fi-

zaram um grande esforço para demonstrar à juíza do processo que a solução do problema era uma questão de dias.

Indiferente ao drama humano que sua decisão causaria, a juíza aplicou mecanicamente a lei e determinou o despejo.

Não contente, um juiz de direito acompanhou o despejo e indeferiu de plano, em pleno local, todas as petições que foram apresentadas pelos advogados com o propósito de evitar a execução do mandado.

Só se justificaria a presença de um magistrado em eventos desse tipo se fosse para prevenir excessos da força policial.

No entanto, a presença de um juiz de direito no Pinheirinho não causou nenhuma inibição nos soldados, em uma evidente demonstração do conluio entre o poder econômico e o poder político nos Estados hegemônicos pela burguesia.

Nesses Estados, a prioridade primária é sempre a defesa do sacrossanto direito de propriedade. Todo o resto — os direitos humanos, a integridade física, os pequenos pertences das pessoas — fica subordinado ao direito maior.

Por isso, o direito à propriedade de um milionário relapso, que deve milhões de tributos não pagos ao Estado brasileiro, justifica o espan-

camento de pessoas e a destruição de seus bens.

E agora? Como ficam as famílias despejadas? Quem cuidará delas?

Elas obviamente irão ocupar outra área. Serão novamente expulsas e voltarão a sofrer os mesmos vexames e as mesmas violências.

Isso acontece e continuará acontecendo enquanto não houver uma legislação que coíba a especulação imobiliária, porque é ela que causa o aumento extorsivo do preço dos terrenos e, desse modo, exclui as famílias pobres do mercado.

Pacífica, despolitizada e sem organização, essa população tem aceitado a situação intolerável sem recorrer à violência. Até quando?

Isso vai continuar acontecendo enquanto os partidos de esquerda deixarem de cumprir seu papel de conscientizar e organizar essa massa, para que ela resista a esses ataques de armas na mão.

Na hora em que isto for uma realidade, não haverá violência, porque a consciência dessa realidade será suficiente para manter os cassetetes na cintura.

PLÍNIO DE ARRUDA SAMPAIO, 81, advogado, foi deputado federal pelo P1-SP (1985-1991), consultor da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação) e candidato a presidente pelo PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

MARTA SUPLICY Incompetentes e truculentos

Não sobram áreas para a dupla PSDB-Kassab atentarem contra os menos favorecidos de São Paulo.

A violência corre solta no nosso Estado, evidenciando não somente a truculência policial, mas o total desprezo e desrespeito pelo ser humano.

Usuários de drogas são espancados e expulsos da crackolândia. Sem planejamento e acolhimento adequados, centenas de desassistidos passam a circular como zumbis pela cidade.

Medidas para a solução do problema da droga, da violência e da mendicância no centro da capital têm que ser tomadas com responsabilidade. Não cabe aqui citar o que esta nefasta gestão interrompeu no diálogo social. Basta lembrar o impacto negativo para a recuperação do centro ocorrido após a interrupção do projeto do BID, o desmantelamento do Boracéia (modelo de atendimento social) e o descaso das gestões Kassab em trazer o Bolsa Família para São Paulo.

Na USP, mais um exemplo de indisposição para o diálogo. Viu-se a perplexidade da população que não compreendia a truculência e o que se passava. Posteriormente, a indignação com o comportamento nitidamente preconceituoso de um policial frente ao aluno que virou alvo, por ser negro.

A reintegração de posse do Pinheirinho, em São José dos Campos, já se caracterizou como uma das ações mais violentas e cruéis do novo-velho governo paulista.

JOSE SIMÃO

E a polícia de SP tucanou a borrachada. Agora diz que são "técnicas de controle de distúrbios civis"

Centenas de famílias enxotadas numa ação judicial que existe há anos e tinha desfecho conhecido. Nada foi pensado sobre destino delas. O Estatuto da Cidade passou ao largo, seja por, ou falta de, interesse do prefeito peesedebista de São José, seja pela omissão do governador. A política do que se danem os destituídos.

Como disse um popular, do lado de fora da catedral da Sé, sobre a festa de 458 anos de São Paulo: "Enquanto o prefeito está comungando, nós aqui apanhando".

Esta falta de compromisso com o social perdura no abandono das famílias, que, vítimas de incêndio na favela do Moimão (região central da capital), continuam sem futuro, largadas no meio das cinzas, com um único banheiro para todos.

No transporte, a violência do descaso é tão ou mais grave, pois são milhares de pessoas que poderiam estar chegando mais cedo em casa, ficando mais com a família, tendo menos estresse, gastando menos e vivendo melhor.

Em resumo, esses maus governantes, que fazem discursos bonitos, têm suas ações em direção oposta à sensibilidade, ao respeito e ao cuidado com o outro. Principalmente com os que não têm.

Entretanto, a pergunta que não quer calar: por que tantos bilhões da Prefeitura de São Paulo nos bancos, enquanto a pobreza grassa solta na cidade?

JOSE SIMÃO

Eu tenho que dar um "erramos", reparar uma injustiça: os ovos tacados no Kassab eram pro Alckmin!

E eu tenho que dar um "erramos", reparar uma injustiça: os ovos tacados no Kassab eram pro Alckmin. O Kassab foi vítima de ovo perdido! O Alckmin desconfiado não foi à missa na praça da Sé.

Operação desastrosa

SÃO PAULO - A julgar pelos resultados, a operação policial no Pinheirinho foi desastrosa: algumas pessoas saíram machucadas, famílias ficaram sem ter onde morar e o "imbróglio" judicial em torno da massa falida da Selecta não ficou mais perto do fim.

Boa parte das consequências era previsível antes de o juiz assinar a reintegração de posse e a polícia executá-la. A pergunta é: por que tanta gente participou de uma ação da qual claramente resultaria mais mal do que bem? Respondê-la é tarefa para os novos cientistas do mal, pesquisadores como Roy Baumeister, que se dedicam a estudar como a violência brota e se espalha pela sociedade.

Entre várias descobertas e "insights" valiosos, Baumeister mostra que um modo eficaz de arrebanhar perpetradores para ações cruéis é dividir a responsabilidade, de preferência entre muitos atores, incluindo figuras de autoridade. A psicologia de grupo ensina que, nessas situações, poucos ousarão levantar a voz para denunciar a imoralidade e, como ninguém se sentirá pessoalmente responsável, não deverá opor muita resistência em tomar parte no processo.

Uma receita quase infalível é a preconizada pelo sistema: um juiz defere a reintegração e não tem mais nada a ver com isso; o governador manda a polícia cumprir a determinação judicial e sai de cena; o comandante ordena à tropa que aja, e os soldados, que têm juízo, obedecem. Ninguém é responsável sozinho e, por isso, fica fácil espancar uns pobres diabos e pôr famílias no olho da rua.

Muitas vezes, essa divisão do trabalho e das responsabilidades funciona para o bem, mas nem sempre. Se a ideia é fazer justiça e não só cumprir leis, juizes talvez deveriam visitar as áreas a ser reintegradas e conversar com os moradores antes de assinar despachos. Os americanos chamam isso de "igual consideração de interesses", um princípio moral que alguns filósofos consideram tão ou mais importante que a própria noção de direitos.

28 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Justiça suspende o projeto da Nova Luz

Juiz barra de novo a lei de concessão urbanística na região central; autor da ação diz que projeto não foi debatido

Prefeitura de São Paulo diz que vai tomar as medidas jurídicas cabíveis e que 'causa estranheza' a decisão

MARCELLE SOUZA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A Justiça suspendeu, por meio de liminar (decisão provisória), os efeitos da lei da concessão urbanística do projeto Nova Luz, no centro de São Paulo. A decisão, de quinta-feira, é do juiz Adriano Marcos Laroca, da 8ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. Ainda cabe recurso.

Esta não é a primeira vez que a reurbanização é breçada por uma decisão da Justiça. Em abril do ano passado, o TJ (Tribunal de Justiça) acatou o pedido de liminar de uma AdIn (ação direta de inconstitucionalidade) impetrada pela Associação dos Comerciantes da Santa Ifigênia.

A prefeitura recorreu e a liminar foi suspensa pelo mesmo desembargador.

Em dezembro, ela voltou a

ser suspensa, junto com outros projetos que aguardavam licença ambiental.

Dessa vez, além de suspender a concessão urbanística do projeto, o juiz também interrompeu o processo administrativo e seu estudo de viabilidade econômica.

SEM DEBATE

A ação, proposta por André Carlos Livovschí, alega que nenhuma audiência pública foi feita para apresentar o projeto, antes de finalizado, aos moradores e comerciantes da região. A **Folha** não conseguiu contato com o autor da ação.

"A decisão política de aplicar no projeto Nova Luz o instrumento da concessão urbanística, de fato, não contou com a participação popular", disse o juiz na ação.

Laroca ainda afirma que é falso o argumento que o projeto irá se concretizar sem a necessidade de "grandes investimentos da prefeitura", como previsto inicialmente.

Para viabilizar financeiramente o projeto, a administração municipal estima ban-

car até R\$ 355 milhões. Laroca, no entanto, usa estudos da Fundação Getúlio Vargas, que teriam sinalizado que o projeto só irá se concretizar com investimentos públicos em torno de R\$ 600 milhões —fora os já realizados com incentivos fiscais.

Em sua decisão, o juiz também criticou a ação do governo na cracolândia.

Ninguém "discute a necessidade do Estado de retomar o espaço público da cracolândia (...). No entanto, essa retomada não pode ser marcada somente pelo desenvolvimento econômico e financeiro, pela exclusão social e pela migração de bairro de moradores de rua e viciados."

No dia 3 de janeiro, a PM iniciou uma ação para reprimir o tráfico na região.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano disse, por meio de nota, que serão tomadas as providências jurídicas cabíveis. A nota afirma que "causa estranheza a decisão, uma vez que o TJ e a Procuradoria-Geral de Justiça já se pronunciaram pela constitucionalidade da lei".

CUSTO DA NOVA LUZ

Confira estudo financeiro da prefeitura para revitalização da cracolândia

R\$ 5,1 bilhões

é o faturamento estimado que a empresa vencedora terá com a reocupação do centro

R\$ 355 mi

é o valor que a prefeitura prevê pagar para a empresa vencedora da licitação, ao longo de 15 anos, para:

- > desapropriar imóveis
- > demolir prédios
- > construir equipamentos públicos (praças, calçadas e creches)
- > construir novos prédios no local
- > vender os terrenos

ETAPAS DO PROJETO

Tempo de execução das obras (a partir da implantação, prevista para 2012)

■	■	■	■	■
Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
2,5 a 5 anos	5 a 7,5 anos	7,5 a 10 anos	10 a 12,5 anos	12,5 a 15 anos

FOLHA DE S. PAULO

Juiz veta entrada de novos detentos em cadeia de Araraquara

28 JAN 2012

Decisão foi por causa da superlotação em Anexo de Detenção Provisória da cidade

Por causa da superlotação, a Justiça de Araraquara determinou que nenhum preso sem julgamento poderá ser transferido ao Anexo de Detenção Provisória local sem autorização judicial.

O problema, porém, não é exclusivo da cidade do interior paulista. No Estado, há um excesso de 68.665 presos nos presídios paulistas.

Segundo a SAP (Secretaria de Estado da Administração Penitenciária), a população carcerária hoje é de 174.365 detentos, o que significa 64,9% a mais do que suportam as 105.700 vagas.

Na última quarta-feira, o juiz de Execuções Criminais de Araraquara, José Roberto Bernardi Liberal, alertou à direção do complexo prisional que remoções ao ADP devem passar por seu crivo.

A decisão, disse Liberal à **Folha**, tem o objetivo de evitar que a superlotação não piore. "Quando voltar ao número que [o ADP] comporta, as transferências podem voltar a ser automáticas."

Araraquara ganhou destaque no país em 2006, depois de imagens reveladas pela **Folha** mostrarem que, após rebeliões que destruíram parte do complexo, 1.600 homens foram confinados em um espaço onde cabem 160.

Como o portão local foi soldado, presos foram içados para remoções. O caso foi investigado pela Organização dos Estados Americanos.

A SAP informou não ter sido comunicada, mas disse que o Estado tem construído 49 novas unidades prisionais.

Coordenador da Comissão de Direitos Humanos de Ribeirão Preto, Vanderley Calke Filho, disse que a decisão levaria seguida por outros juizes. O Tribunal de Justiça paulista não se manifestou sobre a declaração.

Governo diz que está construindo 49 presídios

A SAP disse que não foi notificada da decisão judicial em Araraquara e que só depois disso poderá definir a providência a ser tomada.

O governo tem adotado um plano de expansão que prevê a construção de 49 unidades prisionais. O investimento de R\$ 1,5 bilhão, deverá criar 39 mil novas vagas.

O número, significa pouco mais da metade do total de presos em excesso hoje. O plano de expansão, segundo a SAP, deve-se ao "explosivo aumento da população prisional" no Estado.

Em 2001, eram 67,6 mil pessoas em prisões paulistas, número que saltou para 174,3 mil neste ano.

UNIDADES SUPERLOTADAS

CAPACIDADE

105,7

mil são as vagas no Estado

LOTAÇÃO

174,3

mil são os detentos em SP

SISTEMA TEM

64,9%

de presos a mais

FOLHA DE S. PAULO

WALTER CENEVIVA

Pagar o que deve

A "moralidade" do Estado tem padrão seletivo: vale para interesses políticos, mas não para cumprir a lei

28 JAN 2012

O DEVER de pagar dívidas, quando referido ao poder público, exige a leitura do art. 37 da Constituição. Esse dispositivo impõe o princípio de moralidade como exigência para o exercício da administração pública. A moralidade constitucional tem qualidade de enquadramento jurídico para aplicar o direito vigente. Nada obstante a essa condição, a realidade nacional, nos dias que correm, permite dizer que, em boa parte, o poder público assume uma posição atentatória da moralidade quando não paga dívida vencida. O mesmo se diga quando facilita a vida de alguns de seus credores, em detrimento de outros.

Pagar o devido tem variáveis. As vítimas do não recebimento de seus créditos em face da administração são os caloteados, mas não só eles, porquanto também são vítimas os passados para trás, em face de outros que, mais chegados ao poder, recebem em dia, beneficiados por excessos de favorecimento, conforme noticiado sobre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Para o direito, quem não paga o que deve é inadimplente. Descumpra a lei. Na avaliação comum, mau pagador é o caloteiro. Agrava-se a conduta do administrador público quando, sendo mau pagador renitente, ao mesmo tempo pressiona e asfixia seus devedores, sob desculpa de que cumpre a lei.

O Judiciário começou a dar atenção para essa disparidade de condutas do poder público, mas ainda com timidez. Já foi referido, nesta coluna, voto exemplar do ministro Carlos Ayres Britto, do STF (Supremo

Tribunal Federal), na ação direta de constitucionalidade nº 4.357 (Distrito Federal). Volto a ele para recordar aspectos da emenda constitucional nº 62/2009. É claro que entre as consequências dessa emenda está a possibilidade de que certas dívidas da administração simplesmente se destinem a não serem quitadas ou, se o forem, tenham atraso ainda maior. É usual que o administrador tire vantagens gastando em obras novas, que, ao mesmo tempo, servem para não pagar débitos velhos.

Para Ayres Britto não se compreende que certas obrigações, a cargo da administração, sejam descumpridas, com quebra do direito do credor. O ministro do STF extrai da emenda constitucional nº 62/2009 desalentadora conclusão nesse sentido, especialmente no caso dos precatórios judiciais. A emenda mencionada autoriza o não pagamento quando o débito remanescente for superior ao valor dos recursos vinculados na conta do ente devedor em um exercício dado. Ou seja, basta que os recursos vinculados absorvam toda a destinação do orçamento para isentar a administração de quitar débitos antigos. Ayres Britto admite que o STF contribuiu para esse descaso ao "não deferir pedidos de intervenção federal, sob a desculpa de que os Estados se encontravam sob dificuldades financeiras".

Neste momento em que juízes têm recebido valores altíssimos, que atentam contra os limites constitucionais de sua remuneração mensal, quando alguns são favorecidos em detrimento de seus colegas livres

da ordem dos precatórios, vê-se que as coisas estão mal paradas. Os exemplos se repetem porque a "moralidade" do Estado tem padrão seletivo: vale para interesses políticos, mas não para cumprir a lei. É o pior exemplo que os poderes constitucionais podem dar ao povo.

28 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

**TRE rejeita prestação de
contas do PSDB paulista**

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo desaprovou anteontem a prestação de contas do PSDB paulista de 2009. O diretório terá suspenso, por um ano, o recebimento o fundo partidário e terá que devolver R\$ 87,9 mil. Segundo o relator do processo, Mathias Coltro, o partido usou R\$ 56 mil em recursos de origem não identificada e houve irregularidades na aplicação do fundo partidário. O diretório afirmou que não foi notificado da decisão, mas que deverá recorrer.

27 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Peluso se desculpa, e conselheiros do CNJ 'validam' licitação

Após reunião, ala de oposição ao presidente do órgão diz que problemas apontados em relatório foram esclarecidos

Ministro também adiou discussão pública sobre as propostas que, na prática, tiram poder da presidência do conselho

LEANDRO COLON
NÁDIA GUERLENDIA
DE BRASÍLIA

Numa reunião a portas fechadas, o presidente do CNJ, Cezar Peluso, pediu desculpas aos colegas pela falta de comunicação sobre licitação feita às pressas em dezembro e colocada sob suspeita pelos integrantes do órgão.

Ao mesmo tempo, a ala anti-Peluso no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aceitou uma trégua e abandonou o tom crítico dos últimos dias. Os conselheiros divulgaram nota dizendo não haver "dúvidas" sobre a concorrência.

Isso ocorre depois da divulgação de um relatório do conselheiro e promotor Gilberto Martins, que apontou indícios de irregularidade na licitação de R\$ 68 milhões, vencida em dezembro pela NTC, representante da Oracle.

Uma empresa participante, a IBM, contestou o resultado. Uma equipe técnica participou da reunião de ontem e, segundo os conselhei-

ros, esclareceu os problemas.

A assessoria de Peluso confirmou à *Folha* que ele reconheceu, na reunião, ter falhado na comunicação interna, mas que reclamou também por não ter sido procurado para discutir o assunto.

Com a demora da reunião, que durou quatro horas, e a ausência de 4 dos 15 conselheiros, entre eles a corregedora Eliana Calmon, Peluso obteve outra vitória: adiou a discussão pública sobre as propostas do conselheiro Marcelo Nobre, que tiram po-

der da presidência do órgão.

Nobre disse que deve apresentar as mudanças em 13 de fevereiro para que sejam debatidas no dia seguinte. Ao menos seis conselheiros já se disseram a favor delas.

Nos bastidores, os conselheiros admitem que fizeram um recuo público, mas dizem que o gesto foi estratégico.

Reconhecem que, externamente, Peluso saiu vitorioso. Internamente, porém, avaliam que ele foi "sabatinado" por quatro horas, o que o enfraqueceu politicamente.

Juízes são acusados de venda irregular para abater dívida

DE SÃO PAULO

Os juízes federais Moacir Ferreira Ramos, Solange Salgado e Charles Moraes, ex-presidentes da Ajufer (Associação dos Juízes Federais da 1ª Região), foram denunciados pelo Ministério Público Federal sob acusação de amortizar empréstimos pessoais com recursos da venda irregular de sala comercial da associação.

A denúncia foi oferecida em novembro ao TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região). Não há decisão.

Como ao menos 17 dos 27 desembargadores do TRF-1 são associados da Ajufer, o procurador requereu a remessa dos autos para o STF. A Procuradoria pediu afastamento dos magistrados.

A *Folha* não conseguiu ouvir os juízes. Ramos sempre afirmou que não teve benefícios pessoais. Salgado disse em 2011 que houve tentativa de vinculá-la a um esquema. Na ocasião, Moraes negou participação.

27 JAN 2012

FOLHA DE S. PAULO

Morre ex-presidente do STF Djaci Alves Falcão, aos 92 anos

DE SÃO PAULO - Presidente do STF (Supremo Tribunal Federal) entre 1975 e 1977, Djaci Alves Falcão morreu ontem, aos 92 anos, no Recife.

Nascido em Monteiro (PB), Falcão foi nomeado em 1967 ministro do STF durante a ditadura militar pelo então presidente Castello Branco.

Formado em 1943 pela Faculdade de Direito do Recife, tornou-se juiz de Pernambuco no ano seguinte.

Em março de 1957, Falcão foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Estado.

Cinco anos depois, foi eleito presidente do tribunal.

Antes de ir para o Supremo, o ex-ministro foi presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco em 1966.

Ele também chegou a exercer por dois mandatos o cargo de ministro do Tribunal Superior Eleitoral.

Sua aposentadoria no Supremo aconteceu em 1989.

Casado com a Maria do Carmo de Araújo Falcão, ele teve três filhos. Um deles é Francisco Cândido, ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

FOLHA DE S. PAULO

Juiz condena americana que se casou com três brasileiros

27 JAN 2012

Intenção era que eles conseguissem visto

A americana Erin Whittaker tinha 21 anos quando se casou com um brasileiro para que ele recebesse visto de residente nos EUA. Era 2004, ela estava grávida, solteira e sem dinheiro. Em 2005, casou-se com outro. Em 2006, mais outro.

Anteontem, um tribunal de Massachusetts a condenou a dois anos por fraude conjugal, mas converteu a pena a cem horas de serviço comunitário.

"Ela é grata por ter recebido o sursis da pena", disse à **Folha** seu advogado, James Duggan. A pena máxima era de cinco anos de prisão ou multa de US\$ 250 mil (R\$ 436 mil).

Os nomes dos três brasileiros, que se denunciados seriam deportados, foram omitidos do processo. Não há registro dos casamentos —em East Providence (Rhode Island) e Taunton e New Bedford (Massachusetts)— no Consulado do Brasil em Boston.

O advogado diz que sua cliente não manteve contato com os "maridos". Mas nunca chegou a se divorciar. Não foi, porém, indiciada por bigamia. O juiz entendeu que a intenção não foi manter matrimônios, mas fraudar a imigração.

"Ela era muito nova, estava grávida e solteira. Aceitou a [primeira] oferta. Depois de um curto período, foi abordada de novo. E três vezes aceitou."

Com a decisão, os casamentos perdem valor legal. Erin hoje tem dois filhos de outros pais e, diz Duggan, "vive uma relação estável há três anos com um cidadão dos EUA".

No Rio, Ministério Público Militar é alvo de ação de despejo na Justiça

DO RIO - Um processo em que a Academia Nacional de Medicina pede o despejo do Ministério Público Militar (MPM), no Rio, será julgado pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça).

O MPM aluga um andar do prédio da academia localizado no centro do Rio, próximo ao aeroporto Santos Dumont.

Em 2009, quando acabou o contrato de locação entre a Academia de Medicina e o Ministério Público Militar, a Procuradoria-Geral do Ministério Público foi informada de que o contrato não seria renovado.

A academia tomou a decisão por uma exigência da Prefeitura do Rio de que fosse feita uma obra de reestruturação de todo o edifício, de nove andares.

A Justiça Federal concedeu uma liminar determinando que o Ministério Público Mil-

itar deixasse o local, mas a instituição recorreu e conseguiu outra liminar para se manter.

O advogado da academia, Renato Anet, decidiu recorrer ao STJ. "O defensor da lei, o MPM, está ilegal, já que precisamos recuperar o prédio e eles insistem em permanecer", afirma Anet.

Atualmente, apenas o Ministério Público Militar ocupa o prédio. Os outros andares já foram desocupados.

Lá trabalham 90 funcionários, sendo 18 promotores. São responsáveis por apurar desvios nas Forças Armadas.

A procuradora-geral Cláudia Márcia Moreira Luz viajou ao Rio para informar que a instituição já procura nova sede.

Procurada, a Procuradoria preferiu não se pronunciar sobre o tema.

O ESTADO DE S. PAULO

'Amigos para sempre'

28 JAN 2012

POMPA, PÔR DO SOL E 'MARIA ISABEL'

Tapete vermelho para magistrados em Teresina

Mergulhada na crise dos contracheques que não explica e acuada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a toga não se faz derogada. Reunidos na noite de quinta-feira, os desembargadores que presidem os 27 Tribunais de Justiça do Brasil viveram instantes agradáveis e do jeito que mais apreciam. Entre um e outro pronunciamento de defesa veemente das prerrogativas da classe abriram espaço para a liturgia das honrarias, insígnias e colares de mérito.

Foi uma noite lancinante para os doutores do Judiciário. A eles estenderam o tapete vermelho, novinho em folha e tão fofo que só pisando para saber. Cruzaram o túnel de lanceiros e a guarda de honra até o auditório, onde às 20 horas foi declarada aberta a 90.ª edição do Colégio Nacional dos Presidentes de TJs.

O colégio é um fórum que aloja a elite da categoria, os quatrocentos, como se diz, porque ingressaram na magistratura nos idos dos anos 60, salvo exceções. Soberanos do Judiciário em seus Estados, vieram a Teresina para debater "o aprimoramento das atividades do Judiciário".

Também para reafirmar compromisso de lutar pela independência do poder, que vive página perturbadora de sua história. E, ainda, para se queixar que estão à míngua, por desfeitas do Executivo que "há mais de seis anos" não lhes dá reposição salarial.

O governador Wilson Martins (PSB) deu o ar da graça, ao lado do prefeito da capital Elmano Ferrer (PTB) e demais autoridades que foram prestigiar o importante evento. Martins sugeriu, quase decretou, a tão ilustres vi-

sitantes que não retornassem a seus Estados sem ver o pôr do sol do Piauí, sem conhecer o Delta do Parnaíba e os 66 quilômetros de praias de seu Estado.

Algo mais. "Os senhores têm que comer Maria Isabel!", instigou a certa altura o governador, referindo-se ao prato de arroz com tiras de carne de sol. Depois foram todos contemplados com o folclore da terra. Na sanfona e nos pés, a banda dos vaqueiros entoou o Hino Nacional. O coral empolgou os magistrados.

O ponto alto da festa se deu quando dez desembargadores foram agraciados com o Colar do Mérito do Judiciário - a medalha Ernesto Batista, de 5 centímetros de diâmetro, pendurada na fita vermelha e azul com 40 centímetros de comprimento. Ficaram orgulhosos e faceiros com o adereço - e, então, passaram aos pronunciamentos, em que Henrique Nelson Calandra, da Associação dos Magistrados Brasileiros, alertou que "o caminho dessa cruz que estamos carregando exige de todos nós compartilhamento de bandeiras, de causas".

A surpresa ficou para o final, já eram 22h45, quando Victória Moura, de 11 anos, irrompeu no palco e se pôs a cantar *Amigos para sempre*, em parceria com um senhor de 64 anos - seu pai, desembargador Edvaldo Pereira de Moura, presidente do Tribunal do Piauí. E todos se comoveram e de pé aplaudiram.

O ESTADO DE S. PAULO

Revolta da toga. Reunidos em Teresina, presidentes de tribunais discutem desgaste do Poder e afirmam que objetivo é 'emparedar' o Supremo Tribunal Federal exatamente no ano em que a Corte deverá julgar o caso de corrupção mais emblemático do governo Lula

Magistrados apontam mensalão como pano de fundo da crise do Judiciário

28 JAN 2012

Com os nervos à flor da pele, resultado da crise de credibilidade após revelações de movimentações financeiras atípicas de magistrados, a elite da toga, reunida em Teresina, apontou ontem interesses de "emparedar" o Supremo Tribunal Federal exatamente no ano em que será julgado o maior escândalo da Era Lula.

O mensalão pode ser o pano de fundo da turbulência que atravessa a magistratura, desconfiam líderes da classe, doutos desembargadores e desembargadoras que presidem os 27 Tribunais de Justiça do País e que estão reunidos desde quinta-feira para debater o "aprimoramento das atividades" do Poder que julga.

Sem citar explicitamente os nomes dos inimigos – por cautela, até que se prove o contrário, como manda o rito processual, adotam o silêncio quando instados a identificar quem os aflige –, magistrados acreditam que "alguns réus" do processo criminal que desafia o STF ou pessoas ligadas a eles estão à sombra de uma trama bem urdida para desestabilizar o Judiciário. Entre os 38 réus do mensalão, pontuam os magistrados, vários ainda têm força política aqui e ali.

"O Supremo está emparedado por pessoas que querem abalar os alicerces do Judiciário", brada Henrique Nélgson Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a mais poderosa e influente entidade da toga, com 15 mil magistrados a ela agregados.

"Que processo o Supremo vai julgar proximamente? O mais importante de todos os processos", diz Calandra. "Alguns réus podem estar por trás disso (dos ataques à toga). Que tem, tem. Eu não estou falando do Zé Dirceu (ex-ministro chefe da Casa Civil de Lula), ele foi meu colega da faculdade. Mas é estranhíssimo que no dia em que o ministro Joaquim Barbosa (relator do mensalão) passa o processo para Lewandowski aí vem essa onda toda, que ele (ministro Ricardo Lewandowski) levantou (pagamentos acumulados do TJ-SP). Acho que tem alguma coisa esquisita nisso tudo", sentencia Calandra.

O desembargador Marcus Faver, dirigente máximo do Colégio de Presidentes dos TJs, também faz suas conjecturas. "O Judiciário brasileiro está sofrendo um abalo nas suas estruturas. A quem interessa abalar as estrutu-

ras de um Poder constituído e que defende os princípios democráticos de um País?", indaga Faver, que foi presidente do Tribunal de Justiça do Rio e integrou a primeira composição do CNJ.

"Pode até ser gente de fora (do rol dos mensaleiros), não é? Mas ligada a esse grupo", conspira o presidente da AMB.

Ivan Sartori, presidente do TJ de São Paulo, maior corte do País, vai na mesma toada. "Acho que existe sim um movimento contra o Supremo. Não sei qual é a razão. Há várias especulações. Esse movimento vem de lados que não sabemos de onde, mas que vem se utilizando da imprensa com certeza. Alguns especulam que seria do caso do mensalão, outros especulam que seria simplesmente uma divergência, uma dissonância entre o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e o Supremo. A verdade é que existe uma situação de hostilidade, pelo menos a imprensa demonstra, contra o STF por interesses que não sabemos, por enquanto, quais são. Vamos ter que apurar", prega Sartori.

CONTINUA

28 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Com a palavra Edvaldo Pereira de Moura, desembargador, presidente do TJ do Piauí, 64 anos, "magistrado de carreira desde 14 de julho de 1977": "O que a gente percebe, não é de hoje, é que parece que existe um movimento orquestrado de descrédito e desmoralização da Justiça. É difícil a gente apontar esse ou aquele por esse movimento, mas a gente percebe esse interesse. O Calandra indica que esse processo (*do mensalão*) é que motivaria essa preocupação com a desestabilização".

Carta. Ao fim do encontro, os magistrados endossaram, por unanimidade, carta em que manifestam a preocupação com a crise. Com apenas quatro itens, a carta manifesta "profunda preocupação com o momento vivido pelo Poder Judiciário em face da notória exposição negativa a que tem sido submetido em detrimento da democracia". Enfatizam, ainda, "a importância de ser integralmente preservada a autonomia dos tribunais". Sobre a divulgação das movimentações financeiras da classe, cutucam o CNJ ao enfatizar que "o ordenamento jurídico brasileiro impõe a necessidade de autorização judicial para a quebra de sigilo fiscal e bancário, em respeito à dignidade humana".

28 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Corregedora jogou gasolina na fogueira, diz presidente da AMB

Para presidente da AMB, Eliana Calmon, ao usar a frase 'bandidos de toga', causou 'convulsão' e deu municação para críticos

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, conduz a reação implacável à ofensiva da corregedora nacional de Justiça Eliana Calmon, que avança sobre malfeitos dos tribunais.

Na noite de quinta-feira, na abertura do 90.º encontro do Colégio Nacional dos Presidentes de Tribunais de Justiça, em Teresina, ele afirmou que o Supremo é aviltado sistematicamente. Enfático, voltou-se a seus pares e ao governador do Piauí Wilson Martins (PSB), à mesa de honra, e disse: "Estamos vivendo no Brasil, senhor governador, um momento aonde aqueles que deveriam zelar e velar pelas garantias constitucionais brasileiras muitas vezes assumem posição de afronta. O Supremo tem sido sistematicamente afrontado".

Para Calandra, quando falou em "bandidos de toga", Eliana Calmon involuntariamente "causou enorme convulsão no seio da magistratura". Ele supõe que Calmon, "tolamente", serviu de amparo para réus do mensalão, agora, quase na véspera do julgamento. "Alguém pegou uma bobagem que a Eliana fez, uma brasinha, e jogou gasolina. O objetivo é atacar o Supremo mesmo. Eu nunca vi a OAB fazer manifestação contra o Supremo na minha vida. Embarça o Supremo, joga um bando de abelhas para picar todo mundo. Os caras (*ministros*) têm que se defender, ao invés de sentar e estudar o processo de 100 mil páginas. Cada um dos onze (*ministros*) tem de ler todos esses volumes, preparar o seu voto. Afirma para a prescrição. A meta é desprestigar o Supremo. Qual seja

o veredicto, politicamente o cara pode justificar: 'Está vendo, esse tribunal é que me condenou'. Desqualifica qualquer condenação. Intimidar um ministro do Supremo é difícil, mas quem gosta de ser atacado na sua honra?", concluiu Calandra.

A corregedora Eliana Calmon, procurada pelo Estado, não quis se manifestar sobre as opiniões dos colegas.

Segundo Calandra, a "frase infeliz de uma colega" abalou as estruturas da República e da democracia brasileira. "Exatamente num momento em que o Supremo vai julgar o processo mais complexo da história da Justiça criminal brasileira. Alvos, o ministro Joaquim Barbosa, relator, o ministro Henrique Ricardo Lewandowski, revisor, e o ministro Cezar Peluso, o presidente."

Ponto de equilíbrio. Apocalíptico, o desembargador Edvaldo Pereira de Moura observa: "Diante desse desafio impasse surge a imperiosa necessidade, após aprofundamento da reflexão, de encontrar um ponto de equilíbrio que concilie os legítimos interesses do Judiciário, da magistratura, a responsável atuação do CNJ e a impostergável autoridade do Supremo Tribunal Federal, sem as quais não se construirão a paz e o progresso almejado

por todos nós e daqueles que dependem desse Brasil gigante".

Segundo ele, não se pode negar "a existência de um número bastante reduzido de pessoas que conspurcam a imagem do Judiciário". "Pela atuação e pelo desvio de conduta fazem com que o Judiciário tenha sua imagem distorcida."



Ironias. Eliana Calmon foi cobrada pelos magistrados

O ESTADO DE S. PAULO

Juíza nega ter usado dinheiro da venda de imóvel

● A juíza federal Solange de Vasconcelos, acusada pelo Ministério Público Federal por crime de apropriação indébita, negou ontem que tenha se "locupletado" do dinheiro da venda de uma sala da Associação dos Juizes Federais da 1.ª Região (Ajufer).

A denúncia diz que Solange e outro magistrado, Moacir Ramos, venderam o imóvel sem autorização e o dinheiro, R\$ 115 mil, teria sido usado para abater empréstimos dos juizes na Fundação Habitacional do Exército Pouplex.

"O empréstimo pessoal que regularmente contratei teve suas obrigações mensais honradas exclusivamente por mim conforme já comprovei nos procedimentos administrativo e judicial existentes, não tendo me locupletado de qualquer valor de terceiro, incluindo a Ajufer", afirmou.

28 JAN 2012

TJ-SP pode ir à Justiça contra CNJ

● O presidente do TJ-SP, Ivan Sartori, pretende acionar a Justiça para obter, do CNJ, nomes de magistrados envolvidos em suspeitas e sob investigação. "Pedi nomes, e a corregedora (Ellena Calmon) não me deu. Talvez eu vá à Justiça. Quero saber exatamente o que está acontecendo no CNJ em relação a São Paulo."

28 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

MARCO AURÉLIO NOGUEIRA

Crônica de uma guerra anunciada

Desocupação à força fere direitos, produz vítimas e cria mais problemas que soluções

O que era para ser festa pelos 458 anos de São Paulo virou vergonha, preocupação e convite à reflexão. O estopim foi aceso no domingo, 22, ao raiar da madrugada, quando a Polícia Militar (PM) paulista removeu à força os moradores de um terreno vazio do município de São José dos Campos, o Pinheirinho, pertencente à massa falida do investidor Naji Nahas. Cerca de 6 mil pessoas viviam na área de 1,3 milhão de metros quadrados. A operação tinha o respaldo de uma decisão judicial estadual, contestada por setores da Justiça Federal.

Decisão judicial emanada, a PM foi a campo. O ambiente era de conflito, pois os ocupantes se organizaram para resistir. E o que era para ser mero ato jurídico se converteu em batalha campal. Os militares expulsaram as pessoas de seus barracos, que foram sucessivamente destruídos por tratores. O confronto foi inevitável. Carros queimados, pessoas feridas, dezenas de presos, choques e pancadaria, cenas que se repetiriam nos dias seguintes. Tudo em doses desproporcionais ao que se tinha de fato no Pinheirinho: 1.500 famílias convencionais de que seria possível ter ali um canto para viver. Não havia exércitos inimigos nem "classes perigosas", mas uma guerra terminou por eclodir.

A ocupação do Pinheirinho ocorreu em 2004. O acampamento proliferou. Converteu o terreno num bairro, com comércio e igrejas. Deu perspectivas de vida e moradia a milhares de pessoas. Ao longo do tempo suas lideranças procuraram negociar a desapropriação pública do terreno e a atenção dos poderes municipais.

Talvez não tenham tido a habilidade necessária, talvez não tenham sabido buscar os apoios e os meios necessários, certamente encontraram resistência, proteção e má vontade. Nos últimos tempos era clara a vontade de se ter uma saída negociada. A solução, porém, foi sendo postergada pelo poder municipal, desprovido de inteligência e de política urbana. Município, Estado e União assistiram ao crescimento do bairro e nada fizeram para gerenciar o que ali se estava gestando. Tiveram oito anos para isso. Af, de repente, na calada da noite, decide-se remover à força os ocupantes. Insensatez.

É fácil criticar a PM, mas a ação foi estatal, autorizada. Teria agido a PM à revelia do governador ou a principal autoridade paulista não teve como escapar do fato de que "decisão da Justiça não se discute, cumpre-se"? Tão correta quanto essa máxima é a consideração do modo como uma decisão deve ser cumprida, a avaliação de suas consequências. Não era evidente que a remoção levaria a choques e confrontos? Que milhares de pessoas seriam prejudicadas? Sabia-se disso tudo porque tudo era de conhecimento público. Processos de desocupação à força ferem direitos, produzem vítimas e criam muito mais problemas que soluções.

Apesar disso, não houve uma voz que ponderasse e suspendesse a operação. Que freasse o massacre que se anunciava. A falta de flexibilidade horroriza porque, no dia anterior, o Tribunal Regional Federal interrompera a reintegração de posse e também porque, uma semana atrás, estava bem avançado um acordo entre as partes envolvidas. Faltou política com P maiúsculo. Não apareceu ninguém – partidos políticos, lide-

ranças democráticas, poderes públicos – para facilitar o encontro de uma solução negociada. Somente as lideranças do Pinheirinho se mobilizaram, com a ajuda efêmera de alguns ativistas. Deu no que deu.

A repercussão foi imediata. As redes feriram. A mídia repercutiu os acontecimentos. A Ordem dos Advogados do Brasil classificou como ilegal a reintegração de posse, realizada apesar de ordem da Justiça Federal mandando suspender a ação. Exacerbou-se o conflito de competências federativas. O governador de São Paulo prometeu verificar se houve abusos na operação. Da sociedade civil e de Brasília choveram críticas a ele e ao PSDB. Houve manifestações. A questão politizou-se. O que era para ser ato pontual se converteu em tema nacional, eleitoral, alimentado por uma tragédia social.

Por trás dele, um mar de dúvidas e perplexidades. Por que beneficiar proprietários em detrimento de moradores pobres? Não seria por um desejo não revelado de especulação imobiliária, por acertos espúrios entre alguns "anéis burocráticos"? Por que nada se fez pelo Pinheirinho no correr dos últimos anos, tempo em que os gestores públicos assistiram impassíveis à consolidação do bairro? Uma nódoa manchou os governos estadual e municipal, e o PSDB por implicação. Será difícil apagá-la. Ela respingou no sistema político como um todo, chegou a Brasília, ao Ministério das Cidades, e não só a ele. Sempre é fácil apelar para o pacto federativo quando se trata de justificar a ausência de políticas e o abandono dos mais fracos. Também é fácil falar em soluções *ex-post facto*.

CONTINUA

28 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

A falta de ação política positiva, capaz de gerar consensos e soluções, ficou evidente no Pí-nheirinho. Mas está em toda parte. Os ambientes atuais estão congestionados de posições referenciadas por princípios que não se compõem com facilidade: o desejo de justiça, igualdade e liberdade *versus* a exigência de controle. É uma polarização que só tem feito se agravar. Aparece no modo como se pensa e se pratica a política hoje, na tensão despropositada entre representação e participação. Mostra-se na face autoritária e no particularismo dos governos, sempre prontos a defender os mais fortes.

Será preciso esforço, ideias e tempo para que amadureçam soluções democráticas consistentes para os problemas que estão a emergir da revolução atual, que está revirando os fundamentos do viver coletivo, e desta crise orgânica que está fazendo com que o capitalismo aprofunde suas imperfeições, desorganize os sistemas de produção e distribuição, as formas de vida, as identidades e os modelos políticos, complicando e problematizando as capacidades coletivas de reação e emancipação.

●
PROFESSOR TITULAR DE TEORIA
POLÍTICA E DIRETOR DO INSTITUTO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELA-
ÇÕES INTERNACIONAIS DA UNESP

28 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça paulista suspende de novo projeto de revitalização da Luz

A Justiça suspendeu anteontem, mais uma vez, o projeto de concessão urbanística da Nova Luz, - aposta do prefeito Gilberto Kassab (PSD) para renovar o bairro onde fica a Cracolândia, no centro de São Paulo. O juiz da 8.ª Vara da Fazenda Pública, Adriano Marcos Laroca, deferiu liminar em ação popular contra a execução do projeto. Também foram suspensos o estudo de viabilidade econômica da Nova Luz e os trabalhos urbanísticos específicos complementares.

Os principais questionamentos são a falta de participação dos moradores do bairro nas audiências públicas e os gastos da Prefeitura, que devem passar de R\$ 355 milhões, como admitiu o secretário de Desenvolvimento Urbano, Miguel Bucalem. O argumento é que tais investimentos vão contra a justificativa da lei da concessão: minimizar gastos públicos.

Pela concessão urbanística, a Prefeitura pretende repassar à iniciativa privada, por licitação, a área delimitada por 45 quadras na Luz e na Santa Ifigênia. Caberá à empresa que vencer a concorrência promover obras de recuperação nas ruas, calçadas e praças. Como contrapartida, poderá lucrar explorando os imóveis desapropriados ou vendê-los. A previsão é de que a reurbanização demore 15 anos para ficar pronta e custe R\$ 1,1 bilhão.

O projeto Nova Luz havia sido

questionado na Justiça - inclusive com Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), em abril. Mas a Prefeitura conseguiu retomar o processo.

A Secretaria de Desenvolvimento Urbano disse que a liminar do magistrado "causa estranheza", porque o projeto e a execução foram aprovados antes. "Não é a primeira, nem será a última liminar", disse Kassab.

SÔNIA RACY

De perto

FHC foi visto circulando, à noite, pela Cracolândia semana passada. Quis conferir a situação dos viciados após a operação de dispersão.

O ESTADO DE S. PAULO

CONRADO HÜBNER MENDES 29 JAN 2012

O STF no tribunal da opinião pública

Vários anos de debate se passaram antes que a reforma do Judiciário fosse aprovada, em 2005. Entre outras coisas, criou-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um órgão estranho à estrutura histórica do Judiciário brasileiro. Não demorou para que questionamentos iniciais sobre a sua constitucionalidade fossem levados ao Supremo Tribunal Federal (STF). Na ocasião, o STF rejeitou a ideia de que, em decorrência da independência judicial, juízes devam controlar a si mesmos somente por meio de corregedorias estaduais, sem nenhum monitoramento central. Ao menos, no discurso, o STF considerou tal reforma compatível com as cláusulas pétreas da Constituição e abraçou a opção do constituinte. O CNJ sobreviveu. Sem muito alarde, porém, a contrarreação judicial persistiu.

Passados mais de cinco anos de seu nascimento, as competências do CNJ permanecem sob intensa pressão. Recentemente, contudo, esse duradouro e quase silencioso conflito ganhou outra estatura. A opinião pública despertou para um problema que permanecia incubado e, em face de numerosas evidências de improbidade judicial que vieram à tona nos últimos meses, parece não estar disposta a negociar a constitucionalidade dos poderes de investigação do CNJ. O que deveria ser apenas mais um caso rotineiro de controle, pelo STF, da atuação do CNJ se tornou, do dia para a noite, um evento politicamente explosivo.

A opinião pública, alguns dirão, é uma instituição enganosa. Não passaria de um mito inventado para facilitar a manipulação ideológica e dar coerência narrativa a fatos políticos que não enxergamos nem explicamos. Debaixo de sua aparente impessoali-

dade estavam escondidos os projetos de dominação de meia dúzia de poderosos. Para esses céticos, o que há, ou o que temos e ouvimos no espaço público, são opiniões individuais mais ou menos desencontradas, distintas de uma entidade fictícia, com autoridade moral própria, chamada "opinião pública".

O mundo político, de fato, seria menos complicado sem ela. Mas não foi com base nesse ceticismo que regimes democráticos foram concebidos. Democracias constitucionais adotaram uma intrincada rede de instituições para captar e processar não somente um, mas vários tipos de opinião pública, que operariam em tempos e sintonias diversos. Grosso modo, o Legislativo e o Executivo canalizariam, por meio de eleições periódicas, a opinião pública cotidiana, tão oscilante quanto impulsiva. Já uma Corte constitucional, distanciada dos ciclos eleitorais, trabalharia num ritmo que fomenta uma opinião pública mais refletida e de longo prazo, baseada nos valores e princípios da Constituição. O controle judicial serviria para conter a taquicardia e volatilidade da opinião pública do primeiro tipo. Protegeria a democracia, costuma-se dizer, contra os germes de sua autodestruição.

É por aí que se dá sentido a uma maquinaria institucional que, bem ou mal, tenta traduzir na prática as várias facetas do ideal de "governo do povo". E há nesse arranjo um detalhe interessante: a Corte constitucional é não apenas a regente dessa opinião pública mais densa, mas ao mesmo tempo é controlada por tal opinião. Pesquisas feitas em várias democracias, das mais às menos estáveis, mostram que a capacidade real de uma Corte controlar os outros Poderes tem correlação direta com o capital político que es-

sa mesma Corte acumula ao longo do tempo. Em outras palavras, uma Corte que deixa corroer sua própria reputação gradualmente perde força e se marginaliza no sistema político. Aqueles que se preocupam com o velho dilema de "quem guarda o guardião" ou de "quem deveria ter a última palavra", receosos do excessivo poder nas mãos de autoridades não eleitas, encontram aqui uma potencial resposta.

Uma dose de *Realpolitik*, portanto, suscita indagações relevantes sobre o momento por que passa o STF e sobre as consequências que advêm de suas decisões em casos delicados assim. O STF, é claro, não deve obediência ao que pensa a opinião pública da hora. Índices momentâneos de popularidade não podem pautar sua atuação. Afinal, precisamos dele justamente para que resista aos deslizos voluntariosos nos quais a opinião pública cotidiana, às vezes, incorre. Esperamos que ele desconfie das maiorias. Essa foi, ao menos, a aposta constitucional e o STF não economiza retórica para reforçar esse seu papel.

Entretanto, há algo qualitativamente mais complicado no caso presente. Aos poucos, vem-se formando uma opinião pública menos apressada, que não cai na tentação reducionista de classificar qualquer argumento do STF como mero disfarce de preferências políticas, como um jargão gratuito que recorre ao juridiquês para encobrir uma realidade mais crua – o suposto choque entre juízes corporativistas, de um lado, e republicanos, de outro. Em vez de presumir o cinismo judicial, leva o STF a sério e quer dialogar por meio dos termos e conceitos jurídicos em jogo. Tem tanta preocupação com a Constituição quanto o STF.

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

29 JAN 2012

In-
formou-se, elaborou bons argu-
mentos e pede ao tribunal, em
contrapartida, a mesma atitude,
na mesma linguagem, independen-
tamente de sua posição final.

Esta não é uma opinião públi-
ca rasteira, fácil de desqualificar.
O STF precisa reagir à altura. Se
não por respeito e reciprocidade,
ao menos como ato de prudência
política. Infelizmente, ele tem si-
do mais defensivo do que autocrí-
tico. Fala bastante – nos jornais,
nos auditórios e nas suas pesa-
das decisões escritas –, mas pou-
co escuta. Infantiliza as críticas
que recebe, como se fossem fei-
tas por leigos incapazes de enten-
der o argumento “técnico”. São
sinais de insegurança (ou de ex-
cesso de autoconfiança). Entrar
numa conversa mais horizontal,
sincera e desarmada com a opi-
nião pública continua a ser seu
maior desafio.

**Corte que deixa corroer
sua reputação perde
força e se marginaliza
no sistema político**

●
DOUTOR EM DIREITO PELA
UNIVERSIDADE DE EDIMBURGO
(ESCÓCIA), DOUTOR EM CIÊNCIA
POLÍTICA PELA USP. É AUTOR DO
LIVRO 'DIREITOS FUNDAMENTAIS,
SEPARAÇÃO DE PODERES E
DELIBERAÇÃO' (SARAIVA, 2011)

O ESTADO DE S. PAULO

FÓRUM DOS LEITORES 29 JAN 2012

CRISE NO JUDICIÁRIO **Pressa estranha**

Muito estranha a rapidez com que a ação sobre os limites de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entrou na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) - já nesta quarta-feira. Enquanto isso, crimes do processo do mensalão correm o risco de prescrever. Será demais pedir um pouco menos de corporativismo?

ROBERTO SARAIVA ROMERA

robertosaraivabr@gmail.com

São Bernardo do Campo

Reunião secreta...

O ministro Cezar Peluso e o CNJ fizeram uma reunião "secreta" para debater licitação milionária. Ora, reunião secreta para discutir dinheiro e assuntos de interesse público? E a transparência? E os interesses do cidadão pagador de impostos? Com a palavra a dra. Eliane Calmon.

MARCO ANTONIO R. NUNES

nunesmarcelo1@ig.com.br

Pindamonhangaba

Penduricalhos revoltantes

Agora ficou claro, com o caso dos juizes do Rio de Janeiro, por que os magistrados defendem com unhas e dentes as férias de 60 dias. Não é para se recuperarem de um trabalho estafante, não, mas para venderem 30 dias e fazerem 14 salários por ano, sem contar, logicamente, todos os outros revoltantes penduricalhos. As folhas de pagamentos dos tribunais têm de ir para a internet, já!

FERNANDO PIERRY

fernando.pierry@uol.com.br

São Paulo

Já faz tempo que os brasileiros deixaram de confiar nos políticos. Se perdermos também a fé no Judiciário, o que nos restará?

M. DO CARMO Z. LEME CARDOSO

zalfalon@uol.com.br

Bauru

Sofisma indiscutível

Depois que o noticiário nacional escancarou os absurdos salários dos nossos juizes, a quase totalidade deles iniciou uma campanha sistemática contra o CNJ e outros tentam justificar o injustificável. É o caso do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que em declaração pública (25/1, A8) atribuiu os altos salários à falta de juizes. Com certeza é o maior sofisma que li nos últimos anos. Se assim fosse, quanto deveria ganhar um professor estagiário, que recebe um salário de miséria na comparação com o de um magistrado? O mesmo se aplica aos engenheiros, cujos salários obrigam atualmente o Brasil a ter de importá-los, pela falta de mão de obra para desenvolver nossas empresas e por necessidades técnicas. Idem quanto aos médicos e demais profissionais da área da saúde, além de todas as outras profissões deste país cujos ordenados não atingem nem 10% do salário inicial de um juiz. É, de fato, um sofisma indiscutível.

GILBERTO PACINI

benetazzos@bol.com.br

São Paulo

Sardínhas na brasa

Os magistrados não se interessam se as leis que se aplicam aos cidadãos comuns os fazem permanecer carentes de direitos fundamentais, como saúde, educação, segurança. Mas, especificamente para eles, exigem que elas se mantenham fartas de privilégios, benefícios, mordomias. E, muito mais grave, que tais benesses parem livres de fiscalizações externas ao Poder Judiciário! Em resumo, não vivemos num Estado de Direito, mas num Estado de privilégios dominado por oligarquias articuladas que puxam as brasas para as suas sardínhas.

EUGÊNIO JOSÉ ALATI

eugeniojosealati@yahoo.com.br

Campinas

Estelionato togado

Não bastassem as graves denúncias contra membros da magistratura nos últimos meses, dois juizes federais de Brasília, Moacir Ramos e Solange de Vasconcelos, são denunciados criminalmente pelo Ministério Público Federal por terem vendido uma sala comercial pertencente à Associação dos Juizes Federais da 1.ª Região (Ajufer) e embolsado a quantia de R\$ 115 mil para pagar dívidas particulares. Não por outra razão o comprador, hoje procurador-geral do DF, não conseguiu ainda a escritura definitiva do imóvel. A corregedora Eliane Calmon cunhou a expressão "bandidos de toga". Agora, esses dois juizes poderiam ser chamados de "estelionatários de toga"... E assim caminham as nossas instituições!

PAULO PANOSSIAN

paulopanossian@hotmail.com

São Carlos

Devo admitir que perdi a fé no STF desde que, sob o comando do indefectível Nelson Jobim, conseguiu derrubar a cláusula pétreia que protegia o direito adquirido dos aposentados. Depois disso nada mais poderia provocar maior perplexidade.

CONRADO DE PAULO

conrado.paulo@uol.com.br

Bragança Paulista

Grandes mulheres!

A história da corrupção neste país está mudando pela coragem de mulheres incríveis, competentes e destemidas, como Denise Frossard, Patricia Acioli e Eliane Calmon, para citar apenas algumas, às quais rendo minhas homenagens e declaro profundo respeito e admiração. Precisamos de pessoas assim, homens e mulheres honestos, dignos e com coragem para fazer do Brasil um país realmente para todos.

ANA MARIA CARMELINI

carmolini.ana@terra.com.br

São Paulo

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

'Mensalão é o motivo da crise no Judiciário'

Magistrados dizem que alguns réus do processo estão por trás de trama para desestabilizar o poder

674

29 JAN 2012

● "Essa teoria conspiratória do mensalão beira o insano. Não é difícil fazer Justiça: colham as provas e apliquem a letra da lei."
UDO KARL BEHRENS

● "Não são somente os políticos que tramam contra o STF. É, sim, toda a sociedade brasileira."
EDENILSON MEIRA

● "O Supremo no Brasil já não mais representa a Justiça. Virou um órgão político."
SÉRGIO DINIZ

"Depois da divulgação dos salários de alguns juízes do Estado do Rio de Janeiro, dá para começar entender por que tanta rejeição ao CNJ"

PEDRO MORI / SÃO PAULO, SOBRE A CRISE NO PODER JUDICIÁRIO
advpedromori@ig.com.br

"Juiz não é deus!"

CELIA HENRIQUES GUERCIO RODRIGUES / AVARÉ, IDEM
celitar@hotmail.com

CONTINUAÇÃO

De respeito e confiança

Tenho 86 anos e um filho de 48, mas tenho receio de lhe expor certas ideias e ser considerado mentiroso por ele. O negócio é o seguinte: quando tinha os meus 18 anos, ia com frequência ao Rio de Janeiro visitar parentes ou frequentar o Teatro Municipal, onde meu irmão Assis Pacheco, grande tenor, cantava óperas. E sempre que ia ao Municipal passava pelo Senado Federal, que ficava bem ao lado do teatro. Sentia vontade de fazer o sinal da cruz, como os católicos fazem ao passar em frente a uma igreja. Outra coisa que eu sentia era a impossibilidade de um juiz não ter compostura ilibada. Hoje não se pode ler os jornais sem achar ridículas essas ideias. Fico estarecido pensando nisso. Será que meu filho acreditará em mim ou me achará careta? Meu medo só aumenta. Será que um dia a gente poderá de novo respeitar o Senado Federal e seus senadores, ou confiar em nossos juízes ou em nosso Judiciário, o que seria a mesma coisa? Só resta esperar para ver se as coisas e as pessoas mudam um pouco, para o bem do país - que gostaria de escrever com maiúscula, como antigamente.

DIOGO PACHECO, maestro

dpacheco@uol.com.br

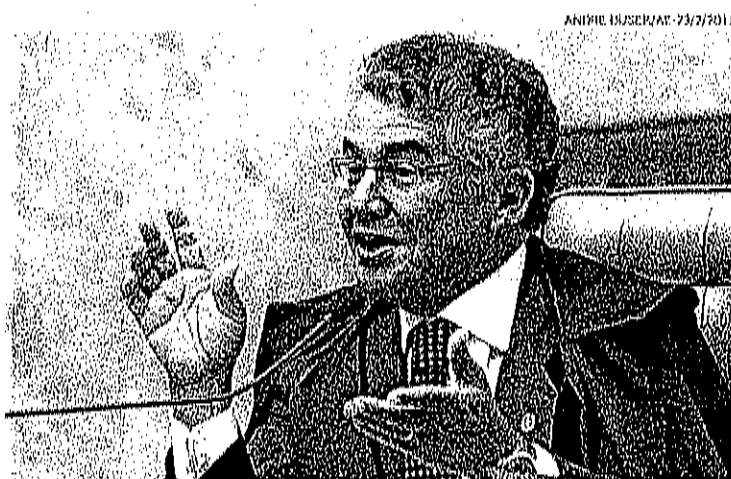
São Paulo

29 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

STF não vai se curvar, afirma Marco Aurélio

Ministro reage à tese de magistrados de que réus do mensalão tentam 'emparedar' Supremo



Corte. Marco Aurélio reclama de preocupação com decisões

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

O ministro Marco Aurélio Mello, do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que a Corte tem de atuar de forma independente, não se curvando a pressões e ao clamor público. "Vamos atuar pouco importando o aplauso ou a crítica", disse, ao ser indagado sobre declarações de magistrados de que por trás da crise do Judiciário estaria o processo do mensalão.

Durante encontro em Teresina, como revelou ontem o Estado, presidentes dos Tribunais de Justiça do País afirmaram que o STF está "emparedado" e sugeriram que "alguns réus" do mensalão estariam atuando para desestabilizar a Corte.

O ministro foi direto: "Nessa quadra psicodélica, tudo é possível". Procurado por meio de sua

assessoria, o presidente do STF, Cezar Peluso, não quis comentar as manifestações feitas pelos magistrados. Para Marco Aurélio, ao contrário do que deveria ser, existe atualmente no Supremo "uma preocupação muito grande em relação à repercussão das decisões".

"O dia em que atuarmos de acordo com o clamor público estaremos mal", afirmou. O ministro lembrou que já disse no plenário do STF que a magistratura

• Conspiração

MARCELO LEONARDO
ADVOGADO DE MARCOS VALÉRIO

"(Os fatos que estão envolvendo o Judiciário) não tem nada a ver com julgamento do mensalão. É aquela velha história de inventar conspiração onde não existe"

está intimidada. "Será que o Supremo também está?"

Ele citou o fato de o tribunal não ter julgado no ano passado a Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) que questiona o poder do CNJ de iniciar, por conta própria, investigações contra magistrados suspeitos de envolvimento com irregularidades, apesar de ela ter sido colocada na pauta semanas antes.

"Qual foi a sinalização quando deixou de chamar a Adin (do CNJ)? Qual é a leitura que se faz? Só o ingênuo não percebe", afirmou. Diante do fato de o plenário não ter julgado o processo, Marco Aurélio decidiu sozinho o pedido de liminar, determinando que o CNJ inicie investigações contra magistrados somente após os tribunais locais já terem apurado as suspeitas.

O processo sobre o poder de investigação do CNJ foi colocado novamente na pauta do plenário e o julgamento está previsto para a próxima quarta-feira.

OAB. O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Ophir Cavalcante, também comentou as declarações feitas pelos magistrados em Teresina. "As vésperas do julgamento do dia 1." (do CNJ), a magistratura lança uma cortina de fumaça para desviar o foco da discussão no sentido de criar um factóide de que estariam por trás de tudo isso pessoas que querem desacreditar o Supremo por conta do mensalão".

O criminalista Marcelo Leonardo, que representa Marcos Valério Fernandes de Souza, apontado como o operador do mensalão, disse que ficou surpreso com a referência dos magistrados. "Os fatos que estão envolvendo o Judiciário dizem respeito à gestão administrativa, não tem nada haver com julgamentos. E são fatos objetivos e concretos, que o Poder Judiciário precisa explicar", afirmou. "Não tem nada haver com julgamento do mensalão. É aquela velha história de inventar conspiração onde não existe, para querer justificar."

30 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Júri da chacina de Unai terá início após 8 anos

MP desmembrou processo e acusados que ainda estão presos deverão ser julgados; quatro servidores do Ministério do Trabalho foram assassinados

Uma estratégia adotada pelo Ministério Público Federal em Minas Gerais pode permitir que ao menos parte dos acusados dos assassinatos de quatro funcionários do Ministério do Trabalho – os auditores fiscais Nelson José da Silva, Eratóstenes de Almeida Gonçalves e João Batista Soares Lage e o motorista Ailton Pereira de Oliveira – seja levada a julgamento passados oito anos do crime.

O Judiciário desmembrou o caso relativo aos apontados como executores dos assassinatos. Com isso, apesar de ainda haver recursos pendentes de análise, o júri dos acusados de executar o crime, que estão presos, deve ocorrer ainda este ano. Os servidores foram mortos no dia 28 de janeiro de 2004, vítimas de uma tocaia numa estrada de terra em Unai, no noroeste de Minas, quando fiscalizavam propriedades rurais.

Logo depois, nove pessoas foram presas acusadas do crime, entre elas os irmãos Norberto e Antério Mânica. Antério é considerado o maior produtor de feijão do País e exerce o segundo mandato como prefeito de Unai pelo PSDB. Ele, o irmão e Hugo Alves Pimenta são apontados como mandantes do crime. O empresário José Alberto Costa também foi preso acusado de ter articulado a negociação com os pistoleiros. Mas os quatro deixaram a cadeia em pouco tempo.

Desde então, o processo relativo a Antério foi desmembrado e enviado ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) por causa do foro privilegiado adquirido como prefeito. Os outros três vêm apresentando uma série de recursos em várias instâncias da Justiça, quase todos negados até o momento.

Os recursos impediam o julgamento de todos os acusados, mas, no fim de 2011, o Ministério Público Federal conseguiu que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) desmembroasse o caso em relação aos réus que permanecem presos. "Agora, temos esperança de que este ano aconteçam os primeiros julgamentos para que pelo menos os executores sejam condenados", declarou Rosângela Rassy, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho.

Marco. Rosângela ressaltou que o caso de Unai tornou-se "emblemático para o serviço público, em especial para as áreas de auditoria e fiscalização", e a punição serviria como "exemplo". "O mesmo problema está ocorrendo em plantações de cebola em Santa Catarina. Os fiscais já foram ameaçados, inclusive por gestores municipais. Os auditores estão correndo risco. Já procuramos as autoridades federais, mas o número de policiais também é reduzido e não dá para acompanharem os fiscais."

Além de emblemática, a chacina de Unai, como o crime ficou conhecido, levou o governo a transformar a data em Dia Nacional de Combate ao Trabalho Escravo e, após várias reivindicações da categoria, a permitir que os fiscais do Trabalho tirem porte de arma.

O Estado não conseguiu contato com Antério na sexta-feira. A informação na prefeitura é de que ele estava em Brasília. O advogado Marcelo Leonardo, que representa o prefeito, disse que a intenção de Antério é ser julgado o mais rápido possível.

• Longa espera

Na sexta-feira, quando o crime completou 8 anos, o sindicato dos auditores realizou protesto em Belo Horizonte para pedir punição pelos assassinatos.

Idas e vindas do processo

20 de agosto de 2004

A Justiça decreta a prisão de Norberto Mânica, Hugo Alves Pimenta, José Alberto de Castro, Francisco Elder Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Rogério Alan Rocha Rios, Willian Gomes de Miranda e Humberto Ribeiro dos Santos

20 de setembro de 2004

O Ministério Público adita a denúncia para incluir entre os mandantes do crime Antério Mânica, um dos maiores produtores de feijão do País

10 de dezembro de 2004

A Justiça determina que os réus sejam levados a júri popular e decreta a prisão preventiva dos acusados. Logo depois, determina o desmembramento do processo relativo a Antério Mânica, que ganha foro privilegiado por ter sido eleito prefeito de Unai

30 de agosto de 2005

O STF concede liberdade a Norberto Mânica

17 de maio de 2011

O STJ nega habeas corpus pedido por Rogério Allan Rocha Rios e determina o desmembramento do processo para que ele seja julgado

22 de novembro de 2011

O STJ desmembra o processo também em relação a Francisco Elder Pinheiro, Erinaldo de Vasconcelos Silva, Willian Gomes de Miranda e José Alberto de Castro, permitindo que sejam julgados antes da tramitação final dos outros recursos

30 JAN 2012

O ESTADO DE S. PAULO

Indenização moral deve ser de cerca de R\$ 200 mil

As famílias que perderam parentes nos desabamentos poderão receber, cada uma, cerca de R\$ 200 mil de indenização por danos morais, segundo cálculo do procurador-geral da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio (OAB-RJ), Ronaldo Cramer. Ações desse tipo levam em média cinco anos para ser concluídas, afirmou o advogado.

Sem contar ressarcimentos por danos materiais, quando a vítima era responsável pelo sustento da família. Para chegar ao valor da indenização individual, Cramer baseou-se em processos semelhantes que tiveram decisão final da Justiça.

Para dar início às ações, no entanto, as famílias precisam que a polícia aponte os responsáveis pela tragédia, de quem serão cobradas as indenizações. "Se não se sabe qual é a causa, não se sabe quem é o responsável. As famílias têm de entrar com a ação apontando quem são os réus."

Segundo ele, é possível que, além de pessoas físicas, as famílias cobrem indenização também do poder público, como responsável por fiscalizar obras e evitar danos aos edifícios.

Para quem teve perdas materiais, a luta por reparação pode ser ainda mais longa. Segundo Cramer, elas terão de comprovar o valor de equipamentos que tinham nos escritórios.

FOLHA DE LONDRINA

TJ nega continuidade da abertura da Piauí

A desembargadora Maria Aparecida Blanco de Lima, do Tribunal de Justiça (TJ), negou agravo de instrumento da Prefeitura de Londrina para retomada das obras de abertura da Rua Piauí, no trecho que corta o Bosque (Área Central). As obras estão paradas desde dezembro, quando a ONG MAE e o Movimento Ocupa Londrina denunciaram à Justiça local, em ação civil pública, a inexistência de estudos básicos para a realização da obra.

O caso será julgado pela 4ª Câmara Cível. Na ação, a ONG MAE tentou obrigar a Prefeitura a remover os entulhos do local enquanto a questão é discutida, mas a Justiça de Londrina negou o pedido. Caso a prefeitura decida continuar com as obras, a multa é de R\$ 5 mil por dia.

28 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Ex-deputado

entra com

pedido de

habeas corpus

28 JAN 2012

Preso na última quinta-feira,
Carlos Simões é suspeito
de desvio de dinheiro no

Esquema Gafanhoto

Curitiba - A defesa do ex-deputado estadual Carlos Simões entrou ontem com pedido de habeas corpus para que ele deixe o Centro de Triagem II, no Complexo Penitenciário de Piraquara (Região Metropolitana de Curitiba). O pedido do advogado de defesa Michel Saliba Oliveira foi distribuído e está para ser julgado pelo desembargador Valter Ressel, da 2ª Vara Criminal de Curitiba, que tem sessões segundas e terças-feiras. As informações foram repassadas pela assessoria de imprensa do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná. Até o fechamento desta edição, o ex-deputado continuava preso, de acordo com informações da Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp).

Simões foi preso preventivamente na última quinta-feira, por crime de peculato, a pedido do juiz substituto César Maranhão de Loyola Furtado, da 9ª Vara Criminal de Curitiba, por mandado expedido em

setembro de 2011. No despacho, o juiz justifica a necessidade da prisão porque Simões nunca era encontrado nos endereços citados em um processo judicial, para que prestasse depoimento. Ele chegou a ser convocado por meio de edital publicado em jornais. Sem resultado, a Justiça pediu a prisão para que ele pudesse, enfim, ser ouvido. Se ele não for citado, os prazos processuais e todo o trâmite judicial ficam travados.

O TJ não confirmou a qual processo se refere o depoimento necessário de Simões, mas informações extraoficiais apontam para a ação judicial do chamado Esquema Gafanhoto, que teria funcionado na

Assembleia Legislativa (AL) do Paraná no início dos anos 2000, por meio do qual diversos funcionários de deputados recebiam o salário em uma única conta corrente, o que permitia desvio de dinheiro. Havia também funcionários "fantasmas" no esquema. Simões foi o primeiro parlamentar a ser denunciado à Justiça por participação na suposta fraude.

Esse não foi o único problema envolvendo Simões na vida pública. Em 2009, Simões teve seu último mandato como deputado estadual cassado, após ser acusado por crime de abuso do poder econômico e uso irregular de meios de comunicação pela Justiça Eleitoral. Ele teria usado seu escritório político em Curitiba para distribuição de cadeiras de roda, muletas e dentaduras em troca de votos, durante campanha eleitoral em 2006.

Gafanhoto

MAZZA

Carlos Simões foi preso por ocultar-se das intimações. Suas negativas emperravam o processo dos gafanhotos, no qual estão enrolados Hidekazu Takayama e o prefeito de Londrina, Barbosa Neto, e mais uns 70 deputados e ex-deputados de várias legislaturas. Um arrastão difícil de completar-se.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Nova licitação em Castro 28 JAN 2012

O município de Castro terá seis meses para realizar licitação para contratar uma nova empresa para administrar o transporte coletivo da cidade. A atual concessionária, Viação Cidade de Castro, não poderá participar da concorrência. A decisão é da juíza Juliana Barbosa, após analisar as provas apresentadas pelo Ministério Público (MP) em ação civil pública proposta no ano passado. O MP sustenta que a Viação Cidade de Castro pagava propina ao prefeito de Castro Moacyr Fadel para que as licitações referentes ao transporte coletivo fossem direcionadas, favorecendo a permanência da empresa na prestação do serviço.

Propina filmada

O esquema foi divulgado na imprensa a partir de denúncias feitas por um ex-funcionário da empresa, que seria o responsável pelo pagamento de propinas. O ex-funcionário filmou o momento em que entregava um pacote com dinheiro a Moacyr Fadel. Durante as investigações, o MP apurou que a empresa pagava, mensalmente, cerca de R\$ 25 mil ao prefeito de Castro. Em troca, seria beneficiada nas licitações e teria "carta branca" para adulterar o número de passageiros registrado nas catracas dos ônibus, o que repercutia no custo da tarifa e no pagamento do ISS.

Suspensão no IFPR

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou a suspensão, por meio de medida cautelar, do pregão eletrônico destinado ao registro de preços para aquisições de conjuntos laboratoriais para o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). O TCU identificou indícios de que o pregão eletrônico, organizado por lotes, restringe a competição.

Disputa restrita

O TCU apontou que alguns dos equipamentos agrupados em um mesmo lote não guardavam relação entre si. "Aparentemente, o critério utilizado para a definição dos lotes estaria restringindo a participação no certame, somente àquelas empresas que se disponham a intermediar, junto a cada um dos fabricantes, a totalidade dos equipamentos e materiais requeridos", explicou o relator do processo, ministro José Jorge.

■ O TCU determinou ao IFPR que adote as providências cabíveis para a suspensão e também determinou à pregoeira responsável que apresente, em cinco dias, justificativas para as irregularidades identificadas.

FOLHA DE LONDRINA

MILITÃO

28 JAN 2012

Perguntas na cidade

Pessoas perguntam a jornalistas, pelas ruas e em reuniões na cidade, por qual razão os juízes criminais não mandam fazer uma "varredura" em bairros e assentamentos da cidade, para deter os traficantes de cocaína, crack, maconha e outras drogas, que estão acabando com muitas famílias daqui e da chamada Grande Londrina. As respostas que temos dadas, consideradas corretas pelo advogado Antonio Carlos de Andrade Vianna, consultado a respeito, são as seguintes: 1) - É preciso que haja uma ordem judicial para que isso ocorra; 2) - Vistorias em todas as casas, dificilmente algum magistrado mandará fazer, porque iriam acusá-lo de discriminação contra a população de uma vila ou assentamento todo; 3) - Vistoria mandada fazer por ordem judicial, só quando há alguma denúncia determinando o local da residência, para uma investida pontual, específica; 4) - A Polícia Federal não intervirá nesses casos; só se houver denúncia de tráfico internacional. Quem deve agir é a Polícia Militar; 5) - E podem intervir, que pouco ou quase nada será resolvido, a não ser que haja uma boa política social, colocando nesses locais citados, nomes de ruas, números, escola, posto de saúde e etc., fazendo com que as famílias que ali vivem, ou sobrevivem, tenham a autoestima melhorada. Essas melhorias dificultariam a ação dos traficantes que agem a seu bel prazer, à la vontade, como diria o detetive Jacques Clouseau.

28 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA MP pede fechamento de posto em Curitiba

Andréa Bertoldi
Equipe da Folha

Curitiba – A 2ª Promotoria de Pinhais e a 1ª Promotoria de Defesa do Consumidor de Curitiba, por intermédio das promotoras Claudia Regina de Paula e Silva e Cristina Corso Ruaro, respectivamente, protocolaram ontem, na Vara Cível de Pinhais, ação coletiva de consumo contra a empresa Angelo Comércio de Combustíveis - nome fantasia é Auto Posto Arrancadão -, localizada em Pinhais, e contra seus proprietários, Angelo de Albuquerque Gobbo e Clecy Maria do Rosário Gobbo.

O Ministério Público pede o fechamento do posto por violação de lacre e adulteração de combustíveis. Vistoria feita pelo Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) constatou que havia violação nos lacres de dez bombas, o que configura forte indício da prática da fraude. Igualmente, com base em inquérito policial da Delcon, verificou-se que o Posto Arrancadão vendia combustível com metanol, substância proibida no Brasil.

O Arrancadão é um dos postos atendidos pela Power Bombas, empresa de Cleber Salazar que é investigada por participar de um suposto esquema de fraude na venda de combustíveis, revelado pelo programa Fantástico. A denúncia mostrava que as bombas apontavam número de li-

tros abastecidos superior ao que efetivamente entrava no tanque dos veículos, lesando o consumidor.

Na ação proposta ontem, o MP-PR pede antecipação de tutela para a interrupção das atividades do posto e aplicação de multa, em caso de descumprimento de ordem judicial, no valor de R\$ 20 mil por dia. Após o julgamento final da ação, a Promotoria pede que seja determinada a dissolução da sociedade comercial, com seu fechamento definitivo, e que os requeridos, Angelo e Clecy, sejam impedidos de exercer o mesmo ramo de atividade, pelo prazo de cinco anos, além de terem de reparar os danos sofridos pelos consumidores que abasteceram seus veículos no posto.

O MP-PR também pede que os réus sejam condenados a indenizar os danos morais coletivos devido à má qualidade e à quantidade inferior vendida aos consumidores, em montante não inferior a R\$ 500 mil.

A reportagem não conseguiu localizar o atual advogado dos proprietários do posto. Gobbo foi o primeiro empresário a ser ouvido pela Polícia e teria nega participação na fraude. Ele teria confirmado apenas que pagava a Salazar cerca de R\$ 400 por mês pela manutenção das bombas. Gobbo também é dono do Posto Jockey, em Curitiba.

28 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Advogados são investigados por fraude em Uraí

Suspeitos teriam tentado obter ressarcimento de planos econômicos sem conhecimento dos beneficiários

Uraí - Policiais do Núcleo de Repressão aos Crimes Econômicos (Nurce) cumpriram ontem em Uraí (Norte) mandados de busca e apreensão em escritórios de advogados suspeitos de entrar com ações na Justiça solicitando o ressarcimento provocado pelas perdas dos planos econômicos dos anos 80 sem o conhecimento das pessoas que representavam perante a Justiça.

Três advogados e um escrivão do Fórum da cidade estão sendo investigados. De acordo com o delegado Fernando Zanoni, os advogados supostamente teriam procurado uma comarca em que houvesse facilitação. Por isso foi cumprido mandado de busca e apreensão na casa do escrivão suspeito de envolvimento no caso, onde foi encontrada uma arma de fogo e munições de uso restrito.

O escrivão foi preso e autuado em flagrante por porte ilegal de arma. Até agora ele foi o único delicto na operação.

"Ao todo foram cumpridos seis mandados de busca e apreensão de documentos em Uraí e outros dois foram cumpridos em Curitiba", relatou Zanoni. O delegado afirma que

existe a suspeita de que todos eles tiveram acesso a dados sigilosos de clientes de instituições bancárias. Ele afirma que a delegacia realizará um levantamento das supostas vítimas a partir do material apreendido.

"Nós só tínhamos conhecimento de casos semelhantes de elementos que atuavam em São Paulo, mas no Paraná é o primeiro caso do gênero que acompanho", relatou.

Zanoni destaca que em todo o Paraná existem cerca de mil ações tramitando na Justiça pedindo reparações de perdas provocadas pelos planos econômicos, mas ainda não é possível determinar quantas delas teriam sido realizadas por advogados sem conhecimento dos clientes. "Com certeza deve haver outras pessoas que estão agindo da mesma maneira no Estado, por isso estamos investigando", afirmou o delegado.

29 JAN 2012

FOLHA DE LONDRINA

Futuro do CNJ pode ser decidido quarta-feira

Mariângela Gallucci

Agência Estado

Brasília - Após ter sido acusado de tentar esvaziar os poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, decidiu incluir na pauta dos julgamentos que a corte fará na próxima quarta-feira uma ação que pede limites nas apurações do CNJ.

Na sessão que marcará a estreia de Rosa Weber no plenário do STF, os 11 integrantes do tribunal definirão se confirmam ou não uma liminar concedida em dezembro pelo ministro Marco Aurélio. Na ocasião, ele determinou que o CNJ inicie investigações contra magistrados após os tribunais locais já terem apurado as suspeitas.

Em decorrência da decisão, a Corregedoria Nacional de Justiça ficou impedida de abrir por conta própria investigações contra juízes suspei-

tos de envolvimento com irregularidades. Antes de tomar qualquer iniciativa, ela tem de esperar os pronunciamentos das corregedorias estaduais.

"De fato, o tratamento nacional reservado ao Poder Judiciário pela Constituição não autoriza o Conselho Nacional de Justiça a suprimir a independência dos tribunais, transformando-os em meros órgãos automáticos, desprovidos de autocontrole", afirmou Marco Aurélio em sua decisão.

O julgamento de quarta-feira é considerado crucial para o futuro do CNJ, órgão criado pela reforma do Judiciário com o objetivo de exercer o controle externo da Justiça. Além dessa ação, o tribunal terá de analisar em breve uma liminar também concedida em dezembro, que paralisou investigações da corregedoria contra juízes de vários Estados. Nos procedimentos, eram apuradas suspeitas de pagamentos irregulares a magistrados.

FOLHA DE LONDRINA

CLÁUDIO HUMBERTO

**CNJ promove secretária
que autorizou licitação**

29 JAN 2012

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) promoveu ao cargo de diretora-geral Glaucia Elaine de Paula, justamente a responsável pelo controle interno que deu parecer favorável à realização de licitação suspeita, que gerou contrato de R\$ 68 milhões com o consórcio de empresas de informática CDS/NTC, vinculado à multinacional Oracle. Glaucia assumiu o cargo em lugar de Helena Azuma, demitida por discordar do projeto milionário, considerado desnecessário por técnicos.

Tá fora

Também foi demitido por se opor à licitação o ex-diretor de Informática, Declieux Dantas, cuja área apresentou projeto 14 vezes mais barato.

Conversa...

Na reunião do CNJ que decidiu manter licitação suspeita, Paula negou qualquer direcionamento. "Eram apenas duas licitantes", alegou.

...pra boi dormir

Mas quem ficou em segundo lugar na licitação foi a empresa Maxtera, que tem como representante Hélio Zveiter, filho de diretor da Oracle.

Foi gravado

Dizendo representar as empresas vencedoras, o sr. Geraldo Tavares Jr, consultor da AFB Advocacia, ofereceu propina para calar denúncias.

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Teste da urna

29 JAN 2012

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) promove de 20 a 22 de março a 2ª Edição dos Testes Públicos de Segurança do Sistema Eletrônico de Votação. Os inscritos poderão fazer "ataques" à urna eletrônica com o objetivo de explorar eventuais falhas do sistema relacionadas ao sigilo do voto. As inscrições para participar dos testes deverão ser feitas de 2 a 17 de fevereiro no Portal do TSE na internet. Os testes contarão com, no máximo, 25 participantes divididos em até 10 grupos, e acontecerão na nova sede do TSE, em Brasília.

Prêmio de 'Melhor Ataque'

Os resultados e as conclusões dos testes serão apresentados em audiência pública em março. Os "investigadores" que efetivamente tiverem participado do evento receberão certificados, mas não haverá premiação em dinheiro. As sugestões de melhorias encontradas poderão ser implementadas futuramente no sistema. A primeira edição dos testes públicos de segurança aconteceu em 2009 e contou com a participação de 37 investigadores. Nenhum deles conseguiu burlar o sistema eletrônico de votação, mas o TSE premiou a melhor tentativa de ataque à urna.

■ O vencedor, o especialista em Tecnologia da Informação Sérgio Freitas, tentou violar o sigilo do voto por meio da captação de ondas eletromagnéticas emitidas pelas teclas da urna durante a digitação, mas o teste não obteve sucesso.

Perguntinha

Falando em benefício a ex-presidentes da República, quando é que o STF vai julgar a gorda aposentadoria de ex-governadores de Estado?

CARTA DO LEITOR

Classe desvalorizada

É triste para uma mulher que teve câncer de mama ter que retirar os seios e, por não ter condições, tem de se contentar, pensando na saúde em primeiro lugar, com um enchimento de tecido no sutiã. Porém, mais triste que tudo isso é ver as madames trocarem com dinheiro público os silicones colocados por vaidade e estética. Que justiça é esta, Brasil? Dois pesos e duas medidas. Brasil: um país sem miséria é um país sem privilégios.

MANOEL JOSÉ RODRIGUES (assistente administrativo) - Alvorada do Sul

CARTA DO LEITOR

Investir em educação é crime

Um empresário gaúcho foi multado porque investe em educação de seus funcionários e a Justiça do Trabalho entende que é salário indireto, e tem que recolher INSS e direitos trabalhistas desse investimento. É o cúmulo dos absurdos. Temos que mudar esse Brasil, fazendo uma troca: um parlamentar por 344 professores. O custo é o mesmo, porém, os benefícios...

PEDRO GUIMARÃES (engenheiro florestal) - Telemãco Borba

FOLHA DE LONDRINA

29 JAN 2012
INFÖRME

Reserva para deputados negros

Uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do deputado federal Luiz Alberto (PT-BA) prevê a reserva de vagas na Câmara Federal, nas assembleias legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal para parlamentares negros. As informações são da Agência Câmara. Segundo a proposta, o número de vagas seria definido com base no percentual de pessoas que tenham se declarado negras ou pardas no último censo do IBGE.

Debate

"Para ter uma ideia do impacto disso, hoje nós temos cerca de 30 deputados negros na Casa. Com essa proposta, iriam para 150. Evidentemente que os partidos teriam interesse em disputar essas vagas. Não tenho nenhuma ilusão de que é fácil aprovar essa proposta, mas queremos fazer o debate público, com os movimentos sociais, com a sociedade, para que isso repercuta e possamos aprovar essa PEC", disse o deputado.

■ A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa vai analisar a admissibilidade da PEC. Caso aprovada, uma comissão especial será criada para avaliar a proposta. Depois, o texto precisará ser votado em dois turnos no plenário da Câmara.

FOLHA DE LONDRINA

'Quem hoje tenta limitar o CNJ não quis criá-lo no passado'

30 JAN 2012

CORPORATIVISMO

**Para vice
da OAB,
Judiciário é o
poder menos
transparente**

**Para o vice-
presidente
nacional da
OAB, embora
os argumentos
sejam outros,
as vozes contra
o órgão de
controle são
as mesmas**

Loriane Comelli
Reportagem Local

Desde que a corregedora do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Eliana Calmon, declarou que há "bandidos atrás da toga" no Judiciário brasileiro, juízes de todo o Brasil, liderados pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), começaram uma "guerra" contra o órgão criado em 2004, cuja principal função é apurar faltas disciplinares de integrantes do Judiciário. Para o vice-presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Alberto de Paula Machado, a reação demonstra "um forte corporativismo" e expõe o sentimento de superioridade que nutre parte da categoria.

A AMB também questiona no Supremo Tribunal Federal (STF) dispositivos que permitem hoje ao CNJ iniciar investigações contra juízes e não apenas aluar em caso de omissão das corregedorias dos tribunais regionais. O caso deve entrar na pauta de julgamentos da corte do STF na próxima quarta-feira. Amanhã, a OAB promove em Brasília uma manifestação em defesa do papel do CNJ. Mobilizações semelhantes estão sendo organizadas em outras cidades, incluindo Londrina.

Segundo Machado, com salários superiores à realidade da massa da população brasileira, férias de 60 dias por ano e a impossibilidade de demissão, mesmo com a comprovação administrativa de falta grave, os juízes não são bem vistos pela sociedade, porque, mesmo com os privilégios, o Judiciário continua moroso. "É inconcebível que um processo demore 10 anos tramitando em primeira instância", critica ele.

Em entrevista à FOLHA, Machado avalia que o CNJ começou a atacar os problemas do Judiciário, mas o curto período de existência ainda não foi suficiente para resolver a morosidade e a falta de transparência. Leia os principais trechos da entrevista.

Qual a avaliação da OAB acerca das críticas dos juízes contra o CNJ?

O CNJ nasceu a partir de uma verificação de que as corregedorias dos tribunais de Justiça dos estados não funcionavam a contento. É uma luta de muitos e muitos anos. Já na Constituição de 1988 houve uma mobilização para que fosse criado um órgão de controle da Justiça. Não foi criado.

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

30 JAN 2012

CONTINUAÇÃO

E depois, com o passar do tempo, esse debate foi se intensificando a ponto de, em 2004, o Congresso Nacional aprovar uma proposta de emenda à Constituição, uma PEC, prevendo a criação de um órgão de controle do Judiciário. Hoje o Conselho Nacional de Justiça é um órgão importantíssimo porque atua corrigindo algumas distorções do Poder Judiciário que eram praticamente insuperáveis antigamente.

Em 2003, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, defendendo a criação do CNJ, disse que havia uma "caixa preta" no Judiciário e foi muito criticado por isso. Teria o CNJ mexido nesta "caixa preta" quando começou as investigações a respeito da movimentação financeira dos juízes do Tribunal de Justiça de São Paulo?

Essa questão revela que é fundamental para qualquer dos três poderes da República que sejam transparentes, que tenham mecanismos de efetivo controle e não apenas mecanismos que formalmente fariam o controle, mas não fazem. Dos Três Poderes da República, o Poder Judiciário é o que, provavelmente, tem o menor número de casos de corrupção, entretanto, o Poder Judiciário é o menos transparente dos três. Isso é mau. E não há porque as atividades administrativas do Judiciário não terem também a mesma publicidade, a mesma transparência. O povo precisa ajudar no controle de eventuais desvios. E como é que se controla? Através dos mecanismos previstos na legislação e um deles é o Conselho Nacional de Justiça. Então, não podemos aceitar um retrocesso.

E essa possibilidade do STF vir a limitar os poderes do CNJ representa um retrocesso.

Essa investida da AMB contra o CNJ seria uma tentativa de voltar ao que era antes, relegando-se as investigações às corregedorias, mesmo sabendo que elas nunca funcionaram efetivamente?

É impressionante, mas se voltarmos ao passado, aos debates em 1988 e 2004, vamos ver que as mesmas vozes que hoje tentam limitar os poderes do CNJ são aquelas que eram contra a criação do CNJ. Mudaram os argumentos, mudaram a maneira de enlocar esse tema, mas o pano de fundo é o mesmo: eles não querem um órgão que exerça efetivo controle sobre o Poder Judiciário.

Por quê?

Eles acham que isso representa perda de poder. De alguma maneira, se submetem a alguém supostamente superior - o CNJ. E isto é um equívoco: quando estamos falando de uma sociedade democrática, de um estado de direito, algo que demorou tanto para se construir no Brasil, temos que entender que a sociedade equilibrada é aquela que tem freios e contrapesos. Se nós tivermos um poder soberano, um poder que não deixa se influenciar pela opinião pública ou que se fecha hermeticamente, isso vai fazer muito mal para o País.

Logo que a ministra corregedora do CNJ Eliana Calmon declarou que há "bandidos atrás da toga" houve

reações duras dos magistrados. O Tribunal de Justiça do Paraná lançou uma campanha de valorização dos juízes. O senhor acha que os juízes precisam de mais auto-estima?

Nós reconhecemos a importância da atividade da Justiça e o papel dos magistrados e também o fato de que a grande maioria da magistratura brasileira é composta por juízes sérios e trabalhadores. Isso não significa dizer que dentro da magistratura não existam pessoas que não trabalhem a contento e que eventualmente tenham práticas ilícitas. Isso reforça a tese da necessidade de controle. Toda essa realidade e essa celeuma estão a indicar que o pior que pode acontecer neste processo todo são campanhas para dizer: "Não precisa mexer na magistratura, não precisa mexer no Judiciário porque está tudo muito bem". Não, não está tudo muito bem. Nós sabemos que a Justiça tem problemas.

Que avaliação o senhor faz desses oito anos do CNJ, estabelecendo inclusive metas de produtividade para os juízes?

O CNJ é muito novo. Ele passou os quatro primeiros anos para constituição de suas bases. Eu diria que nos quatro últimos anos o CNJ vem tendo atitudes mais arrojadas para obter uma melhor produtividade. A questão do estabelecimento de metas: quando o CNJ estabeleceu metas para o Poder Judiciário, houve uma rebeldia de muitos segmentos da magistratura dizendo que aquilo era uma intromissão indevida, como se a prestação jurisdicional fosse algo de interesse apenas de juízes ou de

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

30 JAN 2012

desembargadores, como se isso não interessasse ao povo, como se não estivesse isso ligado ao funcionamento de um dos poderes da República. Existir um trabalho de coordenação nacional, tentando estabelecer patamares para aumentar a produtividade é o mínimo que se pode esperar de um planejamento do Poder Judiciário. Enxergar nisso uma interferência indevida é não conseguir compreender nem mesmo qual é o real papel do Poder Judiciário perante a sociedade brasileira.

O pano de fundo é o mesmo: eles não querem um órgão que exerça efetivo controle sobre o Judiciário

Alberio de Paula Machado
Vice-presidente nacional da OAB



FOLHA DE LONDRINA

CARTA 30 JAN 2012

Caixa preta

Seria trágica se não fosse cômica a declaração do presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ), Manoel Alberto Rebelo dos Santos, de que a falta de juízes no Estado explica o pagamento de salários de até R\$ 150 mil, acima do teto de R\$ 24.117,62. O desembargador ainda afirmou que os magistrados têm de acumular trabalho e por essa razão recebem verbas extras. Por que não se pensa em realizar concursos no TJ-RJ, quando há 185 cargos vagos e milhares de candidatos aguardando uma vaga? Será o medo de ter de dividir as verbas extras? Bem se vê que cada um faz o que quer em sua aldeia. Certamente, o mesmo ocorre nos demais TJs do país. A caixa preta do Judiciário nada deixa a desejar às do Legislativo e do Executivo. Socorro!

IZABEL AVALLONE (professora) - São Paulo

28 JAN 2012

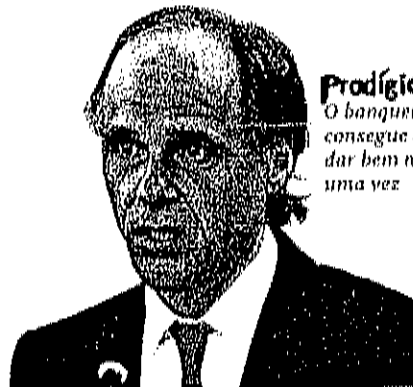
CARTA CAPITAL

Tudo para o bem de Dantas

JUDICIÁRIO | Contra a apuração da PF, o STJ consagra a impunidade do orelhudo

E SPECIALISTA EM conseguir escapar de qualquer condenação por mais provável que seja sem perder um tostão, o banqueiro Daniel Dantas produziu um novo prodígio de sua arte esta semana. A Justiça Federal suspendeu o sequestro de todo o complexo agropecuário de 27 fazendas e 450 mil ca-

beças de gado que pertencia a ele e que estava sob regime de arresto desde julho de 2009, quando foi deflagrada a Operação Satiagraha pela Polícia Federal. Na investigação, a PF identificou o dono do Opportunity como autor de supostos crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas. Daí o bloqueio das fazendas conseguido na Justiça. Mas a operação foi anulada em 2011 pela mesma Justiça, que considerou irregular a participação de agentes da Abin. A Satiagraha foi declarada nula por uma decisão do Superior Tribunal de Justiça. Todas as provas colhidas pela PF, também. E a devolução da fazenda, tomada em julho de 2009, acabou ordenada pelo juiz Douglas Camarinha Gonzales, da 6ª Vara Criminal Federal em São Paulo. A sentença deve ser enviada agora aos cartórios de registros de imóveis onde se situam as fazendas País a fora, para comunicar o desbloqueio. De acordo com a defesa da empresa que controla as fazendas, o confisco não tinha fundamento jurídico. E esta é a Justiça do Brasil. •



Prodígio.
O banqueiro
consegue se
dar bem mais
uma vez

28 JAN 2012

CARTA CAPITAL

Linha de Frente Walter Fanganiello Maierovitch

No Pinheirinho, o Brasil das trevas

UMA PERGUNTA perturbadora. Pode ser considerado civilizado um país cuja Justiça determina, sem qualquer motivo de urgência e com emprego de tropa de choque da Polícia Militar, a expulsão violenta dos seus lares de 1,5 mil famílias pobres, com apreensão de todos os seus pertences e uso da tática militar da surpresa e a agravante de não lhes ser ofertado um teto substitutivo de abrigo?

A resposta, por evidente, é negativa. Com efeito, o fato aconteceu no domingo 22, por força de mandado judicial expedido nos autos de uma ação de reintegração de posse em Pinheirinho, na cidade paulista de São José dos Campos, uma área com 1,3 milhão de metros quadrados e cerca de 6 mil moradores, todos sem títulos de propriedade e cuja ocupação daquele espaço remonta a 2004.

A decisão de reintegração foi da juíza da 6ª Vara da Comarca que, num Brasil com direito de matriz romana, se esqueceu de uma velha lição da lavra do jurista e político Giuvenzius Celso Figlio e encartada no Digesto: *Jus est ars boni et aequi* (o Direito é a arte do bom e do equitativo).

Fora isso, a decisão foi precipitada. Os canais conciliatórios estavam abertos e soluções alternativas justas poderiam ser alcançadas, como, por exemplo, a desapropriação por utilidade social. No particular, havia, além de um protocolo de intenções a tramitar no Ministério das Cidades, um acordo de adiamento da reintegração com prazo de vigência em curso.

Mais ainda, no âmbito jurisdicional existia um conflito de competência entre a Justiça estadual, que determinara a reintegração, e a federal, com liminar a suspender a desocupação. Esse conflito só foi resolvido, em sede liminar, pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e quando a tropa de choque da PM, com bombas e projéteis de borracha, já desalojara mais de 2 mil moradores, com muitas mães, como mostraram as fotografias dos jornais, a carregar os seus pequenos filhos. Esse conflito de jurisdição poderia ter sido motivador, pela Justiça paulista, de adiamento da reintegração. Por parte de Ari Pargender, poderia esse presidente do STJ usar a sua conhecida arte amistosa de fazer lobby, demonstrada na tentativa de obter uma vaga de ministra para a cunhada, para suspender a reintegração e encaminhar a questão a exame colegiado do STJ. Não se deve olvidar, ainda, que um representante da presidenta Dilma Rousseff estava no Pinheirinho e procurava encontrar soluções definitivas. Em vez de um acordo, o representante federal experimentou lesões provocadas por balas de borracha disparadas pela PM.

Numa ação de reintegração de posse de área grande e com

muitos ocupantes, a regra básica a orientar o juiz do processo é buscar, à exaustão, conciliações e evitar medidas traumáticas. A reintegração coercitiva só deve ocorrer excepcionalmente e não era o caso da executada no Pinheirinho. Essa grande e valiosa gleba-bairro, com casas de alvenaria, barracos, comércio e até biblioteca municipal, está registrada como de propriedade da Selecta Comércio e Indústria S.A. No momento, o Pinheirinho integra o acervo ativo da massa falida da empresa, cujo processo de falência se arrasta sem solução por mais de dez anos.

A Selecta era uma holding controlada pelo megaespeculador Naji Nahas, que já quase quebrou a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e acabou indiciado, e preso cautelarmente, na Operação Satiagraha. Essa operação, frise-se, restou anulada em 2011 pelo STJ, sob o leguleio tabaréu de vedada participação, ainda que meramente burocrática e em apoio à repressão à criminalidade organizada por poderosos e potentes, de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), lotados juntos ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Nahas nunca foi condenado criminalmente pela Justiça e beneficiou-se do efeito ampliativo da liminar de soltura concedida pelo ministro Gilmar Mendes em favor do banqueiro Daniel Dantas. Na falência da Selecta não há notícia de crime falimentar e, no Brasil, esses delitos são quase sempre alcançados pela prescrição.

Numa falência, como estabelece a legislação, há previsão para devolução, pagos os credores, de sobras aos sócios e acionistas da empresa falida. Não se descarta isso, com a grande valorização do Pinheirinho. E não é incomum, quando a massa falida possui propriedades em valorização, antigos sócios, por laranjas, comprarem créditos, negociados barato em face da tramitação demorada da falência.

O caso do Pinheirinho, pela iniquidade, faz lembrar Pierre Joseph Proudhon, célebre filósofo e revolucionário. Em 1840, ele publicou o seu primeiro ensaio político-econômico com uma pergunta na capa da obra: "O que é a propriedade?" Para Proudhon, ícone dos socialistas e contrário ao marxismo, "a propriedade é liberdade" e passa a ser condenável quando se torna "poder do homem sobre o homem". Aí, ele conclui: "A propriedade é um furto". ●



A Justiça paulista ignorou a máxima do jurista Celso Figlio: "O Direito é a arte do bom e do equitativo"

A truculência como padrão

SÃO PAULO | Na USP, na Cracolândia ou no Pinheirinho, a PM paulista protagoniza espetáculos de violência. Tradição que se opõe à democracia, mas não à sua origem e seu histórico de repressão

POR RODRIGO MARTINS E WILLIAN VIEIRA*



A POLÍCIA ENTROU atirando, como se a gente fosse cachorro. Ninguém é cachorro aqui." Com o celular em punho, uma das várias Marias a correr de um lado para o outro para salvar a pele e a vida no caos que surgiu às 5 horas do domingo 22 registrou as cenas de sua guerra particular. Inconformada, Maria mostrava, no visor do aparelho, a foto de um policial empunhando uma arma contra ela. Perdeu a casa. Restou o medo. Em frente ao campo de refugiados que surgiu em São José dos Campos (SP) após a truculenta reintegração de posse do terreno onde, há mais de oito anos, jazia a favela Pinheirinho, Maria aguardava o incerto destino. A ação foi autorizada pela Justiça e executada pela Polícia Militar. Perto de 1,5 mil famílias foram expulsas de suas casas. Nem todas cabiam na estrutura montada pela prefeitura. Poucas sabem o que farão agora. Restaram casas derrubadas, uma perna ferida à bala aqui, um braço com hematomas acolá. E a marca da ação policial espalhou-se em corpos e memórias.

Uma história que vem se repetindo com frequência nos últimos meses. A cada ordem da Justiça ou decisão governamental para interferência em uma área onde haja pessoas a demandar seus direitos, a cada possibilidade de confronto surgida da falta de diálogo seguem-se relatos e imagens de brutalidade e despreparo. Em 3 de dezembro a PM escorraçou centenas de viciados da Cracolândia paulistana, com motos, cavalos, spray de pimenta e até balas de borracha. Discutiu-se depois a ausência de articulação entre prefeitura, estado e União, a falta de um projeto de longo prazo. Em outubro, a prisão de alunos na USP devido à posse de maconha gerou outro confronto, com invasão da reitoria e protestos pela saída da PM do campus. A alegação: os policiais tolheriam liberdades individuais. Ainda que o índice de criminalidade na região não parasse de assustar os alunos, eles queriam a PM longe. Prenunciavam o futuro. Em 10 de janeiro, um PM, chamado para retirar alunos que ocupavam um centro de convivência, apontou uma arma para um estudante dentro da USP, distribuiu empurrões e deu um tapa no rosto dele, gratuitamente.

A parte os casos famosos, um universo de abusos envolve a ação da Polícia Militar em todo o Brasil. Mas em São Paulo o espaço entre uma e outra denúncia grave é curto. Quanto mais a sociedade precisa da PM, mais ela exhibe as entranhas de seus problemas: uma corporação militarizada, despreparada para lidar com o público a quem lhe caberia defender, marcada por uma ideologia conservadora atrelada a tempos não democráticos e fragilizada por más condições de trabalho. E, pior, a mesma estrutura deficitária não dá conta de fiscalizar e corrigir desvios policiais. As ouvidorias são engessadas. As corregedorias, filhas do mesmo sistema. O que emerge desse cenário é uma atuação truculenta e ineficaz. "Esse *modus operandi* violento é característica de toda força que opera com grande margem de arbítrio na ponta (policiais de rua) e sem responsabilização pelas ações abusivas, sem controle institucional, o que abre grande margem para abusos e impunidade", explica a cientista política Thais Battibugli, pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança da Unesp.

CONTINUA

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

28 JAN 2012

Mesmo após a Constituição de 1988, e com as novas políticas públicas de segurança empreendidas pelo governo federal com o Pronasei, bolsa-formação para policiais e os conselhos de segurança, há uma cultura policial violenta e repressiva a ser transformada. Para Battibugli, o cotidiano de abuso policial pode ser mais bem compreendido pelo abismo entre o delegado e o soldado – o fato de os policiais em contato com a população pertencerem ao mais baixo escalão, com menos preparo técnico, menos escolaridade e menor salário da corporação, mas com grande margem de arbítrio. “Aqueles que deveriam controlar-lhes o desempenho, os oficiais mais graduados, não têm condições de avaliar-lhes a conduta cotidiana, por não realizarem atividades de policiamento. Deixam em segundo plano justamente a relação com o cidadão e as possíveis arbitrariedades do policial.”

É esse modelo filho de formação dos policiais – e o baixo nível de exigência para ingresso e permanência nas Forças – o que explica a falta de tato no dia a dia da PM, explica Luís Antônio Francisco de Souza, pesquisador do Observatório de Segurança Pública da Unesp. “Deve-se formar policiais para fazer uso moderado e proporcional da força, com ações padronizadas e revisadas. E identificar claramente qual é a tarefa da polícia, para que ela não tenha de resolver problemas que não são seus, e exatamente porque ela não está apta para fazê-lo. Se não há preparo e cuidado, a ação resulta em abuso e conflito.”

Em tese, a estrutura policial conta com um sistema de contrapesos para equilibrar tanto o poder concentrado quanto a Ouvidoria e a Corregedoria. Responsável por acompanhar a atividade policial e cobrar investigação dos desvios cometidos pelas forças de segurança do estado, a Ouvidoria tem colecionado denúncias de abusos da PM em grandes operações. Na desocupação da reitoria da USP houve relatos de prisões arbitrárias, agressões e abuso de poder. “No episódio da Cracolândia, recomendamos o fim do uso de balas de borracha, spray de pimenta e bombas de efeito moral para dispersar os usuários. Acompanhamos cerca de dez denúncias de abusos. No Pinheirinho, também há casos de violações. Vou cumprir meu papel, cobrar das corregedorias uma investigação criteriosa”, afirma o ouvidor da polícia paulista, Luiz Gonzaga Dantas. Mas a Ouvidoria não pode fazer mais que isso.

As denúncias devem ser direcionadas à Corregedoria. O detalhe é que os corregedores fazem parte da mesma PM. Deixam as ruas para investigar os próprios colegas, expondo-se ao constrangimento de investigar seus iguais e sofrer retaliações – a maior das quais ter de voltar a atuar como policial. Em maio de 2010, o coronel Admir Gervásio Moreira deixou o comando do patrulhamento metropolitano para substituir Davi Rosolen na chefia da Corregedoria da PM. Prometeu “celeridade na apuração dos casos”, que admitiu lenta. A troca de corregedores ocorreu após a morte de dois motocobys, que teriam sido brutalmente espancados por policiais militares, em ocasiões diferentes. Decisão do comandante da PM, Álvaro Camilo. Pois a PM indica quem vai investigar a si própria. Assim, Camilo decidiu que Moreira investigaria seus antigos subordinados. O comandante da corporação, assim como o secretário de Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto, negou-se a conversar com *CartaCapital*.

O assunto é tão sério que a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009, sinalizou para a necessidade de garantir que as corregedorias e ouvidorias de polícia possuam autonomia, com carreira e dotação orçamentária próprias. “Nos Estados Unidos, as polícias estão fortemente armadas, mas a taxa de letalidade policial é baixa. Por quê? Há corregedorias e órgãos de controle muito eficazes”, afirma o sociólogo Sérgio Adorno, coordenador do Núcleo de Estudos sobre a Violência da USP. “Se um policial mata um suspeito, a arma dele é imediatamente recolhida e inicia-se uma criteriosa investigação das circunstâncias daquela morte, para avaliar se o disparo em indispensável.” No Brasil, a impunidade impera.

Cláudio Beato, pesquisador do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG, diz que o importante numa boa polícia é que ela seja capaz de prestar contas. Para simplificar tal interlocução com a sociedade, seria preciso unificar as polícias Civil e Militar numa só organização, capaz de realizar patrulhamento e policiamento ostensivo, além de investigar de forma harmônica. “Esse formato estranho terminou consagrado pela Constituição por força dos lobbies das polícias e interesses puramente corporativos. Mas não funcionou. Como nunca foi detalhada uma legislação infraconstitucional definindo a relação entre as polícias, elas terminam por realizar atividades superpostas e sem compartilhar dados.” Não à toa, entre as diretrizes aprovadas pela conferência está a proposta de

unificar e desmilitarizar as polícias estaduais, parecer que ganhou corpo no Projeto de Emenda Constitucional (PEC 430), em tramitação na Câmara.

Verdade que, desde 1988, houve avanços. O simples fato de a PM ser cobrada por suas ações pela sociedade e vir a público dar satisfação sobre o uso da força em suas intervenções demonstra uma mudança na corporação. “Há 15 anos, isso era impensável. Os policiais sentiam-se respaldados pelo governo e eram refratários a qualquer tipo de crítica. O corporativismo ainda existe, mas a polícia passou a dar satisfação dos seus atos”, diz Adorno. Nos últimos anos, a PM paulista tem se esforçado para mudar sua imagem. Aumentou o tempo de formação dos praças – o curso de preparação de um soldado dura cerca de um ano, o dobro do Rio de Janeiro –, e incluiu disciplinas de direitos humanos e policiamento comunitário. De acordo com as estatísticas oficiais, o número de homicídios no estado cai ano a ano. São Paulo, fechou 2011 com a taxa de 10,01 homicídios a cada 100 mil habitantes, redução de 4,39% em relação a 2010. A taxa de letalidade policial (homicídios cometidos por PMs em supostos confrontos com criminosos) também está em queda. Passou de 524 mortes, em 2009, para 438 no ano passado. “Mesmo assim é uma taxa elevadíssima e recomenda-se cautela ao analisar os números. A Ouvidoria acompanha 51 homicídios cometidos por PMs no ano passado que não estão nos números oficiais”, pondera o ouvidor Dantas. “Além disso, se verificarmos a taxa de letalidade da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), a tropa de elite da polícia paulista, ela passou de 46 homicídios em 2007 para 82 em 2011.”

CONTINUA

CARTA CAPITAL

CONTINUAÇÃO

28 JAN 2012

Uma história de truculência que remonta há quase dois séculos. Então presidente da província de São Paulo, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar fundou em 1831 a Guarda Municipal Permanente, embrião da atual Polícia Militar paulista. Integrada por 130 homens recrutados das camadas populares, a milícia tinha dupla finalidade: defender a ocupação do território de invasores e manter a ordem pública. Oficiais franceses foram contratados para "adestrar" a tropa, que sempre teve estrutura militarizada. Tanto que a polícia paulista chegou a dar suporte ao Exército na Guerra do Paraguai (1864-1870) e nas campanhas de Canudos (1896-1897). A partir da década de 1930, a milícia passou a intervir nos problemas decorrentes do desordenado processo de urbanização e industrialização. Sem terras, os imigrantes acabaram criando favelas. A delinquência veio em seguida. E a polícia foi usada para reprimir os pobres que cometiam roubos e furtos. Papel semelhante ao da PM hoje. "É mais fácil manter a ordem assim do que resolver os passivos sociais", diz o ouvidor. Militante de direitos humanos, Dantas avalia que o cenário atual não é diferente. "A ditadura consolidou a estrutura militarizada da polícia. A Constituição de 1988 não alterou esse modelo e os governos continuam a empregar a PM para resolver impasses sociais. Só que isso é incompatível com uma sociedade democrática. Os cidadãos não estão mais sob a tutela dos militares. A polícia precisa redefinir o seu papel."

Um modelo mais humanizado, em que a PM assuma o papel de defensora da sociedade e não de algoz dos menos favorecidos, surge no horizonte com o policiamento comunitário, no qual o convívio entre policiais e comunidade civil forneceria os subsídios para o combate ao crime. "O policiamento comunitário é uma política que deu certo onde foi implantada com zelo, competência e persistência", diz Souza, da Unesp. E a PM tem casos de sucesso para mostrar. A experiência da Base Comunitária de Segurança do Jardim Ranieri, na zona sul de São Paulo, comunidade paupérrima cravada entre os violentos bairros Jardim Ângela e Capão Redondo, conquistou prêmios e foi escolhida como uma das cinco melhores práticas de policiamento comunitário no mundo pela Agência de Aprimoramento Profissional do Reino Unido. Os policiais visitam comerciantes e moradores, estreitam laços de amizade e, assim, conquistam a confiança dos cidadãos para denunciar práticas criminosas. Entre 2002 e 2005, os índices de homicídio na região desabaram 52%.

Por que esse modelo não se torna padrão em situações menos ostensivas? "Qualquer que seja a definição de polícia comunitária, é uma forma de policiamento extremamente cara, porque exige um grande número de policiais dedicados e bem preparados para esse tipo de abordagem com o público." O que se precisa, diz, é de estruturas descentralizadas, com uso de tecnologia, definição de metas e a adoção de uma gestão por resultados e prestação de contas. "As melhores polícias do mundo têm feito muitos esforços de reengenharia institucional nessa direção. Infelizmente, estamos muito longe disso."

A prova veio na quarta 25, dia do aniversário da cidade de São Paulo. Cerca de 800 manifestantes protestavam em frente à Catedral da Sé, onde o prefeito Gilberto Kassab e o governador Geraldo Alckmin eram esperados para uma missa. O protesto era justamente contra a ação truculenta da PM nos casos da Cracolândia e do Pinheirinho. Após uma confusão envolvendo ovos, chutes e vaia contra as autoridades (entre elas o comandante da PM), a polícia partiu para cima dos manifestantes com cassetetes, spray de pimenta e bombas de gás. Um manifestante ficou ferido e saiu com o rosto a sangrar pela rua. Assim a PM reprimiu um protesto contra a violência com mais violência – como uma repetição atávica de sua origem. ●

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

IRREGULARIDADES

30 JAN 2012

CNJ nega direcionamento em licitação milionária

Conselho informou que o andamento da licitação continuará normalmente

A diretora-geral do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Gláucia de Paula, rebateu hoje (26) as acusações de direcionamento na licitação da compra de um software, ocorrida em dezembro, para a operação de um banco de dados. Ela falou com a imprensa depois de uma longa reunião administrativa entre 11 dos 15 conselheiros para tratar do assunto. Segundo nota oficial divulgada pelo CNJ, os conselheiros deixaram a reunião sem dúvidas sobre a "legalidade ou a regularidade do processo licitatório".

Gláucia de Paula informou que o andamento da licitação continuará normalmente, sem prejuízo dos mecanismos legais de controle existentes no CNJ. "Não tenho preocupação do que a empresa vai fazer. As suspeitas são infundadas e decorrem de dúvidas na interpretação do processo. Tenho plena convicção de que o processo foi legal. O que importa agora é o cumprimento do contrato", disse a diretora, a respeito da licitação conduzida pelo CNJ para a compra do equipamento.

A reunião entre os conselheiros aconteceu um dia depois da divulgação de um relatório, assinado pelo conselheiro Gilberto Valente Martins, que encontrou "vícios

insanáveis" na licitação e pediu sua anulação. O conselheiro decidiu passar um pente-fino nos documentos depois que a IBM, que concorria no processo, acusou o CNJ de direcionar o contrato para a vitória da empresa que representava a Oracle.

"Não existe direcionamento para duas empresas. Ou se direciona para uma ou não existe direcionamento. O fato é que duas tecnologias concorrentes participaram, foram para a fase de lances e uma delas [a Oracle] venceu pelo preço", disse Gláucia. Segundo a diretora, a IBM desistiu no meio da licitação por entender que não tinha a tecnologia requerida pelo conselho.

O CNJ também esclarece que o valor empenhado inicialmente – R\$ 68 milhões – não foi a quantia fechada no contrato – "pouco mais de R\$ 40 milhões" – uma vez que o órgão não tinha necessidade de uma das tecnologias oferecidas pela empresa. Ela disse, ainda, que até agora nenhum valor foi pago e que a execução ocorrerá em 24 meses.

Quanto à discrepância de datas apontadas no relatório de Valente – como um dos documentos fazer referência a outro que sequer tinha sido emitido – a diretora explicou que houve interpretação

equivocada das fases do processo licitatório. "Uma coisa é empenho, outra coisa é pagamento e uma coisa terceira é o pedido de emissão de empenho", resumiu.

Outra falha destacada por Valente – a assinatura de documentos por uma pessoa que não estava no cargo na referida data – também foi considerada normal. Gláucia explicou que isso ocorreu porque a então diretora-geral do CNJ, Helena Azuma, precisou viajar a trabalho no dia em que assinou os documentos, o que não quer dizer que ela estava ausente do cargo.

A reunião administrativa dos conselheiros desta quinta-feira durou mais de quatro horas e, segundo a diretora, correu em clima tranquilo. Não participaram do encontro os conselheiros Eliana Calmon, Guilherme Vasi Werner, José Lúcio Munhoz e Fernando Tourinho Neto. A próxima sessão do CNJ está marcada para o dia 14 de fevereiro.

30 JAN 2012

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Seguradoras tentam impedir ICMS na alienação de salvados

Empresas seguradoras ajuizaram ação em que alegam desrespeito à Súmula Vinculante 32, do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual a venda de salvados por seguradoras não está sujeita ao ICMS. Na ação argumentam que o Supremo, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.648 e o Recurso Extraordinário 588.149, pacificou o entendimento e editou a súmula sobre a não incidência do ICMS na alienação de salvados por empresas seguradoras.

Conforme o processo, por meio de uma ação originária proposta na 11ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, as autoras buscam a declaração da não incidência de ICMS nas operações referentes à alienação de salvados. As empresas sustentam que continuam privadas do recebimento de valores depositados ao longo do curso desta ação originária e, por isso, afirmam que está "configurada violação grave e continuada de seus direitos".

De acordo com a Reclamação, o Superior Tribunal de Justiça, antes mesmo da Súmula Vinculante 32, deu provimento a um Recurso Especial para excluir de qualquer tributação de ICMS a alienação de bens sinistrados, por representar operação decorrente do próprio contrato de seguro.

Na fase de cumprimento do julgado, as empresas solicitaram o levantamento dos depósitos judiciais efetuados naqueles autos. Contudo, conforme a presente Reclamação, foi indeferido o pedido, sob o argumento de que o acórdão com trânsito em julgado (quando não cabe mais recurso) proferido pelo STJ teria determinado que somente os bens salvados de sinistro imprestáveis ao uso a que se

destinam estariam fora do alcance da tributação do ICMS, incidindo o referido tributo sobre alienação onerosa dos bens recuperados em razão de furtos ou roubos, bem como que fossem apresentadas planilhas de cálculos para verificação dos valores a serem levantados por cada parte.

Funcionária é indenizada por bolsa revistada

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve condenação do pagamento de indenização por danos morais pelo Carrefour Comércio e Indústria Ltda., no valor de R\$ 5 mil, devido à revista periódica realizada em bolsa de ex-empregada. De acordo com o ministro Maurício Godinho Delgado, relator do processo na Turma, ainda que, no caso, não tenha havido contato físico, a revista na bolsa expôs indevidamente a intimidade da empregada, justificando a indenização.

Com a decisão, a Sexta Turma manteve julgamento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), que havia reduzido o valor da indenização imposta originalmente pela 9ª Vara do Trabalho de Curitiba de R\$ 7 mil para R\$ 5 mil.

GAZETA DO POVO

CRISE NO JUDICIÁRIO

Juízes querem

limitar 28 JAN 2012 ação do Coaf

Em reação às investigações do Conselho Nacional de Justiça, associação diz que a quebra de sigilo bancário é

inconstitucional

A Associação Nacional de Desembargadores (Andes) protocolou ontem pedido para que a Procuradoria-Geral da República questione a constitucionalidade da Lei do Sigilo Bancário (105/01). Essa foi a legislação que permitiu ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) detectar que 369 juízes e servidores de tribunais movimentaram R\$ 855,7 milhões entre 2000 e 2010 de forma atípica — ou seja, sem explicação imediata para a origem do dinheiro.

O levantamento do Coaf foi feito a pedido do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e abriu uma batalha no Judiciário nacional. Em nota publicada no site da Andes, o presidente da associação, Luiz Eduardo Rabello, alega que a divulgação feita pelo CNJ sobre as movimentações atípicas atinge "toda a magistratura brasileira", já que não houve informação sobre os titulares das supostas contas suspeitas. Rabello afirma ainda que a quebra de sigilo bancário fere o artigo 5.º da Constituição.

Várias associações de juízes e tribunais vêm questionando a fiscalização que o CNJ fez dos ser-

vidores e magistrados. Ontem, após participar da reunião do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, realizada em Teresina, o presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, Ivan Sartori, disse que vai impetrar uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que a corregedora-geral do CNJ, Eliana Calmon, diga os nomes dos desembargadores ou funcionários que estejam respondendo por 13 procedimentos para apurar irregularidades. O Coaf mostrou ainda que 1.016 integrantes do Judiciário operaram R\$ 274,9 milhões em dinheiro entre 2003 e 2010.

"Eu enviei um e-mail solicitando os nomes das pessoas que estão respondendo procedimentos. Queremos saber se um, dois ou três desembargadores estão envolvidos e, se os esclarecimentos não forem respondidos, vamos entrar com uma ação para ter essas informações", declarou Sartori.

Há dez dias, Sartori recebeu a visita de representantes do Coaf para conversar sobre as movimentações financeiras atípicas. Na véspera, após uma reunião com a corregedora Eliana Calmon, o presidente do TJ de São Paulo disse que o CNJ deve ter o direito de investigar faltas cometidas por juízes apenas após a atuação da corregedoria local. No entanto, o órgão deveria agir em caso de omissão.

Legalidade

Eliana Calmon negou que estivesse ocorrendo uma "devassa" nas contas dos magistrados. Ela garantiu que as apurações foram feitas dentro da legalidade e disse que quase metade dos juízes paulistas descumpria uma lei que obriga todo servidor público a apresentar sua declaração de renda. Para ela, por trás da crise estava um movimento corporativista para enfraquecer o CNJ. "Esse é o ovo da serpente", disse, em dezembro.

O Judiciário está dividido em relação à atuação do CNJ. A Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), por exemplo, divulgou nota na quarta-feira declarando-se "favorável aos poderes de investigação do CNJ e contra o seu esvaziamento". A entidade também defendeu a atuação do Coaf no combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, "para identificar operações atípicas não apenas de alguns poucos juízes, mas de qualquer pessoa, desde que observadas as regras constitucionais e legais".

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

28 JAN 2012

PODER DE INVESTIGAÇÃO

Supremo "julga" CNJ na 4ª

Após ter sido acusado de tentar esvaziar os poderes de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cezar Peluso, decidiu incluir na pauta dos julgamentos que a corte fará na próxima quarta-feira uma ação que pede limites nas apurações do CNJ.

Os 11 integrantes do Supremo definirão se confirmam ou não uma liminar concedida em dezembro pelo ministro Marco Aurélio Mello. Na ocasião, ele determinou que o CNJ inicie investigações contra magistrados somente após os tribunais locais já terem apurado as suspeitas.

O julgamento de quarta-feira é considerado crucial para o futuro do CNJ, órgão criado pela reforma do Judiciário com o objetivo de exercer o controle externo da Justiça. Além dessa ação, o tribunal terá de analisar em breve uma liminar, também concedida em dezembro, que paralisou investigações da corregedoria contra juízes de vários estados. Nos procedimentos, eram apuradas suspeitas de pagamentos irregulares a magistrados.

INTERESSES POLÍTICOS

"Mensalão motivou ataques à Justiça"

A elite da toga, reunida em Teresina (Piauí), onde ocorreu encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça, apontou interesses de "emparedar" o Supremo Tribunal Federal (STF) exatamente no ano em que será julgado o maior escândalo da gestão Lula, o mensalão.

"O Supremo está emparedado por pessoas que querem abalar os alicerces do Judiciário", afirmou Henrique Calandra, presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), a mais poderosa e influente entidade da toga, com 15 mil magistrados a ela agregados.

"Que processo o Supremo vai julgar proximamente? O mais importante de todos os processos", disse Calandra. O desembargador Marcus Faver, dirigente máximo do Colégio de Presidentes dos TJs, também fez suas conjecturas. "O Judiciário brasileiro está sofrendo um abalo nas suas estruturas. A quem interessa abalar as estruturas de um poder constituído e que defende os princípios democráticos de um país?"

Ao fim do encontro, os magistrados endossaram, por unanimidade, uma carta em que manifestam a preocupação com a crise, mas com um viés de apoio ao STF e contra a atuação do Conselho Nacional de Justiça.

28 JAN 2012

GAZETA DO POVO

FRAUDE DOS COMBUSTÍVEIS

MP pede à Justiça o fechamento do Posto Arrancadão

Estabelecimento de Pinhais, investigado após denúncia do Fantástico, tinha bombas de gasolina com lacres violados

Vitor Geron

O Ministério Público (MP) do Paraná pediu à Justiça ontem o fechamento do Autô Posto Arrancadão, em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. A alegação é que foram encontrados lacres violados e combustíveis adulterados no posto. Vistoria feita pelo Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) do Paraná constatou que havia violação nos lacres de dez bombas do posto, o que, no entender do MP, é um forte indício da prática da fraude. Segundo a promotora Cristina Ruaro, a violação dos lacres já configura infração administrativa passível das providências requeridas na ação.

A outra irregularidade constatada com base em inquérito policial instaurado na Delegacia do Consumidor (Delcon), a partir de representação formulada pelo Sindicombustíveis, é que o posto vendia combustível com meta-

nol, substância proibida no Brasil.

O Arrancadão é um das revendas atendidas pela Power Bombas, empresa investigada por participar de um suposto esquema de fraude na venda de combustíveis, revelado pelo programa Fantástico, da Rede Globo. Na ação proposta, o MP pede "concessão de tutela antecipada para a imediata interrupção das atividades do posto, com a interdição do estabelecimento comercial e aplicação de multa, em caso de descumprimento de ordem judicial, no valor de R\$ 20 mil por dia".

A Promotoria ainda pede que, após o julgamento final da ação, seja determinada a dissolução da sociedade comercial, com seu fechamento definitivo e que os proprietários, Ângelo de Albuquerque Gobbo e Clecy Maria do Rosário Gobbo, sejam impedidos de exercer o mesmo ramo de ativi-

dade, pelo prazo de cinco anos, além de terem de reparar os danos individuais patrimoniais e morais sofridos pelos consumidores que abasteceram seus veículos no estabelecimento comercial.

Outra solicitação do MP é que os réus "sejam condenados a indenizar os danos morais coletivos devido à má qualidade e à quantidade inferior vendida aos consumidores, em montante não inferior a R\$ 500 mil, a ser oportunamente arbitrado pelo Judiciário".

Gobbo foi o primeiro proprietário a ser ouvido pela polícia e negou participação no esquema de fraude de combustível. Na oportunidade, ele confirmou que pagava a Cléber Salazar cerca de R\$ 400 por mês pela manutenção nas bombas, mas negou irregularidades. Gobbo também é dono do Posto Jockey, localizado no Tarumã, em Curitiba.

Adulteração

De acordo com inquérito policial, o Posto Arrancadão revendia combustível misturado com metanol, uma substância proibida no Brasil.

Fraude eletrônica

O Fantástico denunciou o uso de uma placa eletrônica que adulterava a quantidade de combustível que ia para o tanque do veículo.

28 JAN 2012

GAZETA DO POVO

SEGURANÇA PÚBLICA

Batida abre crise na Polícia Civil

Operação que fechou cassino e casa de prostituição na capital é criticada pelo chefe da corporação.

Policiais agiram por conta própria

Felipe Anibal, Helberton Cesar
Diego Ribeiro

Uma operação policial, feita entre a noite de quinta-feira e a madrugada de ontem, tornou público um racha interno na Polícia Civil. Um grupo de policiais identificou e abordou uma mansão no bairro Parolin, em Curitiba, onde funcionava um cassino clandestino. Há suspeita de que o local também servisse como casa de prostituição. Os agentes agiram "por conta própria", sem comunicar a ação aos superiores.

O resultado da operação foi uma crise institucional: o delegado-chefe da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, classificou os agentes envolvidos na ação de "milicianos"; já os policiais cravaram que a corporação passa por uma "crise de moralidade".

Com três andares, a casa de alto padrão foi abordada por volta das 23 horas, por dezenas de policiais civis, lotados em unidades policiais distintas. Todos estavam com o rosto coberto por máscaras, capuzes ou turbantes e desencadearam a operação sem comunicá-la a um delegado. De acordo com um policial, estavam na mansão cerca de 40 pessoas, que jogavam em caça-níqueis ou bebiam em um bar. Três supostos funcionários do cassino foram encaminhados à

delegacia, mas acabaram liberados. Quarenta caça-níqueis, dois gabinetes de computador e uma máquina de cartão de crédito foram apreendidos.

Nos andares superiores da mansão, havia diversos quartos, que, segundo as denúncias, eram usados para prostituição. Os cômodos eram decorados luxuosamente e tinham banheiros com peças de mármore e banheiras de hidromassagem.

De acordo com os agentes, um álbum com fotos de políticos do alto escalão e de empresários paranaenses foi encontrado em uma gaveta. Ninguém sabe informar a quem pertence a mansão, mas, segundo vizinhos, o local funciona há bastante tempo.

Por volta da meia-noite, os policiais consideraram a ação finalizada e começaram a pedir a presença de um delegado para encaminhar o material apreendido e conduzir os responsáveis a um distrito policial. Mas, segundo os agentes, o delegado do Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (CiAc), que faz o plantão policial, teria se negado a assumir o flagrante. Eles também teriam feito contato com o Centro de Operações Policiais Especiais (Cope), que também teria se recusado a prestar apoio.

Gaeco

O impasse atravessou a madrugada e chegou ao Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas e de Investigações Criminais (Gaeco), do Ministério Público. O promotor Leonir Battisti, coordenador do grupo, foi acordado por volta das 6h40 por policiais que pediam orientação. "Quanto à apreensão, os policiais estavam acobertados pela legalidade, logo não precisavam da presença de um delegado. Agora, quanto à deflagração da operação, é uma questão interna da Polícia Civil", disse Battisti.

Pouco a pouco, os policiais foram deixando o imóvel. Apenas oito permaneceram até as 9 horas, quando um delegado do 2.º Distrito Policial chegou à mansão para providenciar a apreensão dos caça-níqueis. Segundo o comando da Polícia Civil, oito policiais que participaram da operação foram identificados.

A Corregedoria da corporação vai apurar eventuais transgressões dos agentes envolvidos na abordagem à mansão. Imagens gravadas por veículos de comunicação serão solicitadas para auxiliar nas apurações. As investigações sobre o funcionamento do cassino clandestino também devem continuar.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 28 JAN 2012

CHOCQUE MORAL

"Vamos atacar santuários invioláveis do PR", diz agente

Um investigador da Polícia Civil que participou da operação disse, em entrevista exclusiva à *Gazeta do Povo*, que a abordagem à mansão faz parte de uma "operação-padrão", como forma de pressionar a Secretaria de Segurança Pública por reformas no estatuto da corporação e de protestar contra a "crise de moralidade" que a instituição estaria enfrentando.

"Vamos derrubar esses santuários invioláveis, em que hoje policiais e fiscais não podem mexer, porque há acordos entre deputados, senadores e empresários com a cúpula [da segurança pública]", disse. Esses "santuários" acobertariam crimes cujas investigações seriam "barradas" por superiores hierárquicos.

A primeira ação ocorreu na tarde de terça-feira, quando policiais fizeram uma operação em shoppings populares do Centro de Curitiba, apreendendo uma grande quantidade de material pirateado. Após essa ação, três policiais civis teriam sido transferidos, em uma suposta retaliação. Os "dissidentes" contra-atacaram e decidiram apressar outras ações planejadas. "Nós cobrimos o rosto por causa das represálias. Apesar dos turbantes, nós nos identificamos às pessoas [que estavam na mansão], mostramos nossa carteira funcional e tratamos todos como cidadãos", disse o policial.

Para ele, a "operação-padrão" tem o objetivo de resgatar a moralidade da Polícia Civil. Ele menciona a falta de condições de trabalho, o baixo índice de credibilidade da instituição e a falta de transparência na definição das políticas de segurança. "Não temos uma polícia de Estação. Temos uma polícia de governo, que, como tal, faz a vontade do soberano", avaliou.

Para sindicatos, ação foi legal

Para sindicatos que representam policiais civis, a operação que terminou com a identificação da mansão no Parolin foi normal e legal. Apesar disso, tanto o Sindicato dos Investigadores de Polícia do Paraná (Sipol) quanto o Sindicato das Classes Policiais Civis do Paraná (Sinclapol), afirmaram que não tinham conhecimento prévio da ação. "Havia uma ilegalidade e os policiais a combateram. Eles cumpriram seu dever", disse o presidente do Sipol, Roberto Ramires.

Apesar da legalidade, o presidente do Sinclapol, André Gutierrez, lembrou que a operação ocorreu

de forma desarticulada. "Não seguiram um procedimento padrão. Houve apenas uma falta de prudência", afirma.

Os dois sindicatos negaram o viés político da operação. Para o Sipol, não há nenhum movimento de bastidores da categoria. Já o Sinclapol defende que seja mantido o diálogo amistoso com o governo estadual a fim de se obter melhorias para a corporação. "Há motivos para protestar se o governo já declarou que vai implantar o subsídio? Se não houvesse diálogo, tudo bem. Não é o momento de protestar contra nada", explica.

PM também vive turbulência

Além da Polícia Civil, a Polícia Militar também enfrenta momentos de turbulência. Desde o início da semana passada, praças (soldados, cabos e sargentos) protestam internamente pela regulamentação da Emenda 29 à Constituição do Paraná. O dispositivo prevê a incorporação de gratificações ao soldo policial. A frequência do sistema de comunicação da PM foi invadida por diversas vezes e passou a ser usada para fazer apologia a uma paralisação. O Comando da PM negou a possibilidade de greve, o que agravou os ânimos dos policiais, que fizeram um protesto na Boca Maldita.

Em novembro passado, o ex-comandante da PM, Marcos Scheremetta assumiu ter relacionamento com operadores do jogo do bicho e caça-níqueis. Também no fim do ano, o delegado-geral da Polícia Civil, Marcus Vinícius Michelotto, assumiu ter retaliado delegados com transferências por eles terem integrado chapas a eleição de sindicatos não apoiadas pelo governo. (PA)

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

“Agiram como milicianos”, diz delegado

O chefe da Polícia Civil do Paraná, o delegado-geral Marcus Vinícius Michelotto, criticou a maneira como a operação foi deflagrada: sem que um delegado ou o comando da instituição tivessem sido avisados e com os agentes atuando com rosto encoberto. “Os policiais que participaram [da ação] se comportaram como milicianos, escondendo o rosto e não respeitaram os padrões de hierarquia e disciplina da corporação”, criticou.

Para Michelotto, a operação teve cunho político. “Foi uma baldúria para desgastar o departamento [chefia da Polícia Civil] e as negociações que o governo tem mantido com os policiais”, afirmou. Apesar disso, o delegado-geral minimizou a “manifestação”. Segundo ele, de um efetivo de mais de 4 mil policiais, um número considerado pequeno estaria vinculado a essa dissidência. “Identificamos cerca que 20 agentes. São atrelados a sindicatos ou a partidos com interesse de desestabilizar”, disse.

O delegado-geral garante que a Polícia Civil não tinha informação anterior sobre a mansão. “Nós combatemos por igual todos os tipos de crimes, de contravenções. Desde o início do ano passado, mais de mil caça-níqueis foram apreendidos. Não acobertamos essa prática nem nenhuma outra”, assegurou. Mas, de acordo com informações do 2.º DP, há cerca de dois meses foi feita uma abordagem no local. Na ocasião, nada foi encontrado, apesar de denúncias sobre o funcionamento de um bordel

28 JAN 2012

28 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CASO GAFANHOTO

Carlos Simões foi considerado foragido e atrasou processo

Sandra Moser

O ex-deputado estadual Carlos Simões (PR), preso desde quinta-feira por ser considerado foragido da Justiça, ainda estava detido até ontem à noite, aguardando o julgamento de um habeas corpus no Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Até o fechamento desta edição, o desembargador Valter Ressel, da 2.ª Câmara Criminal, ainda não tinha decidido se concederia o habeas corpus ao ex-parlamentar.

Simões é réu em uma ação penal de peculato (desvio de bens e valores públicos realizado por servidor público em função do cargo) e foi detido pela Polícia Militar por não ter sido localizado nos endereços que informou como seus nos autos. O juiz da 9.ª Vara Criminal, Cesar Maranhão de Loyola Purtado, pediu a prisão preventiva. A Lei Penal permite a prisão cautelar, entre outras hipóteses, para conveniência da investigação criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, quando se percebe que o réu está se escondendo das intimações judiciais ou planejando



Simões foi preso na quinta-feira.

do fugir da comarca onde responde o processo.

O ex-deputado é suspeito de envolvimento no escândalo dos "Gafanhotos", da Assembleia Legislativa. A intenção da Justiça ao determinar a prisão de Simões era ouvir sua defesa, já que o ex-parlamentar é um dos únicos réus que não foram citados. Sem a defesa de Simões, o processo segue parado há mais de dois anos.

O advogado do ex-deputado, Rodrigo Lichtenfels, alegou que houve "equivoco e precipitação" na prisão de seu cliente. Simões teria sido considerado foragido em razão de uma certidão do oficial de

Justiça, que teria ouvido do porteiro do edifício em que Simões vive ele teria se mudado. "Não há lógica, pois na mesma semana ele esteve em programa de televisão aberta e falou de sua intenção de ser pré-candidato a prefeito de Curitiba", afirmou o advogado.

Lichtenfels disse que ainda não foi citado oficialmente e, portanto, ainda não apresentou qualquer defesa nos autos da ação penal.

Esquema

O esquema funcionou entre os anos de 2001 e 2004, na Assembleia e foi descoberto pelo Ministério Público Federal. Contava com a participação de funcionários de deputados estaduais (vários deles já deixaram a Casa) que autorizavam que seus salários fossem depositados numa única conta. Em alguns casos, o titular da conta era o próprio deputado, um parente seu ou o chefe de gabinete. Parte dos funcionários que autorizaram o depósito nunca teria trabalhado na Assembleia. Alguns sabiam do esquema e se beneficiavam dele, mas outros não sabiam que estavam envolvidos.

GAZETA DO POVO

JOSÉ ALEXANDRE SARAIVA 28 JAN 2012

Quando o sócio não é responsável na execução fiscal

Em outros julgamentos análogos o Supremo Tribunal Federal já decidiu que sócios e administradores de pessoas jurídicas somente respondem quando tiveram a oportunidade de manifestação no processo administrativo

Questão das mais frequentes no dia a dia dos processos judiciais de execução fiscal diz respeito ao redirecionamento do nome do devedor no polo passivo de uma obrigação tributária. Isso ocorre, por exemplo, quando o Fisco, após apurar um lançamento tributário na pessoa jurídica, propõe a execução fiscal contra a empresa e, ao mesmo tempo, contra o sócio ou administrador responsáveis por dívidas tributárias.

Para tanto, independentemente da participação do sócio ou do administrador no processo administrativo fiscal, a Fazenda Pública entende que basta acrescentar na certidão da dívida ativa o nome da pessoa física para figurar como devedor solidário. Essa tática — que esbarra nos princípios da transparência, da ampla defesa e do contraditório — até aqui tem prosperado nos tribunais, não obstante raras e isoladas decisões.

Felizmente, mais um histórico e importante precedente, a favor dos contribuintes, acaba de ser sinalizado pela 2.^a Turma do Supremo Tribunal Federal. Em um julgamento realizado em outubro de 2011, do qual foi relator o ministro Joaquim Barbosa, proclamou-se o entendimento unânime de que tais pessoas físicas somente podem responder pela dívida se, no processo administrativo, foram devidamente chamadas e exerceram ampla e irrestrita defesa, com efetivo direito ao contraditório.

Embora a decisão tenha versado sobre demanda em que restou comprovada a participação no processo administrativo fiscal dos sócios da empresa, e por isso mesmo o pedido não foi acolhido, o julgamento reveste-se de singular importância no contexto atual da jurisprudência relacionada com o assunto. O Fisco, segundo essa nova decisão do Supremo, precisa provar que os sócios participaram da discussão administrativa antes do lançamento. Sem essa condição, não procede a inserção, pura e simples, do nome do sócio na Certidão da Dívida Ativa (CDA).

Advogados que militam na área do Direito Tributário têm se manifestado no sentido de que a tendência, doravante, é de o Superior Tribunal de Justiça rever a sua atual posição, que é, majoritariamente, favorável ao Fisco. A propósito, vale ressaltar que em outros julgamentos análogos o Supremo Tribunal Federal já decidiu que sócios e administradores de pessoas jurídicas somente respondem quando tiveram a oportunidade de manifestação no processo administrativo. Convenhamos, isso é o mínimo que se espera de um Estado democrático de direito.

GAZETA DO POVO

BESSA

Togaegiz 28 JAN 2012

Joscelito Giovani Cé será o novo diretor-geral da Escola da Magistratura do Paraná para a gestão 2012-2014. A nomeação ocorrerá oficialmente durante a cerimônia de abertura do curso de preparação à magistratura no dia 6 de fevereiro, no auditório do Tribunal de Justiça. No evento também serão nomeados os magistrados José Laurindo de Souza Neto como supervisor pedagógico, Luciano Campos de Albuquerque, como coordenador-geral de cursos, e Rodrigo Otávio do Amaral, diretor do Núcleo de Curitiba.

28 JAN 2012

GAZETA DO POVO

MP cobra mais segurança nos caixas eletrônicos

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba instaurou inquérito civil para averiguar quais medidas serão tomadas para melhorar a segurança nos caixas eletrônicos no Paraná, que são alvo de ladrões desde 2011. Os caixas, localizados geralmente em estabelecimentos comerciais, são destruídos com a detonação de explosivos, para facilitar o roubo do dinheiro. De acordo com a promotoria, os caixas eletrônicos presentes em estabelecimentos comerciais não oferecem a mesma segurança aos usuários observada em agências bancárias do Paraná. A promotoria enviou um ofício a sete órgãos e espera resposta em dez dias para saber os motivos para a insegurança.

Segundo a promotora de Justiça Cristina Corso Ruaro, o código de defesa do consumidor prevê a proteção dos usuários de produtos e serviços. Receberam o ofício a Federação Brasileira de Bancos, Associação Comercial do Paraná, Associação Paranaense de Supermercados, Associação Brasileira de Shopping Centers, Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e Região Metropolitana, Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e Associação dos Municípios do Paraná.

PLANOS DE SAÚDE MP investiga CoopCárdio por formação de cartel

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba está investigando a Cooperativa de Cirurgiões Cardiovasculares do Paraná (CoopCárdio-PR) por formação de cartel, depois de receber reclamações da Nossa Saúde e da Unimed Paraná. De acordo com as informações que chegaram à Promotoria, a cooperativa estaria prejudicando consumidores que têm planos privados de saúde, uma vez que cobraria valores superiores à tabela praticada atualmente pelos planos, não aceitando qualquer tipo de negociação. A promotora de Justiça Cristina Corso Ruaro abriu inquérito civil para apurar o caso e já solicitou à CoopCárdio-PR que se manifeste sobre os fatos noticiados, no prazo de dez dias. Também requisitou a instauração de inquérito policial pela Delegacia dos Crimes contra a Economia e Proteção ao Consumidor (Delcon). A reportagem não conseguiu contato com a CoopCárdio-PR.

Participação

NOTA POLÍTICA

O Congresso precisa votar neste ano mudanças no rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE). As novas regras devem começar a valer em 2013. O critério de divisão usado atualmente foi considerado inconstitucional pelo STF, mas tem a aplicação assegurada até 31 de dezembro. Neste ano, a previsão é que R\$ 55,03 bilhões sejam repassados a estados por meio do FPE.

28 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CURITIBA

Prefeitura contraria tribunal e mantém licitação dos radares

Osny Tavares

A prefeitura de Curitiba comunicou ontem que vai manter a licitação para a compra de radares e lombadas eletrônicas. Na quinta-feira, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) encaminhou um ofício ao município determinando que o processo fosse suspenso. O órgão de controle argumenta que é preciso esperar a conclusão da auditoria envolvendo a rescisão do contrato da prefeitura com a empresa Consilux, que até março do ano passado gerenciava os equipamentos.

Em resposta ao TCE, a procuradora-geral do município, Claudine Bettos, afirma que a licitação é uma tomada de preço para a compra de equipamentos a serem gerenciados pela recém-criada Secretaria de Trânsito (Setran). Ou seja, a prefeitura não pretende contratar

uma empresa privada para gerir o sistema, e sim mantê-lo sob administração direta do poder público. Com isso, avalia a procuradora, a precaução do TCE não se justifica para este caso. "O que nós estamos fazendo não contraria a decisão do TCE. É compra de material para que a secretaria possa trabalhar", defende Claudine.

Por meio de nota, o TCE informou que não vai se manifestar sobre a recomendação feita à prefeitura. O órgão lembra que, na semana que vem, deve avaliar o resultado final de relatório que analisou a operação de radares no Paraná, incluindo o de Curitiba.

O edital de concorrência pública foi lançado no dia 29 de dezembro e prevê um preço máximo de R\$ 28,3 milhões, estimando a instalação de pelo menos 203 radares de velocidade e 48 lombadas eletrônicas. O prazo para a entrega de envelopes com propostas termina na segunda-feira.

"O que nós estamos fazendo não contraria a decisão do Tribunal de Contas. É compra de material para que a secretaria possa trabalhar."

Claudine Bettos, procuradora-geral do município.

29 JAN 2012

GAZETA DO POVO

JUDICIÁRIO

Fim do recesso no Supremo abre ano de polêmicas

Sessões recomeçam na quarta-feira com o julgamento dos limites do CNJ. Agenda ainda pode incluir mensalão, Ficha Limpa, cotas e aborto de anencéfalos

Caroline Ollinda

O ano de 2012 será de polêmicas e mudanças no Supremo Tribunal Federal (STF). As sessões recomeçam na quarta-feira, com o fim do recesso. E logo no primeiro dia será julgada a ação que pede a limitação do poder do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar juizes. Existe ainda a possibilidade de o julgamento do caso mensalão — que estremeceu o governo Lula em 2005 — ser iniciado neste ano. Além disso, aguardam a análise dos ministros ações que questionam o poder de investigação do Ministério Público e a Lei da Ficha Limpa. Temas que mexem com a vida do cidadão também aguardam solução: cotas raciais nas universidades, a legalidade da Lei Seca e autorização para o aborto de fetos anencéfalos.

Em meio a todas as polêmicas à espera de um veredito, ainda ocorrerão duas mudanças na composição da corte. Os minis-

tros Cezar Peluso e Carlos Ayres Britto completam 70 anos e terão de se aposentar compulsoriamente — em setembro e novembro, respectivamente. A corte também passará por duas trocas de presidência. Peluso passa o comando do STF em abril para Ayres Britto, que com a aposentadoria em novembro deixa a cadeira da presidência para o ministro Joaquim Barbosa, o relator do mensalão. Tantas alterações podem dificultar o julgamento de ações polêmicas.

"Se não houver agilidade na indicação dos [ministros] substitutos [pela presidente Dilma Rousseff], o trabalho do Supremo ficará prejudicado por essas mudanças", afirma o da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), José Lúcio Glomb.

Em 2010, a decisão do então presidente Lula de deixar para sua sucessora a indicação do substituto do ex-ministro Eros Grau — que havia se aposentado em agosto — atrasou a decisão sobre a validade da Lei da Ficha Limpa para a última eleição. Empatado em cinco a cinco, o julgamento só chegou ao fim no primeiro trimestre do ano passado, depois que o ministro Luiz Fux, indicado por Dilma, apresentou o seu voto. Fux tomou posse em março de 2011, cerca de sete meses depois da aposentadoria de Eros Grau. "Nós temos pessoas de muita qualidade no meio jurídico. Não há a necessidade de tanta demora para se fazer uma indicação",

Sociedade

Apesar das mudanças pelas quais o STF passará neste ano, o jurista paranaense Luiz Edson Fachin acredita que a corte julgará algumas das polêmicas que aguardam decisão. "O STF não vai virar o ano sem enfrentar algumas dessas temáticas." Entre as ações que devem ter uma resposta está a que trata do aborto de anencéfalos. Na avaliação de Fachin, há uma tendência para que o procedimento seja considerado constitucional.

Sobre a validade das cotas raciais nas universidades públicas, o jurista não acredita que a ação entre na pauta deste ano. "O Judiciário ainda está observando a eficiência das medidas [...]. No médio prazo, a tendência é a convalidação da lei das cotas", comenta.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

29 JAN 2012

NA AGENDA

Confira alguns processos polêmicos que podem entrar na pauta de julgamento do Supremo neste ano:

Competência do CNJ

A competência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na investigação de juízes é questionada pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Deve ser o primeiro julgamento, na sessão da próxima quarta-feira.

Planos econômicos

Correm no Supremo ações de detentores de cadernetas de poupança que tentam reaver perdas geradas pelos planos econômicos Collor, Bresser e Verão. Os poupadores argumentam que, na época, as cadernetas não tiveram a correção correta porque as instituições financeiras aplicaram índices estabelecidos antes da edição dos planos. Também aguarda resposta do Supremo a responsabilidade dos bancos pelo pagamento dessas diferenças.

Cotas raciais

Duas ações discutem a constitucionalidade das cotas raciais para o acesso ao ensino superior.

Lei Seca

No primeiro semestre deste ano será realizada uma audiência pública para discutir a validade da proibição da venda de bebidas alcoólicas à beira das rodovias federais e em terrenos próximos. A constitucionalidade da Lei Seca é questionada pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel).

Ficha limpa

Três ações questionam a legalidade da Lei da Ficha Limpa. No fim do ano passado, o julgamento conjunto dessas ações foi suspenso pelo pedido de vista do ministro Dias Toffoli. Os ministros Luiz Fux e Joaquim Barbosa já votaram pela constitucionalidade integral da lei.

Poder investigatório do MP

O poder de investigação do Ministério Público é questionado no Supremo desde 2004. Na ação, a defesa do empresário acusado de ser o mandante do assassinato do ex-prefeito Celso Daniel (de Santo André, em São Paulo) pede a anulação do processo porque ele foi baseado em investigações do MP. O argumento é que só a polícia pode fazer investigação; ao MP caberia instruir o processo.

Aborto de anencefálicos

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde pede a descriminalização do aborto no caso de fetos anencefálicos (sem cérebro).

Mensalão

A ação pode ser julgada em 2012. Mas pode ficar para 2013 – o que levaria à prescrição de grande parte das penas.

"Se não houver agilidade na indicação dos [dois ministros] substitutos [pela presidente Dilma], o trabalho do Supremo ficará prejudicado."

José Lúcio Glomb, presidente da OAB-PR. Neste ano, vão se aposentar Cezar Peluso e Ayres Britto.

RISCO

Mensalão pode prescrever se não for julgado

A possibilidade de o STF realizar neste ano o julgamento do mensalão é remota, na avaliação do jurista Luiz Edson Fachin. Devido à extensão da ação, que envolve 38 réus e tem 50 mil páginas, Fachin acredita que o caso não será julgado em 2012. "Esse não é um julgamento para apenas uma ou duas sessões", afirma.

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, acredita que o julgamento do mensalão deverá levar, no mínimo, um mês. Mesmo assim, ele defende que o caso entre na pauta do STF já neste ano. "O mensalão deve ser enfrentado pelo Supremo com rapidez", afirma. Caso a ação não seja julgada neste ano, uma série de penas pode prescrever.

O ministro Joaquim Barbosa concluiu o relatório sobre o caso em dezembro e prometeu apresentar seu voto em abril. Porém, o julgamento só poderá ser iniciado quando o ministro Ricardo Lewandowski finalizar a revisão da ação. No fim do ano passado, o ministro teria afirmado que poderia demorar até um ano para concluir o trabalho. Mas, pressionado, prometeu agilidade.

O escândalo da suposta compra de apoio do Congresso pelo governo do ex-presidente Lula veio à tona em 2005.

CONTINUA

29 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

STF demora para julgar processos controversos

As ações que contestam as cotas raciais das universidades públicas estão à espera de uma decisão do Supremo desde 2009. Naquele ano, o ministro Gilmar Mendes negou o pedido de liminar em que o DBM requeria a suspensão das cotas raciais na Universidade de Brasília (UnB). O partido move uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) contra a regra adotada pela UnB. Até hoje, o mérito da ação ainda aguarda um julgamento da corte.

Assim como o processo das cotas raciais, a ação que contesta o poder de investigação do Ministério Público (MP) também segue na prateleira de temas controversos que aguardam há alguns anos uma decisão do Supremo. Neste caso, a ação corre desde 2004, quando foi apresentada pela defesa do empresário Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, acusado de ser o mandante do assassinato do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. O homicídio completou uma década há alguns dias.

Lentidão

O processo que tratava do direito à previdência de casais homossexuais esperou pouco mais de três anos por uma decisão do Supremo. A ação movida pelo governo

do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2008, só teve uma resposta em maio do ano passado. Na decisão, o Supremo equiparou as uniões estáveis homoafetivas às heterossexuais.

Para o jurista Luiz Edson Fachin, a demora para o julgamento de temas controversos se deve ao fato de não haver uma resposta amadurecida dentro da sociedade sobre essas questões. "O STF acaba sendo um catalisador das ambivalências da sociedade", diz o jurista.

Ele ressalta ainda que muitas das questões a que o Judiciário é levado a responder poderiam ser resolvidas por meio do Legislativo. Como isso não ocorre, "o juiz acaba sendo o legislador de um caso concreto. Os fatos batem à porta e o Judiciário não pode lavar as mãos".

O presidente da seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), José Lúcio Glomb, também faz críticas aos legisladores. Na avaliação dele, o Congresso não decide com eficiência, o que acaba resultando em problemas que deságuam no Judiciário. "Em alguns temas [os parlamentares] deixam de legislar. E, quando legislam, muitas vezes incorrem em erros de redação que dão margem a interpretações duvidosas, que geram ações que correm por anos nos tribunais", diz.

GAZETA DO POVO

SUSP

Quatro juizes sofrem atentados

29 JAN 2012

O presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Henrique Nelson Calandra, informou na sexta-feira em Teresina, no Piauí, que quatro juizes sofreram atentados nos últimos dois meses em quatro estados brasileiros: Ceará, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em consequência de decisões judiciais ou liminares que concederam.

Henrique Calandra disse que no Ceará os pais de uma juíza foram torturados, amordaçados e tiveram combustível jogado sobre seus corpos para que fossem incendiados vivos. Segundo ele, os pais da magistrada Sergia Miranda só não foram incendiados vivos porque o fósforo não acendeu. A mãe dela tem 68 anos e o pai, 80. As agressões aconteceram 24 horas depois da concessão de uma liminar, e os agressores comentaram que a razão seria essa.

Em Minas Gerais, na cidade de Nova Serrana, uma juíza sofreu atentado à bomba. Além disso, foram incendiados o fórum em que a juíza trabalhava e os processos. Outra juíza sofreu atentado na cidade de Rio Claro, em São Paulo. No Rio de Janeiro, no município de São Gonçalo, um juiz sofreu uma ameaça grave. Ele denunciou o caso à AMB.

O presidente do Colégio Permanente de Presidentes dos Tribunais de Justiça, desembargador Marcus Faver, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, disse que estão aumentado as ameaças contra os magistrados e, por outro lado, existem denúncias de irregularidades contra juizes. Para ele, alguns confundem e, ao invés de combater a máfia, se associam a ela.

GAZETA DO POVO

CELSONASCIMENTO

29 JAN 2012
NOTA POLITICA

Quempagou?1

A pergunta do juiz da 4.^a Zona Eleitoral sobre quem pagou a despesa com a campanha de telemarketing do prefeito Luciano Ducci, declarada ilegal, pode encontrar uma inusitada resposta: ninguém pagou; nada teria saído dos cofres públicos nem de bolsos particulares. Teria sido, segundo fonte confiável, uma "degustação" oferecida pela empresa Midiafone, de São Paulo, visando a conquistar um futuro cliente — no caso, o próprio prefeito, candidato à reeleição. Deu tudo errado: o cliente acabou caindo nas malhas da Justiça.

Quempagou?2

Quem visita o site da Midiafone vê lá a lista de seus principais clientes: Roberto Requião, José Sarney, Roseana Sarney, José Serra, Aécio Neves, José Genoíno, Marta Suplicy...

Nãopassou

O TRE-SP desaprovou a prestação de contas do PSDB paulista relativa ao exercício de 2009. Com isso, o partido terá suspenso por 12 meses o repasse de cotas do fundo partidário e deverá devolver R\$ 87,9 mil. A direção do partido vai recorrer ao TSE. Segundo o relator do processo, Mathias Coltro, o PSDB "valeu-se de recursos de origem não identificada". Além disso, segundo o tribunal, houve diversas irregularidades na aplicação do fundo partidário. Em 2009, o PSDB recebeu cerca de R\$ 939 mil de cotas do fundo partidário.

GAZETA DO POVO

LEIJA PARTIR DE MAIO, SERÁ ILEGAL ESCONDER DADOS

Órgãos 30 JAN 2012 públicos não respondem pedidos de informação

■ A menos de quatro meses para a Lei de Acesso a Informações Públicas entrar em vigor, o Estado brasileiro se mostra despreparado para atender ao cidadão. A **Gazeta do Povo** protocolou pedidos de informações em dez instituições e somente uma – o Supremo Tribunal Federal (STF) – forneceu orientações que levaram aos dados solicitados. Segundo pesquisa divulgada pela Controladoria-Geral da União (CGU), 70,9% dos órgãos públicos ainda não sabem como dar acesso a informações. A Lei 12.527 entra em vigor em 18 de maio.

30 dias

é o prazo máximo que os órgãos públicos têm para responder pedidos de informações protocolados por cidadãos, segundo a Lei 12.527.

CONTINUA

TRANSPARÊNCIA GAZETA DO POVO

Lei de Acesso a Informações continua longe de sair do papel

30 JAN 2012

A 4 meses para a norma começar a valer, reportagem pediu dados a 10 instituições estatais. Só uma atendeu de forma satisfatória; ainda assim fora do prazo legal

*Caroline Olinda e André Gonçalves,
correspondente em Brasília*

A menos de quatro meses para a Lei de Acesso a Informações Públicas entrar em vigor, o Estado brasileiro, em todos os níveis governamentais, ainda está despreparado para atender ao cidadão. Além disso, demonstra resistência e desinteresse em prestar informações — o que será obrigatório a partir de 18 de maio.

A Gazeta do Povo solicitou dados a dez instituições municipais, estaduais e federais e constatou que nenhuma cumpriu à risca o que diz a lei (veja abaixo). E somente uma — o Supremo Tribunal Federal (STF) — forneceu orientações que levaram a reportagem aos dados solicitados de maneira satisfatória. Ainda assim, as orientações do STF foram fornecidas 38 dias após a solicitação, quando o prazo máximo previsto na legislação é 30 dias.

A Gazeta do Povo pediu às dez instituições públicas informações sobre as despesas daquela órgão no primeiro semestre do ano pas-

sado com limpeza e conservação patrimonial. Também foram solicitados o nome e o CNPJ de cada uma das empresas contratadas para prestar esse tipo de serviço.

Todos os pedidos citados na reportagem foram protocolados pessoalmente pelos repórteres como cidadãos comuns, sem auxílio das assessorias de comunicação dos órgãos. As cinco solicitações a estruturas federais foram feitas no dia 21 de dezembro. Os pedidos ao governo do estado, à prefeitura de Curitiba, à Câmara da capital paranaense e à Assembleia Legislativa do Paraná foram apresentados em 19 de dezembro. A solicitação ao Tribunal de Justiça do Paraná foi feita em 10 de janeiro, depois que o órgão voltou do recesso.

Houve somente quatro respostas formais — do governo do estado, do Ministério da Saúde, do Senado e do STF. Dessas, só a resposta do Supremo permitiu que a reportagem tivesse acesso pleno e fácil às informações solicitadas.

A experiência da Gazeta do Povo mostrou ainda que o poder público carece de um serviço específico para atendimento ao cidadão, como determina a legislação.

Sancionada pela presidente Dilma Rousseff em novembro de 2011, a Lei 12.527 terá vigência a partir de 18 de maio e vai atingir todas as esferas estatais, além de ONGs que recebem dinheiro público. Mas, segundo pesquisa divulgada pela Controladoria Geral da União (CGU) em dezembro, 70,9% dos órgãos públicos ainda não sabem como dar acesso a informações. O dado levou o ministro da CGU, Jorge Hage, a definir o prazo de seis meses como "extremamente exíguo".

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CALVÁRIO

CONTINUAÇÃO 30 JAN 2012

Confira como foi a experiência dos repórteres ao pedir informações,

como cidadãos comuns, em 10 instituições públicas:

Assembleia Legislativa



O pedido de informação foi entregue no protocolo-geral. Não houve filas e o funcionário que o recebeu não questionou o motivo do pedido. Passados mais dos 30 dias previstos na lei, não houve uma resposta. Procurada por telefone, a Assembleia justificou a demora ao fato de o pedido ter sido feito perto do período de recesso da Casa. Com isso, o documento só começou a ser analisado no início da última semana.

Governo do Paraná



O pedido, endereçado à chefe da Casa Civil, foi recebido no protocolo-geral do governo. A reportagem não enfrentou filas, os funcionários foram atenciosos e foi fornecido um número de controle para verificar o andamento do pedido. O requerimento foi respondido por meio de uma carta assinada pelo chefe de gabinete da Casa Civil, Sebastião Henrique de Medeiros. No documento, que chegou ao endereço informado no requerimento, é ressaltado pelo governo que a solicitação seria atendida mesmo não sendo mencionado onde o solicitante trabalha, nem o motivo do questionamento (a Lei de Acesso a Informações não exige que esses dados sejam fornecidos pelo cidadão). A resposta, no entanto, não foi satisfatória. Na carta, o governo informa que os dados solicitados estão na internet e dá orientações

sobre como encontrá-los nos sites oficiais. Com relação aos valores das despesas com limpeza e conservação, é possível realizar a consulta com facilidade, embora seja preciso ter algum conhecimento da contabilidade pública. Já o modo de pesquisa sugerido para encontrar as empresas de limpeza e conservação não permitiu a verificação dos prestadores do serviço.

Câmara de Curitiba



O documento foi entregue no protocolo, que não entregou nenhum número de controle para acompanhamento do requerimento. Informaram que o documento seria encaminhado à presidência da Casa, a quem era endereçado. Na última quinta-feira, por telefone, não foi possível nem mesmo falar com a presidência. O telefone chamava e ninguém atendia.

Tribunal de Justiça



O pedido não pôde ser feito no fim de dezembro porque a Justiça havia entrado em recesso. A solicitação, então, foi feita em 10 de janeiro. Esse foi o único caso em que o prazo legal de 30 dias ainda não venceu. Mas, pelo número de acompanhamento do pedido, no site do TJ a única informação disponível até a quinta-feira era de que o documento estava no gabinete da presidência. Por telefone, a presidência no TJ não soube informar com exatidão a situação do pedido.

Prefeitura de Curitiba



Dez dias após o pedido ser protocolado na Secretaria de Administração, a prefeitura entrou em contato por e-mail pedindo que a repórter fosse pessoalmente à secretaria para serem feitas cópias do documento de identidade e CPF da solicitante. Isso foi feito. Porém, após o fornecimento dos documentos, não houve mais qualquer contato. Na semana passada, por telefone, ninguém soube dar informações precisas sobre o pedido.

STF



O pedido foi feito no protocolo administrativo. A solicitação foi encaminhada no mesmo dia para a presidência do STF. Em 25 de janeiro, após contato telefônico, uma atendente do protocolo disse que as informações seriam repassadas pela Central do Cidadão. No dia 27, o órgão enviou um e-mail explicando como a busca deveria ser feita no portal do STF. Com as orientações, foi possível detectar sem maiores problemas que quatro empresas prestaram serviço de limpeza no período, a um custo de R\$ 212.297,04. Outras quatro prestaram serviços de conservação e receberam ao todo R\$ 220.426,10.



CONTINUA

O STF foi o único dos dez órgãos públicos que respondeu aos pedidos de informação de forma satisfatória, mas 8 dias após o prazo limite.

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Senado



O atendente do protocolo geral negou-se a receber o pedido. Disse que era necessário "tentar" na presidência. Lá, uma funcionária protocolou o recebimento, mas disse que "difícilmente" o Senado

entraria em contato. Vinte dias depois, porém, o chefe de gabinete da presidência, Sergio Penna, enviou um telegrama informando que os dados estão no portal da Transparência do Senado. O site possui 31 links diferentes de pesquisa, mas não é possível compilar as informações do pedido. Todos os nomes de empresas contratadas pelo Senado estão discriminados, mas não há descrição do ramo de atividade delas.

Câmara dos Deputados



O pedido foi protocolado no gabinete da presidência, sem a necessidade de enfrentar qualquer fila. Foi o único dos cinco órgãos federais em que o carimbo de recebimento contém um número em que é possível acompanhar a tramitação. O atendente garantiu que a solicitação teria alguma resposta, o que não aconteceu. Outro funcionário perguntou se o repórter, que fez o pedido sem identificar a profissão, era jornalista. A resposta foi sim, mas que o requerimento era feito como cidadão. Em 25 de janeiro, após contato telefônico, foi informado que o pedido está no Departamento de Material e Patrimônio.

Ministério da Educação



O pedido de informações foi protocolado no gabinete do ministro. Não havia fila e o

30 JAN 2012

procedimento demorou cinco minutos. O atendente não fez qualquer questionamento, mas também não informou de que maneira as informações seriam enviadas. Em 25 de janeiro, o gabinete foi procurado novamente, por telefone, para informar em como estava a tramitação do pedido. Segundo a atendente, a solicitação está desde o dia 11 de janeiro na Secretaria de Assuntos Administrativos (SAA). Uma funcionária da SAA conseguiu localizar o pedido e prometeu retomar a ligação minutos depois, o que não aconteceu.

Ministério da Saúde



O pedido foi protocolado no gabinete do ministro. Não houve fila ou qualquer constrangimento.

Em 5 de janeiro, a coordenadora-geral do gabinete, Marizele Alves, enviou uma carta ao endereço que constava da solicitação. O texto tem apenas um parágrafo e cita um despacho de 29 dezembro sobre o pedido. O despacho, assinado pela chefe de gabinete, Marivanla Fernandes Torres, diz que o pedido não continha "o fundamento legal para que o ministério atenda ao pedido de informações". Nenhuma lei fala sobre essa exigência.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

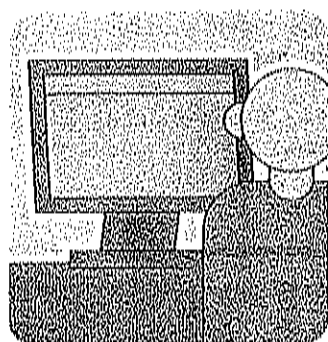
CONTINUAÇÃO

DIREITOS DO CIDADÃO

30 JAN 2012

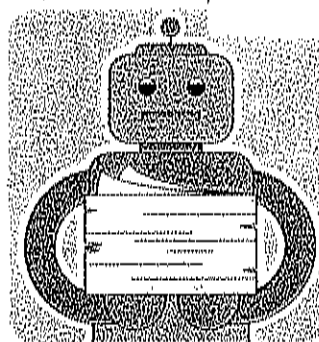
A partir de 18 de maio, os órgãos públicos de todo o país deverão fornecer quaisquer dados solicitados pelo cidadão seguindo o que determina a Lei de Acesso à Informação.

Exigências



Internet

Informações de interesse público devem ser divulgadas mesmo sem haver solicitação. Isso inclui dados institucionais, financeiros e orçamentários – como repasses de recursos e licitações –, os quais devem estar disponíveis na internet.



Machine-readable

Os sites de órgãos públicos deverão ser abertos à ação de mecanismos automáticos de recolhimento de informações e atender às normas de acessibilidade na web. A autenticidade e a integridade das informações devem ser garantidas pelo órgão que o administra.

Como fazer um pedido de informação



Qualquer cidadão pode solicitar uma informação pública.

Para isso, basta formalizar o pedido se identificando e especificando a informação solicitada. Não é necessário apresentar os motivos do pedido.

20 dias é o prazo dos órgãos públicos para apresentar a resposta.

Negativa

Caso o órgão público se negue a responder ao pedido, o requerente tem o direito de obter a íntegra da decisão de negativa de acesso. Ele também deverá ser informado que pode apresentar um recurso contra a decisão.

Site: Fórum de Direito de Acesso à Informação Pública.

CONTINUA

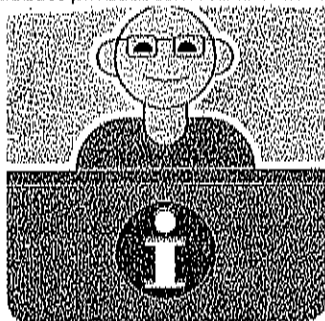
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

30 JAN 2012

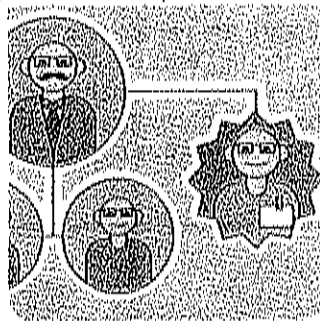
Quem está sujeito à lei?

- Todos os órgãos públicos do Legislativo, Judiciário e Executivo, dos três níveis de governo.
- Autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista.
- Entidades privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.



Estrutura física

Os órgãos públicos deverão criar um serviço físico de informações ao cidadão, o qual deverá orientar as pessoas sobre o acesso a informações, receber requerimentos e informar sobre o andamento deles.



Autoridade

O dirigente máximo de cada um dos entes da administração pública federal deverá designar uma autoridade diretamente subordinada a ele para garantir e monitorar o cumprimento da lei de acesso até 60 dias após a vigência da legislação.

Caso não consigam atender a solicitação dentro desse prazo, ganham mais 10 dias. Mas devem apresentar justificativa para a prorrogação.

Recurso

O recurso deve ser feito, no máximo, dez dias depois da resposta negativa. Ele deve ser encaminhado à autoridade superior àquela que decidiu por não apresentar a informação. O recurso deve ser analisado em até cinco dias. No caso do Executivo Federal, se a negativa for mantida, o cidadão ainda pode recorrer à Controladoria-Geral da União (CGU).

30 JAN 2012

GAZETA DO POVO

A um passo do desastre

A dois dias de o Supremo Tribunal Federal (STF) analisar uma ação que pede a limitação dos poderes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na investigação de denúncias contra magistrados, o palco público se vê envolto num debate para lá de caloroso. De um lado, magistrados dão declarações desarrazoadas da elite da toga ou tecem comentários equivocados. De outro, entidades representativas da sociedade preparam um ato público em defesa do CNJ. Caso o corporativismo judicial vença a batalha e consiga restringir a competência do CNJ, o Poder Judiciário estará com sua credibilidade a um passo do desastre.

Na quarta-feira, dia 31, o STF deve julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade n.º 4638 e decidir se mantém ou não a liminar concedida em dezembro pelo ministro Marco Aurélio Mello, que declarou que o CNJ somente poderla analisar a conduta dos magistrados após os tribunais locais já terem finalizado suas investigações.

O problema é que as apurações demoram e, em grande parte das vezes, o corporativismo impede a punição nos tribunais locais. Para evitar que o corporativismo vença, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai realizar um ato público em Brasília amanhã. A ideia é que a mobilização sirva para mostrar que a sociedade está atenta aos movimentos do Judiciário. "Reduzir a competência do CNJ significaria ter um Judiciário menos transparente e não podemos deixar que isso aconteça", afirma o presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, que estará presente no ato.

O debate desperta paixões na magistratura, a ponto de o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, apontar o julgamento do mensalão como

responsável pela atual crise do Judiciário, durante o 90.º Encontro dos Presidentes de Tribunais de Justiça, em Teresina (PI), na sexta-feira passada. Sem indicar nomes, Calandra sugeriu que o STF estaria sendo "pressionado" por interessados no julgamento. O argumento é emocional e não resiste aos fatos. Os principais apoiadores do CNJ não têm relação alguma com mensaleiros — são entidades da sociedade organizada como a OAB, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Já o comentário equivocado partiu do ministro Marco Aurélio Mello. No sábado passado, ele declarou que atualmente há no STF uma grande preocupação dos ministros a respeito da repercussão das decisões perante a opinião pública. Mello equivoca-se porque o caso não trata simplesmente de ânimos acalorados da opinião pública. Neste primeiro mês do ano, diversas denúncias de irregularidades em tribunais vêm ganhando as manchetes de jornais. Relatórios do Conselho de Controle de Atividades financeiras encaminhados ao CNJ mostraram, inclusive, que entre os anos de 2000 e 2010, R\$ 856 milhões em operações financeiras atípicas foram detectadas em contas de magistrados e servidores de tribunais.

Além disso, o tema é daqueles que transcendem a esfera estritamente jurídica. A decisão passa por concepções pessoais dos ministros a respeito de qual deveria ser a função do CNJ. E, no seu íntimo, os ministros também sabem do impacto que a decisão do STF terá perante a sociedade. Se eles limitarem a competência do CNJ, a Corte será vista como favorável ao corporativismo judicial, algo desastroso para a já desgastada imagem do Poder Judiciário.

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

30 JAN 2012

Para pensar...

"As vésperas do julgamento do dia 1." [sobre os poderes do CNJ], a magistratura (...) lança uma cortina de fumaça para desviar o foco da discussão no sentido de criar um factóide de que estariam por trás de tudo isso pessoas que querem desacreditar o STF por conta do mensalão."

Ophir Cavalcante, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), sobre declarações de magistrados de que, por trás da crise do Judiciário, estaria o interesse de "emparedar" o STF no julgamento do mensalão.

PINGA-FOGO



"No dia em que atuarmos de acordo com o clamor público, estaremos mal. Nos meus quase 22 anos de STF, nunca houve isso."

Marco Aurélio Mello, ministro do STF, sobre o julgamento pela corte, na próxima quarta-feira, da ação que questiona o poder do CNJ de investigar juizes

COLUNA DO LEITOR

Supersalários de juizes

Aqueles que deveriam ser responsáveis por julgar e manter a lei e a ordem também são responsáveis por mais desvios e desconfiança da população. Se não podemos mais confiar nem mesmo nos juizes e desembargadores, em quem poderíamos?

Daniel Crispim

30 JAN 2012

GAZETA DO POVO

CHACINA

MP tenta
"ressuscitar"
Caso Unai

! Estratégia adotada pelo Ministério Público Federal em Minas Gerais pode permitir que ao menos parte dos acusados dos assassinatos de quatro funcionários do Ministério do Trabalho seja levada a julgamento quase uma década após o crime. O Judiciário desmembrou o caso relativo aos apontados como executores dos assassinatos. Com isso, apesar de ainda haverem recursos pendentes de análise, o júri dos acusados de executar o crime, que ainda estão presos, deve ocorrer ainda este ano. Os servidores foram mortos há 8 anos, vítimas de uma tocaia em uma estrada em Unai, quando fiscalizavam propriedades rurais. O prefeito Antério Mânica e o irmão dele, Norberto, são acusados de serem os mandantes do crime. O processo relativo a Antério foi desmembrado e enviado ao Tribunal Regional Federal da 1.ª Região (TRF-1) por causa do foro privilegiado.

28 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Fraude | MP pede fechamento do Arrancadão por violação de lacre e adulteração de combustível

Posto se complica

A 2.ª Promotoria de Justiça de Pinhais e a 1.ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Curitiba, por intermédio das promotoras de Justiça Claudia Regina de Paula e Silva e Cristina Corso Ruaro, protocolaram ontem, na Vara Cível de Pinhais, ação coletiva de consumo contra a empresa Angelo Comércio de Combustíveis Ltda, o Auto Posto Arrancadão, instalado na Vila Tarumã, em Pinhais, e contra seus proprietários, Angelo de Albuquerque Gobbo e Clecy Maria do Rosário Gobbo.

O Ministério Público pede o fechamento do posto por violação de lacre e adulteração de combustíveis. Vistoria do Instituto de Pesos e Medidas (Ipem) constatou a violação nos lacres de dez bombas, o que configura forte indício de fraude. Igualmente, com base em inquérito policial instaurado na Delcon, a partir de representação formulada pelo Sindicombustíveis, verificou-se que o Posto Arrancadão vendia combustível com metanol, substância proibida no Brasil. Este é um dos postos atendidos pela Power Bombas, empresa investigada por participar de suposto esquema de fraude na venda de combustíveis.

Processo

Na ação proposta ontem, o MP-PR pede concessão de tutela antecipada para a imediata interrupção das atividades do posto, com a interdição do estabelecimento comercial e aplicação de multa, em caso de descumprimento de ordem judicial, no valor de R\$ 20 mil por dia. Após o julgamento final da ação, a Promotoria pede a dissolução da sociedade comercial, com seu fechamento definitivo, e que proprietários sejam impedidos de exercer o mesmo ramo de atividade, pelo prazo de cinco anos, além da reparação dos danos individuais patrimoniais e morais sofridos pelos clientes. O MP-PR também pede que os réus sejam condenados a indenizar os danos morais coletivos devido à má qualidade e à quantidade inferior vendida aos consumidores, em montante não inferior a R\$ 500 mil.

28 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Policiais "independentes" seguem denúncia e estouram cassino de luxo, com sete suítes e salas de jogos, e descobrem fotos de autoridades

Tacada Bingo!

Uma mansão de três andares, no Parolin, abrigava um "clube" privado de jogatina, com indícios de ser frequentado por políticos e empresários. O cassino foi estourado na noite de quinta-feira, por policiais civis "independentes", que apreenderam 40 máquinas caça-níqueis, caderninhos com nomes de clientes e a movimentação financeira, além de fotos de autoridades nas paredes, abraçadas com o gerente da jogatina.

O policial que comandou a operação disse que chegou ao cassino, na Rua Padre Isaias de Andrade, informado por uma denúncia. A operação teria sido uma iniciativa dos investigadores, por supostas represálias devido ao recolhimento de produtos piratas no centro, na quinta-feira pela manhã, feito pelo mesmo grupo, sem coordenação de uma unidade policial. Os investigadores que descobriram o cassino cobriram os rostos, para não serem identificados pela imprensa, temendo mais represálias.

O local chamava a atenção pelo tamanho, com três pavimentos e uma grande edícula aos fundos - com churrasqueira, espaço para jogos e dependências de empregados - além de enorme quintal de um lado e de um vasto estacionamento do outro. O gerente da jogatina tem alvará da prefeitura em seu nome, que o autoriza a oferecer serviços de restaurante, bar, casa de festas e eventos, estacionamento, exploração de jogos de sinuca e bilhar, serviços de tratamento de beleza e de massagem.

Dança

No andar de baixo havia várias salas de bingo eletrônico. Não se descarta que "bailarinas" se apresentassem no local, pois havia até um pequeno palco numa das salas. No andar de cima, havia sete suítes. Algumas estavam em obras, ganhando novas paredes e tetos de gesso. Outras, já reformadas, tinham materiais e móveis de boa qualidade, como na suíte principal, onde até o banheiro ostentava muito luxo. Pela casa, principalmente nas suítes, mas também em calçadas e salas, havia várias embalagens de camisinhas, vazias ou ainda fechadas.

Os frequentadores que estavam no local foram todos identificados. Seus nomes, endereços e contatos foram entregues no 2.º Distrito Policial, responsável pela área. As três pessoas apontadas como as responsáveis pela resistência assinaram termo circunstanciado. Elas deverão responder pela prática de jogo ilegal.

Dificuldade

Como não era uma operação oficial, os investigadores dizem que tiveram dificuldades para que alguma delegacia aceitasse o material apreendido. O coordenador da ação disse ter tentado contato com o Centro Integrado de Atendimento ao Cidadão (Ciac), que normalmente recebe ocorrências durante a noite e madrugada, mas a unidade não aceitou as máquinas. Os investigadores alugaram um caminhão por conta própria, para que o material fosse transportado.

CONTINUA

28 JAN 2012

TRIBUNA DO PARANÁ

Depoimento CONTINUAÇÃO

Frequentador diz que "estabelecimento" tem três sócios e gerente já participou de convenção partidária em 2010

Clientela garantida

A mansão de jogatina e orgias era bem frequentada. Todo tipo de pessoa influente era visto por lá. Políticos, empresários e homens da lei de alto coturno. Sem contar os endinheirados, em busca de um pouco de emoção ou simplesmente diversão, em mesas de carteados ou nas reluzentes maquinetas de jogos eletrônicos. Quem detalha é um cliente, assíduo frequentador do local, que concordou em conversar com a **Tribuna**, desde que seu nome fosse preservado. "A casa é protegida por forte aparato de câmeras, seguranças e contatos telefônicos. Além disso, recebe a proteção de pessoas influentes, incluindo políticos e policiais", conta.

De acordo com ele, o estabelecimento possui três sócios. Um deles não atuava neste ramo. Entrou aproveitando "circunstâncias favoráveis". Atualmente, ao lado de dois grandes bingueiros de Curitiba, mais alguns sócios com menor participação, formaria um grupo responsável por pelo menos 50 casas de bingo, em pleno funcionamento na capital, com a ciência e proteção de autoridades.

Fotos

O imóvel do Paraná seria de um empresário, que alugava a propriedade para os barões da jogatina. Quatro fotos, apreendidas pelos policiais e que ficavam penduradas numa das paredes da casa, chamam a atenção. O homem que tem seu nome registrado no alvará aparece ao lado de políticos, todos eleitos recentemente. Um deles de São Paulo. As imagens foram captadas numa convenção partidária realizada em Curitiba, em 2010.

Na mansão, sempre havia pelo menos três atendentes femininas. Uma no bar e outras moças servindo os clientes. As bebidas, além de jantares e lanches, eram sempre cortesia. Somente clientes conhecidos, ou cadastrados, podiam ir à casa. Eles telefonavam, informando que estavam chegando, para que os seguranças abrissem o portão. Os pagamentos eram feitos com cheques e cartões eletrônicos. Ontem, quando os investigadores invadiram o local, ocorria uma festa que, como de costume, já tinha sido informada a todos os clientes por mensagens de celular. Pelo teto havia hexágonos que, normalmente, continham "créditos" dentro para que os clientes brincassem nas máquinas caça-níqueis. Eram valores em dinheiro, a partir de R\$ 200,00.

CONTINUA

TRIBUNA DO PARANÁ

CONTINUAÇÃO

Ação legítima ou não?

28 JAN 2012

Somente por volta das 9h de ontem, o delegado da Divisão da Capital, Sebastião Ramos, compareceu à mansão, com o delegado do 2.º DP, Edson Barreto. Ramos explicou que a ação dos investigadores, apesar de legítima, não tinha sido coordenada por nenhuma delegacia e, por isso, nenhum delegado acompanhou a operação e nenhum caminhão da Polícia Civil foi acionado para transportar as máquinas.

Mesmo com a casa revirada pelos investigadores, o delegado divisional disse que encaminharia peritos à mansão para examiná-la. Os materiais apreendidos - máquinas, fotos e cadernetas com nomes, telefones e a movimentação financeira do cassino - serão periciados.

Legítimo

Apesar de os investigadores terem agido por conta própria e deixado de informar superiores, Ramos explicou que os policiais agiram de forma legítima. "A lei diz que, qualquer cidadão pode prender alguém que esteja cometendo um delito. No caso de policiais, isso é um dever", explicou o delegado divisional.

Porém, a nota divulgada no site da Polícia Civil e da Secretaria da Segurança Pública diz que "policiais, em forma de milícia e encapuzados, agiram sem que estivessem respaldados da coordenação de um delegado de polícia".

Também afirma que a "Polícia Civil reprova veementemente este tipo de ação" e que a ação "não representa a opinião dos cerca de quatro mil servidores que hoje compõem o quadro de policiais civis".

"Por determinação do delegado-geral, Marcus Vinícius Michelotto, eventuais imagens produzidas por veículos de imprensa no local abordado durante a madrugada serão solicitadas e encaminhadas à Corregedoria Geral da Polícia Civil, que deverá analisar possíveis transgressões disciplinares dos policiais.", diz a nota.

O comunicado também informa que denúncias de atividade ilícita para Polícia Civil devem ser feitas para os números 181 (narcodenúncia) e 197.

Ameaça

O investigador que coordenou a ação de invasão na mansão do Parolin diz ter recebido uma ameaça de morte, cerca de 20 minutos depois que entrou no cassino. Ele recebeu uma ligação em seu celular, que ele e seus colegas apuraram ter vindo de um orelhão no Batel. Ele afirmou que já sabe exatamente onde está localizado o orelhão e que, além de formalizar a queixa da ameaça, irá investigar pessoalmente para ver quem fez a ligação.

TRIBUNA DO PARANÁ

tribuninhas

29 JAN 2012

Promotoria apura formação de cartel dos cardiovasculares

A Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor investiga suposta prática abusiva cometida pela Coopcardio - Cooperativa dos Cirurgiões Cardiovasculares do Paraná. De acordo com representação apresentada pela empresa Nossa Saúde Operadora de Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda e reclamação da Unimed Paraná, a cooperativa estaria prejudicando consumidores que têm planos privados de saúde, porque cobraria valores superiores à tabela, não aceitando negociação.

"Uma vez que todos os médicos cirurgiões cardiovasculares do Paraná fazem parte da Coopcardio, a orientação da entidade é que o paciente pague o valor orçado, requerendo depois o ressarcimento do valor ao plano de saúde. Contudo, os planos não praticam esses valores e o consumidor não conseguirá o ressarcimento integral", afirma a promotora de Justiça Cristina Corso Ruaro, que abriu inquérito civil para apurar o caso. "O fato é que se está prevista a cobertura nesta especialidade no contrato do plano de saúde, o consumidor não deve desembolsar nada, devendo tratar diretamente com o plano, que terá de cumprir o tratado", conta. "A prática parece abusiva e aparenta formação de cartel, diante da fixação de preço comum aos serviços prestados e recusa de negociação, prejudicando os consumidores", afirma. A Coopcardio tem 10 dias para se manifestar.

Prisão de Simões foi pra encontrá-lo

O motivo da prisão do ex-deputado estadual Carlos Simões foi a dificuldade de encontrá-lo para ser ouvido no processo que responde por peculato. Como não foi encontrado no endereço que informou à Justiça, e não compareceu em convocações judiciais, a 9.ª Vara Criminal de Curitiba solicitou, em setembro, o mandado de prisão, que foi decretado na segunda-feira e cumprido no final da tarde de anteontem.

Com a prisão, o ex-deputado poderá ser ouvido no processo, que investiga seu envolvimento no caso conhecido como "Gafanhotos", da Assembleia Legislativa do Paraná. Simões é suspeito de receber dinheiro de seus assessores. De acordo com o Ministério Público, os documentos de uma servidora foram usados para nomeá-la como funcionária da casa e o salário dela era depositado na conta do sogro do ex-deputado. Simões foi denunciado pelo MP por desviar R\$ 18,5 mil.

Som

A rede de lojas Casas Bahia está impedida de usar aparelhos de som para fazer propaganda de seus produtos. O juiz da 8.ª Vara Cível de Curitiba julgou procedente o pedido de tutela antecipada, feito pelo Ministério Público, para inibir a poluição sonora que a empresa vinha causando. As lojas da rede estão proibidas de usar aparelhos sonoros, seja para locução ou reproduzir músicas, em locais públicos.

JORNAL DO ESTADO

DESTAQUE

30 JAN 2012

Vara Cível da Comarca de Curitiba investe na virtualização para agilizar os processos

Mais agilidade no trâmite processual, a busca por soluções para o problema de espaço físico e a preservação do meio ambiente, com a redução significativa no uso de papel, foram as razões que levaram a 21ª Vara Cível da Comarca de Curitiba a implantar, há dois meses, um sistema de digitalização. O Sistema de Automação da Justiça, SAJ, permite que Magistrados, Ministérios Públicos, advogados e peritos façam consultas dos processos, downloads e acompanhem os processos que tramitam de forma 100% digital, sem a necessidade de ir até o Fórum.

Com a informatização do sistema, o principal ganho para a Vara foi a otimização do tempo. "Determinadas atividades que realizamos aqui levam um décimo do tempo de antes. Se antes se gastava uma hora, agora se faz em 10 minutos. Os novos processos, no momento em que o recebermos, já

são todos digitalizados. Dos 8 mil antigos, em apenas dois meses, já digitalizamos 700. Além disso, é um sistema seguro e eficaz", explica a escritora, Sylvia Castelo Branco Gradowski.

O Tribunal de Justiça do Paraná conta com 156 comarcas e a comarca de Curitiba possui 77 varas, que corresponde a 17% do total do Paraná. Uma particularidade do Estado é que quase todos os cartórios cíveis são privatizados. Segundo o juiz Rogério de Assis, a adoção de sistemas digitais traz uma série de benefícios, tanto para os magistrados quanto à população. "A digitalização dos processos é uma medida necessária, para solucionar o problema de morosidade da justiça, bem como, de falta de espaço com os processos. É também um problema de segurança pública, tendo em vista a sobrecarga a cada ano. Para a escolha do sistema, levamos em

consideração aquele que ofereceria o programa mais completo e mais testado. Após a apresentação da solução para o TJPR, foi admitida pelo presidente a implantação em nossa serventia, como vara piloto. Após dois meses, são visíveis as melhorias na nossa rotina de trabalho", declara.

Para Estevam Capriotti Filho, advogado há mais de 40 anos em Curitiba, a virtualização dos processos judiciais ajudou muito o trabalho dos profissionais da área jurídica. "Essa nova realidade, da era digital, causa, em veteranos como nós, uma estranheza. Porém, o modelo de processo eletrônico adotado na 21ª Vara satisfaz plenamente as nossas necessidades e é de rápida compreensão", explica Capriotti.

O Sistema de Automação da Justiça (SAJ) é desenvolvido pela catarinense Softplan/Polygraph, com sede em Florianópolis.

30 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

Justiça septuagenária

• **Roberto Victor
Pereira Ribeiro**

Anteriormente tida como o "patinho feio" da justiça brasileira, a Justiça do Trabalho comemorou, em 2011, 70 anos de uma existência marcante, profícua e responsável por amortecer inúmeros desajustes no âmbito social.

Criada solenemente por meio do Decreto-Lei 3.229/1941, a justiça laboral, como também é conhecida, vem cumprindo dignamente seu papel e o que é melhor; dando exemplo de operacionalidade e "justiça" para as outras searas judicantes.

Segundo o Presidente da OAB-SP, Luiz Flávio Borges D'Urso: "A justiça trabalhista atravessou décadas ampliando sua competência e hoje é um dos ramos do Direito mais complexo, que requer conhecimentos específicos dos seus operadores".

Essa evolução ano a ano da Justiça do Trabalho, fez com que a mesma implementasse em seus ritos, advento de suma importância para

a solução de litígios judiciais. Estou falando da audiência de conciliação. Hodiernamente, a esfera cível abraçou esta iniciativa e promove diuturnamente em seus âmbitos este modelo de audiência. Faz-se mister ressaltar que a Justiça do Trabalho opera dessa maneira desde 1942, sempre se gulando pelas belas lições da CLT.

Depois disso, a justiça obreira tomou-se pioneira concretizando vários procedimentos virtuais previstos na Lei do Processo Eletrônico (Lei 11.419/2006). Estima-se que até a metade deste ano, a Justiça do Trabalho deverá estar totalmente digitalizada.

Seus avanços vão além-fronteiras. O TRT da 13ª Região, sediado em Minas Gerais, foi o primeiro tribunal brasileiro a digitalizar todos os processos em trâmite, tanto na esfera da primeira instância como em ares de segunda instância. No TRT do Paraná, todas as audiências são gravadas em áudio e vídeo de forma digital. Em Santa Catarina, os autos processuais são visualizados pelos advogados e partes de modo

virtual, ou seja, através da internet.

Vale a pena destacar que esses avanços auxiliam sobremaneira a vida dos advogados e das partes, além de economizar papel, diminuir o valor das custas judiciais, acelerar a tramitação das ações protocoladas e, por fim, permitir a pesquisa do processo sem necessidade de se locomover fisicamente ao local, poupando, assim, os enfrentamentos de trânsito e filas nas seções judiciárias.

A septuagenária Justiça do Trabalho verdadeiramente merece nossas congratulações, por sua vanguarda e por sua luta em tentar dirimir os desajustes sociais. Em razões epílogas, encerro narrando que em certa ocasião, o grande jurista cearense Raimundo Bezerra Falcão me disse: "A Justiça do Trabalho é umas das maneiras mais palpáveis de se enxergar a justiça realmente sendo feita".

Parabéns a nossa Justiça do Trabalho.

* O autor é advogado do Ribeiro Advocacia & Advogados Associados e escritor da Academia Brasileira de Direito

JORNAL DO ESTADO

PAINEL JURÍDICO

Sorbonne I

A Faculdade de Direito da Universidade de Paris I (Sorbonne) emitiu recentemente lista de novas obras catalogadas em seu acervo. Lá aparece a obra "O Julgamento de Jesus Cristo sob a Luz do Direito" de autoria do Advogado e colunista deste jornal Roberto Victor Pereira Ribeiro.

Sorbonne II

A Biblioteca da Sorbonne é a maior da França em Ciências Jurídicas-Econômicas. É repositório autorizado para conservar e manter as publicações da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Centro de Documentação Européia.

O livro de Roberto Victor Ribeiro, encontra-se registrado no tomo nº Cote(s) CUJAS : 532.522

Veto

Projeto de lei que pretendia regulamentar as profissões de catador de materiais recicláveis e de reciclador de papel foi vetado presidente Dilma Rousseff.

TRE

Estão abertas as inscrições de advogados para o processo seletivo de formação de lista triplíce para vaga de membro efetivo do TRE do Paraná. A vaga decorre do término do mandato do advogado Auracyr Azevedo de Moura.

Parceria

A Caixa de Assistência dos Advogados do Paraná e o Citibank firmaram parceria para oferecer benefícios aos advogados. O principal deles é a anuidade zero para os advogados que abrirem uma conta no banco.

Furto

A 1ª Turma Recursal dos Juizados do Distrito Federal manteve a decisão que proíbe o Detran do Distrito Federal cobrar IPVA e DPVAT de um contribuinte que teve seu veículo furtado em 2006.

Desembargador

O juiz federal Jorge Antonio Maurique foi nomeado, no último dia 25, para o cargo de desembargador do TRF da 4ª Região. A data da posse ainda não está definida. Maurique ocupará vaga decorrente da aposentadoria do desembargador Dirceu de Almeida Soares.

Cursos

A Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (Ematra) está com inscrições abertas para o curso de *pós-graduação em Direito Material, Processual e Previdenciário*. As aulas começam no dia 5 de março. Também estão abertas as inscrições para o *curso anual preparatório para ingresso na carreira da Magistratura Federal do Trabalho*, que terá início no dia 27 de fevereiro. Informações e inscrições no site www.ematra9.org.br e pelo fone (41) 3232-3024.

30 JAN 2012

DIREITO SUMULAR

Súmula n. 716 do STF – Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória.

30 JAN 2012

JORNAL DO ESTADO

Guarda-roupa

A Secretaria de Administração da Presidência da República gastou cerca de R\$ 129,2 mil com roupas e sapatos neste início do ano. Do total, R\$ 24 mil foram para a compra de 501 pares de sapatos sociais de couro preto. A Secretaria adquiriu 249 cintos, ao custo de R\$ 4,4 mil, e 786 pares de meias, pelo valor de R\$ 3,4 mil. Foram reservados ainda R\$ 61,3 mil para a compra de oito ternos femininos e 429 masculinos. Além de 429 gravatas, que custaram R\$ 3,7 mil, e de 900 camisas, que saíram por R\$ 32,4 mil.

Mobiliário

Já o Tribunal de Justiça do Distrito Federal comprou 100 sofás de um lugar e outras 50 peças de dois lugares, ao custo total de R\$ 202,8 mil. Outras 1.250 poltronas foram adquiridas pelo preço de R\$ 381 mil. O órgão concluiu suas "compras" com o acréscimo de 20 assentos sanitários (R\$ 7 mil) e 20 bacias sanitárias para uso de cadeirantes (R\$ 5,6 mil). Ainda no poder Judiciário, o Supremo Tribunal Federal (STF) adquiriu 18 bules para café por R\$ 2,3 mil. Além disso, a Suprema Corte do Brasil, contratou buffet para almoços protocolares também contratado, por R\$ 25,9 mil.